Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

Setor de Ciências HUMANAS, LETRAS E ARTES – SEHLA/G

Departamento de Letras – DELET/G

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS A DISTÂNCIA

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS
2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE.....

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO.....

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....
4.1. Apresentação (contextualização da área de conhecimento).....
4.2. Objetivos do curso.....
4.3. Justificativa.....
4.4. Histórico do curso.....
4.5. Perfil desejado do profissional.....
4.6. Campos de atuação.....
4.7. Formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.....
4.8. Mecanismos de avaliação do curso e institucional.....
4.9. Estratégias para articulação com o mundo do trabalho.....
4.10. Acompanhamento do egresso.....
4.11. Concepções do curso (somente para EaD).....

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....
5.1. Matriz curricular – Currículo Pleno.....
5.2. Matriz operacional.....
5.3. Categorização de disciplinas do currículo pleno.....
5.4. Ementário/bibliografia.....
5.5. Equivalência de disciplinas.....
5.6. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação.....
5.7. Ensino a distância.....
5.8. Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) no processo de ensino e aprendizagem.....
5.9. Prática como Componente Curricular .....
5.10. Trabalho de conclusão de curso - TCC.....
5.11. Formatação do estágio obrigatório.....
5.12. Formatação do estágio não obrigatório.....
5.13. Atendimento à legislação em vigor para a graduação.....

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO.....

7. INFRAESTRUTURA.....
7.1. Recursos humanos.....
7.2. Recursos físicos e estruturais.....
7.3. Acessibilidade e inclusão.....
7.4. Atenção aos discentes e docentes.....

8. ANEXOS.....

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

LOCAL DE OFERTA E ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO DO CURSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO/POLOS: SANTA CRUZ, GUARAPUAVA. POLOS UAB: ASSAÍ, APUCARANA, CAMPO LARGO, CIANORTE, GUARANIAÇU, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ENGENHEIRO BELTRÃO, CÂNDIDO DE ABREU, SÃO JOÃO DO TRIUNFO, TIBAGI, IVAIPORÃ, SIQUEIRA CAMPOS, CURITIBA, LONDRINA, PONTA GROSSA, PARANAGUÁ, COLOMBO.
SETOR DE CONHECIMENTO: Humanas, Letras e Artes
DEPARTAMENTO: Letras

GRAU ACADÊMICO:	( ) Bacharelado (X) Licenciatura ( ) Curso Superior de Tecnologia ( ) Formação específica da profissão (_____)	
MODALIDADE DE OFERTA:	( ) Presencial (X) A Distância	
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno ( ) Integral (X) Indefinido	
PREVISÃO DE AULAS AOS SÁBADOS DE FORMA REGULAR:	(X) Sim ( ) Não	
REGIME DE MATRÍCULA:	(X) Seriado anual ( ) Seriado anual com disciplinas semestrais	
PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO (ANOS):	Mínimo: 4	Máximo: 6
ANO DA PRIMEIRA OFERTA DESTE PPC: 2023		
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 314		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS RELÓGIO): 3440		

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

Nº DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021. PORTARIA Nº 018/2022-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 22 DE JUNHO DE 2022

MEMBROS DO NDE:
Professora Doutora Cláudia Maris Tullio
Professora Doutora Maria Cláudia Teixeira
Professora Doutora Priscila Finger do Prado
Professora Doutora Roziane Keila Grando
Professora Mestre Sandra Mara da Silva Marques
Professor Doutor Dejair Dionísio
Professor Doutor Gabriel Victor Rocha Pinezi

Agradecimentos:

Professora Doutora Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby (DEPED/Guarapuava) por auxiliar com a ementa e referências bibliográficas da disciplina de Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva;

Professora Mestre Ninon Rose Stremel (DEPED/Guarapuava) por auxiliar com a ementa e referências bibliográficas da disciplina de Psicologia da educação: aprendizagem e desenvolvimento;

Professor Doutor Bruno Aislã Gonçalves dos Santos (DEFIL/Guarapuava) por auxiliar com a ementa e referências bibliográficas da disciplina de Filosofia da Linguagem;

Professor Doutor Thiago Grando (DEMAT/Guarapuava) por auxiliar com as referências bibliográficas da disciplina de Fundamentos de Matemática e Estatística Educacional;

Professora Doutora Alzira Fabiana de Christo (DELET/Guarapuava); Professora Doutora Sonia Merith Claras (DELET/Guarapuava); Professora Doutora Lidia Stutz (DELET/Guarapuava) e Professora Doutora Raquel Cristina Mendes de Carvalho (DELET/Guarapuava) pelas discussões profícuas a respeito das disciplinas de Estágio, delineando as suas ementas.

Aos estagiários que atuam na Secretaria do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, Camila Teixeira Dobgenski e Reginaldo Ryzzi Pereira pelo auxílio constante.

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

3.1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução de Criação	CEE/PR	Parecer 170/69	07/11/1969

Decreto/Portaria de Autorização	Governo/PR	66083	16/01/1970
Resolução de Criação	COU/UNICENTRO	35/2016	28/09/2016
Resolução de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso	COU/UNICENTRO	36/2016	28/09/2016
3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR	46/2021	12/05/2021
Decreto/Portaria	Governo/PR	085/2021	25/06/2021
Prazo do Reconhecimento: 05 anos	Vigência: de 25/06/2021 a 24/06/2026		
3.3. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (última vigente)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer			
Decreto/Portaria			
Prazo da Renovação: 4 anos	Vigência:		
3.4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO (MEC/CNE)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CNE	1363	12/12/2001
Resolução	CNE	18	13/03/2002
Resolução	CNE/CP	07	19/12/2018
Resolução	CNE/CP	02	23/12/2019

3.5. LEGISLAÇÃO REGULADORA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL			
Ato Legal/Órgão	Número	Data	Ementa
Parecer CNE/CES	1363	2001	Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia
Resolução CNE/CES	18	2002	Estabelece as Diretrizes para os Cursos de Letras

- **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

- **DECRETO 5773/2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf

- **DECRETO 9057/2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.in.gov.br/materia/-

/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503

- **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1/2016.** Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192

- **RESOLUÇÃO Nº 35-COU/UNICENTRO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.** Cria o Curso de Graduação em Letras, Licenciatura, modalidade de Educação a Distância, na UNICENTRO, a ser ofertado no Campus Santa Cruz e dá outras providências. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/76091DA1

- **RESOLUÇÃO Nº 36-COU/UNICENTRO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras, Licenciatura, modalidade de Educação a Distância, na UNICENTRO, Campus Santa Cruz, e dá outras providências. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/821BE57F

- **RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf

- **RESOLUÇÃO CNE/CP N 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf

- **RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002,** que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf

- **RESOLUÇÃO N 1, DE 30 DE MAIO DE 2012**, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf

- **RESOLUÇÃO CNE/CP N 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004**, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf

- **RESOLUÇÃO CNE/CES N 3, DE 2 DE JULHO DE 2007**, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf

- **DECRETO 5296/2004**, que regulamenta as leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

- **RESOLUÇÃO Nº 01, DE 17 DE JUNHO DE 2010**, que regulamenta os NDE (Núcleo Docente Estruturante) ou equivalente, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu e contrato de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso e experiência docente.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

- **PARECER CNE/CES Nº 492/2001**, APROVADO EM 3 DE ABRIL DE 2001, Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf

- **PARECER CNE/CES Nº 1.363/2001**, APROVADO EM 12 DE DEZEMBRO DE 2001, Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf

- **PARECER CNE/CES Nº 83/2007**, APROVADO EM 29 DE MARÇO DE 2007, Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces083_07.pdf

- **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2011** - Estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7711-rcp001-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192

- **PARECER CNE/CES Nº 48/2013**, APROVADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2013, Consulta sobre equivalência dos diplomas apresentados pela Servidora Sirlene Aparecida Aarão com o solicitado em edital de Concurso Público. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13070-pces048-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192

- **RESOLUÇÃO Nº 35-COU/UNICENTRO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016**, Cria o Curso de Graduação em Letras, Licenciatura, modalidade de Educação a Distância, na UNICENTRO, a ser ofertado no Campus Santa Cruz e dá outras providências. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/49C7B50A#:~:text=ANEXO%20%C3%80%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%2035,5%20DE%20OUTUBRO%20DE%202016.&text=DE%20SUA%20COORDENA%C3%87%C3%83O-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

- **PORTARIA N.1428, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**, Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251

- **RESOLUÇÃO N. 6 CEPE/UNICENTRO, DE 16 DE ABRIL DE 2018**, Estabelece normas para a operacionalização da Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura da Unicentro. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/75E7DFF8

- **RESOLUÇÃO N.7 -CEPE/UNICENTRO, DE 16 ABRIL DE 2018,** Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UNICENTRO, e dá outras providências. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/81F8443E

- **RESOLUÇÃO Nº 20-CEPE/UNICENTRO, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019**, Aprova o Regulamento das Normas Acadêmicas para os Cursos de Graduação, na modalidade de Educação a Distância da UNICENTRO. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/0E8CBFB1

- **RESOLUÇÃO Nº 1-COU/UNICENTRO, DE 10 DE MARÇO DE 2022**, Altera dispositivos da Resolução nº 101-COU/UNICENTRO, de 10 de dezembro de 2010. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/7986929C

- **RESOLUÇÃO Nº 20-CAD/UNICENTRO, DE 22 DE JUNHO DE 2022**, Regulamenta a carga horária máxima dos Currículos dos Cursos de Graduação da UNICENTRO. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/5F3633DE

- **RESOLUÇÃO Nº 24-CEPE/UNICENTRO, DE 1º DE AGOSTO DE 2022**, Aprova as ementas das disciplinas de Língua Portuguesa e de Fundamentos de Matemática e Estatística Educacional, para os cursos de licenciatura da UNICENTRO, e dá outras providências.

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-PROEN/UNICENTRO, DE 27 DE JUNHO DE 2022,** Altera o art. 4, da Instrução Normativa nº 2- PROEN/UNICENTRO, de 2 de junho de 2021, que normatiza prazos e demais procedimentos para a tramitação de processos de alteração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação. https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/E3954D13

- **RESOLUÇÃO Nº 3-COU/UNICENTRO, DE 28 DE MARÇO DE 2022**, Altera dispositivos do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras, Licenciatura, modalidade de Educação a Distância, Campus Santa Cruz, e dá outras providências.

- **PORTARIA 57/22 – SETI**, Fica aditada à Portaria 85/21 – SETI, de 23 de junho de 2021, a alteração do período máximo de integralização do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa – Licenciatura, modalidade Educação a Distância, ofertado no Campus Santa Cruz pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, de 5 (cinco) para 6 (seis) anos, ficando inalterados os demais termos.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

4.1. APRESENTAÇÃO (contextualização da área de conhecimento)

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UNICENTRO se insere na Grande Área de Linguística, Letras e Artes e tem compromisso com a formação de profissionais competentes para atuar nas redes pública e privada de ensino fundamental e médio, a fim de auxiliar a promover a democratização do conhecimento das línguas portuguesa e inglesa e das literaturas a elas correspondentes.

Dessa forma, coadunado ao Projeto Pedagógico Institucional/PPI, o curso de Letras tem como pilar formar profissionais com base em uma concepção humanística e filosófica, que diante da pluralidade social na qual atuarão, compreendam a língua como expressão da subjetividade, respeitando suas inúmeras peculiaridades. Para tanto, propicia o acesso ao conhecimento de modo crítico, valorizando e disseminando o saber científico, cultural e artístico da humanidade.

Nesse sentido, os acadêmicos podem participar de vários programas, tais como: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Residência Pedagógica; Programa de Educação Tutorial (PET) e Iniciação Científica (IC), além de grupos de pesquisa liderados pelos docentes da Instituição e selecionados por processo seletivo para atuar no Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância.

Atualmente, o Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, possui a habilitação em Português e suas Literaturas. O curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa busca formar alunos capazes de utilizar criticamente as diversas linguagens, especialmente a verbal, em situações oral e escrita; assim como, pretende formar um profissional capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, acompanhar o emprego das novas tecnologias compreendendo sua formação profissional como um processo contínuo e permanente.

É fundamentado numa perspectiva histórico cultural, com o objetivo de construir uma visão de língua mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários concebendo a linguagem como um ato ou prática social.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas e suas literaturas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, sempre articulando a teoria à prática, de acordo com as novas diretrizes da educação nacional, constituindo-se, assim, de uma base formada por conhecimentos linguísticos e culturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC (BRASIL, 2018) e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, doravante BNC Formação (BRASIL, 2019).

Todo Curso de Letras, via de regra, é perpassado por subáreas que, em interação, subordinadas e articuladas à Área Mestra, convergem para uma formação continuada que contempla e preconiza os diversos saberes, gerais e específicos que, ao longo do curso, formarão o cabedal de conhecimentos teóricos e práticos de que o futuro profissional de Letras disporá para intervir no contexto em que vive ou viverá, profissionalmente ou não. Nesse sentido, a proposta do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da Unicentro, não foi pensada para formar profissionais limitados, capazes apenas de atuar no meio, reproduzindo conhecimento, mecanicamente, e repassando-o em seu ambiente de trabalho, mas,

principalmente, em formar cidadãos capazes de atuar SOBRE o meio, como agentes reflexivos, questionadores e, consequentemente, transformadores da realidade social, pautados na ética, valendo-se das diferentes linguagens e saberes acumulados e lapidados no decorrer da graduação.

Ao aliar e intercalar teoria e prática, planejar vislumbrando a aplicação do eixo – Ensino, Pesquisa e Extensão – que dá sustentação e legitimidade à existência da Universidade e de um curso universitário, o Curso de Letras caminha-se no sentido de promover e estimular a discussão crítica do fazer pedagógico e das teorias que lhe dão embasamento.

É justamente aí que reside o político do Projeto, uma vez que, subjacente a todo planejamento, há a adoção de uma determinada postura política. Atuar, interferindo ética e criticamente sobre o meio implica o trânsito e o uso consciente e adequado das várias linguagens, sob a forma de gêneros heterogeneamente constituídos por vários tipos de enunciados discursivos, nos distintos contextos comunicativos, públicos ou privados, formais ou informais. Daí a importância, não apenas da reflexão teórica, mas também, concomitante a ela, da prática, contemplada sob a forma de disciplinas e de cursos, minicursos, seminários, fóruns, apresentações artístico-culturais, palestras, dentre outras atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão.

Os egressos de um curso de Letras preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado do Paraná, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do ensino superior com a qualidade proporcionada por uma graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Nesse sentido, a oferta do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, organizou-se a partir da experiência do curso ofertado na modalidade presencial, com a finalidade de ser uma política pública educacional que proporciona acesso ao ensino superior público, tanto para ampliar quanto para qualificar a prática docente.

Dessa forma, a partir do desafio de implementar a formação de professores para o magistério da Educação Básica, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, o projeto se justifica junto ao estabelecimento do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na modalidade a distância.

As atividades do curso são norteadas pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras e pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO estão em consonância com aquilo que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras (CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001), qual seja o de "formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos orais e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro" (BRASIL, 2001, p. 24). Nesse sentido, a ênfase da formação profissional em Letras deve ser a qualificação para "o uso da língua, objeto do estudo, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais" (BRASIL, 2001, p. 25).

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO objetiva:

- Formar profissionais críticos capazes de operar como professor, investigador e desempenhar papel de multiplicador, formando críticos, intérpretes e produtores de texto de diferentes gêneros e registros linguísticos, culturais e estéticos, integrando o conhecimento científico com a realidade na qual ele esteja inserido.
- Formar professores dotados de visão generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética;
- Formar profissionais para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões culturais de movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento do conhecimento dos sujeitos.

Formar professores qualificados para a docência deste componente curricular na Educação Básica, preparados para considerar: o ensino visando à aprendizagem do aluno; o acolhimento e o trato da diversidade; o exercício de atividades de enriquecimento cultural; o aprimoramento em práticas investigativas, a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação e da comunicação, e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

4.3. JUSTIFICATIVA

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, considera os princípios que norteiam o trabalho dessa Instituição em suas atividades de ensino-pesquisa-extensão, às demandas do mercado de trabalho local e regional, o estágio atual do conhecimento na área da linguagem, das línguas e das literaturas, e as políticas linguísticas públicas e de educação, que orientam a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino do país.

Nessa configuração, alguns acontecimentos são bastante significativos. No Brasil, nos anos 80, do século XX, houve mudanças significativas e avanços em direção a uma maior democratização do país: eleições diretas, participação e atuação dos movimentos populares, fortalecimento dos partidos e sindicatos. Na área da educação pública, essas mudanças se transformaram em políticas e programas que estimulavam pais, professores, funcionários e organizações da sociedade civil a se envolverem nas decisões a serem tomadas para a melhoria da qualidade de ensino da escola pública, uma vez que essa se mostrava incapaz de formar um tipo de trabalhador necessário à vida em uma sociedade moderna. Passava-se a exigir dos professores competência profissional de modo a torná-los ágeis e dinâmicos para lidar com a velocidade das transformações tecnológicas que essa mesma sociedade produzia e controlava.

Nas duas últimas décadas do século XX, novas formas de organização da produção expandiram-se em um movimento internacional, trazendo novas exigências para a organização dos Estados nacionais, para o trabalhador, para a escola e para a formação dos professores. Em se tratando do professor de língua e de literatura, nova administração da unidade e diversidade linguística, novas formas de uso da língua, novas práticas de leitura e de escrita, impressas e digitais, passaram a constituir uma exigência.

Novas habilidades são requeridas do trabalhador no manuseio e consumo de novas tecnologias e na divisão do processo de trabalho, dentre elas: a capacidade de integração ao grupo e o trabalho em equipe, participação na tomada de decisões, maior capacidade de abstração e disponibilidade para aprendizagem constante e, sobretudo, a capacidade de comunicação linguística, implicando uma nova metodologia do trabalho com a leitura e a escrita.

Contudo, essas habilidades, atitudes e comportamentos não se desenvolviam rapidamente no interior das fábricas, o que significava que era preciso preparar o trabalhador na escola. Com isso, voltava à cena a velha questão entre educar e instruir, ou seja, a discussão sobre como dosar o conhecimento para que fosse possível reformar, mas não transformar o sistema. Fazia-se necessário abrir a escola para os novos grupos sociais, mas a natureza e a qualidade do produto obtido nem

sempre eram explicitadas ou garantidas.

No caso do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, parte constitutiva e constituinte da divisão social do trabalho em sociedades letradas como a nossa, foi preciso produzir um deslocamento na relação entre a apreensão de um sentido unívoco – reprodução – e o trabalho sobre a polissemia – transformação. É nesse movimento ambíguo e paradoxal que situamos o nosso trabalho com os graduandos e destes, com os alunos das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e/ou privada.

As transformações que afetam direta e indiretamente o mercado de trabalho, pelas mudanças que se operam nas formas de emprego e na divisão do trabalho face às inovações tecnológicas e organizacionais, exigem do trabalhador novas competências e habilidades, como dissemos anteriormente. Essas questões que movimentam o cotidiano de todos os brasileiros afetam toda a Universidade, mas fazem-se presentes, principalmente, nos cursos destinados à formação do profissional da linguagem.

Nesse contexto, estamos cada vez mais dependentes da informação e da capacidade de compreendê-la, de selecionar o que for significativo em meio à profusão de dados que nos chegam de todos os lados e, sobretudo, da capacidade de produzi-la e de controlá-la. A linguagem e as línguas estão, pois, no centro dessas mudanças, estabelecendo novas relações entre linguagem-sujeito-conhecimento.

No Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, formamos profissionais que devem atuar na sociedade brasileira em um lugar estratégico tanto para a reprodução como para a transformação das relações produtivas e das condições materiais de existência dos brasileiros. Como ler? O que ler? Para que ler? Como lidar com uma determinada textualidade? Como produzir-reproduzir diferentes tipos de textos? Como estabelecer a interação entre os diferentes grupos sociais que integram a nossa sociedade?

O mercado, na dinâmica da sociedade capitalista, marca fortemente toda a instituição escolar e constitui a mola propulsora da estrutura e funcionamento dos diferentes cursos oferecidos por uma universidade. A disseminação e a produção do conhecimento científico e artístico-cultural que aí se realizam se dão no contexto das relações econômicas e sociais e encontram-se referidas às condições materiais de existência dos indivíduos.

No Brasil, considerando as relações entre capital e trabalho, uma instituição universitária tem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas, por um lado, ao imediatismo e pragmatismo de um mercado, cujo foco central é o lucro e a satisfação dos interesses de uns poucos e, por outro lado, comprometidas com a formação, em nível superior, de um cidadão que deverá também atuar de forma crítica e criativa nesse mesmo mercado, no sentido de satisfazer as necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais que a integram.

Por sua própria natureza, a universidade tem a consciência de ter assumido um compromisso educacional global com o estudante, que envolve, de um lado, a estruturação ética da subjetividade, e, de outro, a formação humanística e a capacitação científica e tecnológica que deverá conferir competência e compromisso social aos portadores dos diplomas por ela emitidos.

Assim, ao mesmo tempo em que devemos ter um conhecimento bastante abrangente e preciso sobre as demandas feitas pelos mercados local, regional e nacional, relativas aos profissionais que formamos, em termos mediatos e imediatos, devemos também ser capazes de construir utopias norteadoras do nosso cotidiano acadêmico em que as desigualdades e injustiças sociais deem lugar a uma sociedade mais equânime e fraterna.

Em se tratando da formação de um profissional da área da linguagem, significa explicitar e compreender como a sociedade brasileira constrói sua identidade, produzindo conhecimento – gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais didáticos, métodos e técnicas de ensino – trabalhando esse conhecimento em relação a sua realidade em uma instituição específica: a escola. Nesse contexto de alta complexidade, típico das sociedades contemporâneas, um aspecto presente é a necessidade de explicitação de valores éticos e morais norteadores da vida em coletividade, que se traduzam pela conquista da cidadania plena para todos os segmentos sociais, especialmente quando se constata o vertiginoso crescimento da intolerância, do racismo, da xenofobia, da violência e da exclusão social.

No âmbito da Educação, há também mudanças profundas nos processos de ensino e de aprendizagem, resultantes do impacto dos grandes avanços das tecnologias digitais da informação e da comunicação. Não só se incorporam as mídias de informação e comunicação na escola como também, diante de novas condições econômicas, políticas, sociais e culturais, surge a necessidade de rever as formas de ensinar e de aprender os conteúdos a serem desenvolvidos, bem como a introdução de novas modalidades de ensino, destacando-se o enorme incremento e disseminação do ensino a distância.

Considerando-se o cenário delineado, torna-se fundamental repensar a formação universitária e a concepção pedagógica que a sustenta, que deve estar voltada para a criação do novo, do futuro da sociedade. A universidade está sendo questionada em seu papel social e na sua capacidade de resposta aos enormes desafios presentes na atualidade. E, mesmo com grandes limitações e dificuldades, precisa renovar-se, uma vez que a instituição universitária é, ainda, o lugar, por excelência, da produção e da crítica permanente ao conhecimento instituído.

A UNICENTRO, acompanhando atentamente as transformações da sociedade contemporânea, especialmente os processos que ocorrem na sociedade brasileira, a partir dos anos 2000, tem consciência da necessidade de redefinir-se e atualizar-se, considerando as exigências do tempo presente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras (Parecer CNE/CES 492/2001), a Universidade, além de produzir conhecimentos, deve também estar voltada para atender as necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. No entanto, ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos, e sem que se tome apenas limite a ser uma instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho.

Sabe-se que em todos os segmentos da sociedade estão ocorrendo mudanças, a Educação, como parte desse contexto, tem também sido repensada pelos órgãos oficiais, haja vista a Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e n° 19, de 27/05/2003, e instalada pelo Ministro da Educação em 29/04/2003 “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados" (BRASIL, 2003, p. 7).

Das diretrizes traçadas por essa Comissão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), apoiadas em pressupostos acadêmicos e políticos, pode-se pensar na importância do Curso de Letras para a concretização dessas metas na medida em que o profissional/educador dessa área do conhecimento tem um efetivo compromisso com “a transformação na Educação Superior Brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2003, p. 8), bem como com a “preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como a liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico” (BRASIL, 2003, p. 9).

A BNC Formação (BRASIL, 2019) em seus artigos 2 e 3 determina:

> Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.
> Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico do Curso contempla competências e habilidades previstas tanto na BNCC (BRASIL, 2018), quanto na BNC Formação (BRASIL, 2019) no sentido de uma formação integral e articulada com a Educação Básica, principal espaço de atuação do futuro licenciado.

O egresso da área de Letras, em face da formação humanística recebida no Curso, estará capacitado a exercer atividades junto à comunidade externa, tendo em vista cumprir a missão social do Curso de Letras, que é a de colocar no mercado de trabalho educadores conscientes da importância de sua atuação como cidadãos éticos, críticos e formadores de leitores, também críticos, capazes de ler/interpretar para produzir com clareza e objetividade seus próprios textos, já que ler e escrever são faces da mesma moeda.

4.4. HISTÓRICO DO CURSO

O curso de Letras, em Guarapuava, surgiu com a Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), em 1970, e foi reconhecido em 17 de janeiro de 1974. Em 13 de junho de 1990, a junção da FAFIG e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI), deu origem à Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Originalmente, o curso de Letras da UNICENTRO contemplava as habilitações Letras- Português/Inglês, Letras-Português/Francês e Letras-Português/Literatura. Entretanto, o curso de Letras-Português/Francês foi ofertado apenas entre os anos de 1973 e 1979 e, novamente, entre 1989 e 1994.

A Habilitação dupla, Português-Inglês, foi até o ano de 2002, quando foi substituída pela licenciatura única. Com as novas grades, os nomes dos cursos passaram a ser: Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa.

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, teve a primeira oferta no ano de 2016, com atuação em seis polos: Céu Azul, Iretama, Ivaiporã, Goioerê, Pato Branco e Reserva, de acordo com a política dos cursos oferecidos na modalidade a distância

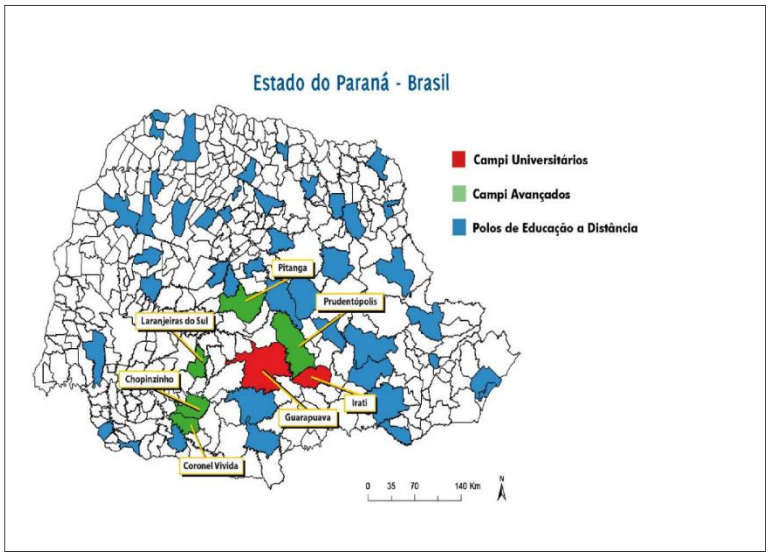
Há que se ressaltar que em 2005, a UNICENTRO passou a ofertar cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância, o que consolidou um Núcleo especializado na área. A partir dessa ação, firmaram-se parcerias a partir das quais foram ofertadas oportunidades de formação a docentes e tutores interessados em atuar na modalidade de ensino. A partir de 2008, a Universidade passou a integrar o Sistema de Universidade Aberta do Brasil, UAB, e intensificou suas atividades com a produção de material didático, formação docente e ampliação das ofertas de novos cursos de graduação, pós-graduação e de aperfeiçoamento, de acordo com as demandas existentes, o que gerou uma ação laboral entre o Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO,

NEAD/UNICENTRO, e o Sistema UAB.

Os cursos aprovados para serem iniciados em 2014 abrangem áreas de especialização em Libras, Intervenção Sociocultural para Contextos Escolares e Não Escolares, Perspectivas de Ensino de História no Brasil, Gestão da Informação e do Conhecimento, Educação e Formação Empreendedora e Ensino e Pesquisa na Ciência Geográfica.

No que se refere aos Cursos da UAB, a UNICENTRO ampliou sua atuação, passando a abranger os municípios: Apucarana, Astorga, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Campo Largo, Cândido de Abreu, Céu Azul, Congonhinhas, Curitiba, Faxinal, Flor da Serra do Sul, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Guarapuava, Goioerê, Ibaiti, Iretama, Itambé, Ivaiporã, Lapa, Laranjeiras do Sul, Londrina, Nova Tebas, Palmital, Pato Branco, Pinhão, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva, Santo Antonio.

FIGURA 1: A UNICENTRO e sua região de abrangência – cursos a distância



Fonte: UNICENTRO – PDI, 2018

Os serviços que mais têm alavancado a geração de empregos nas microrregiões em tela, evidenciam resultados favoráveis do comércio e da agropecuária.

No que se refere à construção civil, são de conhecimento público as políticas nacionais de incentivo para a atividade, podendo-se citar os programas do governo federal relacionados ao financiamento habitacional, como “Minha casa minha vida”, e amenização de tributos incidentes sobre materiais de construção (política tributária). Além disso, as dinâmicas percebidas, principalmente no comércio e ensino, fortalecem a ideia de que a região tem aumentado ainda mais seu papel de polo regional, sofrendo demanda crescente por parte de munícipes vizinhos.

Considerando os indicadores de desenvolvimento sintetizados (IDH-M, IPDM e IFDM) nota-

se que a região é heterogênea em termos de desenvolvimento. Os municípios de Guarapuava e Virmond apresentam os melhores indicadores da Microrregião, contudo a média regional é baixa e destoante da média do Estado. Dos dezoito municípios que formam a Microrregião de Guarapuava, doze compõem a lista dos cinquenta menores IDH-M de todo o Paraná. Esse dado alarmante nos força a refletir sobre a necessidade de se constituir uma política regional de desenvolvimento, de forma planejada e criteriosa, no afã de modificar a realidade de nossa região. Algumas alternativas para se combater o problema, que não se resolve da noite para o dia, e demanda recursos que muitas prefeituras de cidades interioranas não dispõem, seriam a criação de consórcios intermunicipais e convênios com órgãos de fomento, principalmente o governo federal. Este tipo de política, se bem trabalhada, poderia contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de toda a região, refletindo positivamente nos indicadores de desenvolvimento.

O questionário socioeconômico aplicado aos alunos do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, em março de 2020 (figura 2) foi organizado com 18 questões com o objetivo de coletar dados sobre questões: familiar, econômica, social, e perspectivas para o futuro quanto ao interesse em participar de cursos em EAD.

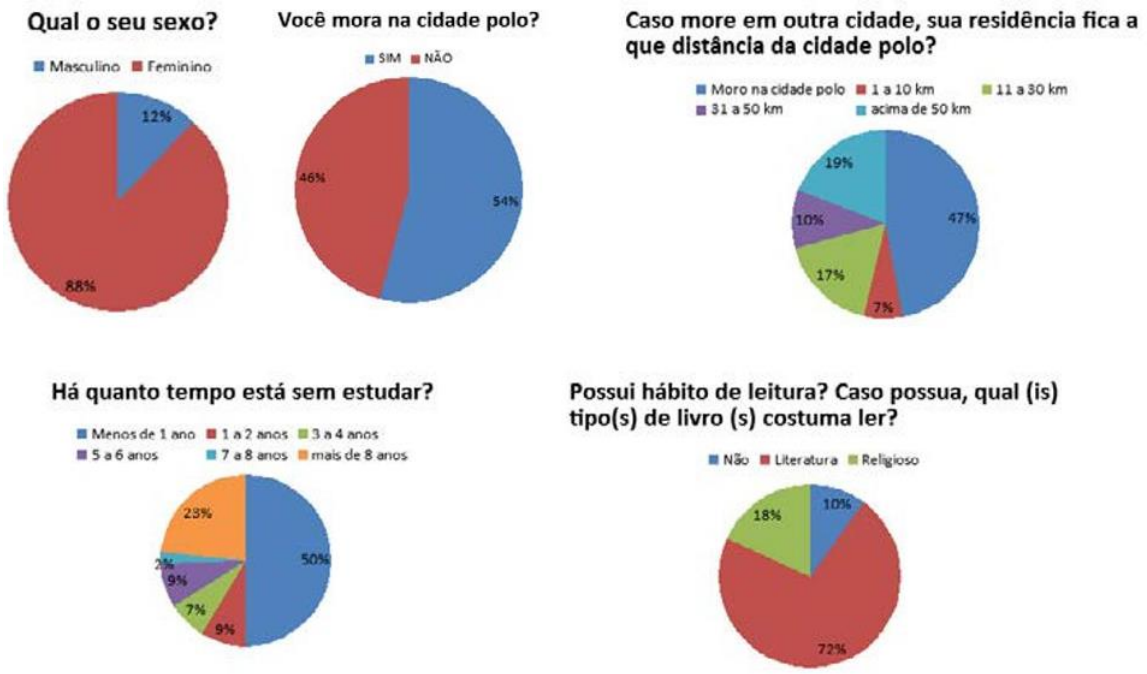
Num universo de 171 alunos, responderam ao questionário 98 alunos dos seis Polos: Goioerê, Céu Azul, Reserva, Pato Branco, Iretama e Ivaiporã.

A primeira questão foi sobre a idade de nossos acadêmicos onde 27, 6% têm entre 41 a 50 anos de idade, na sequência temos os dados de 87,8 % dos acadêmicos são mulheres e foi perguntado se os alunos moram na cidade polo, o qual ficam da seguinte forma: 54, 6% moram na cidade polo e 45,4% não residem na cidade polo; perguntamos: “Caso more em outra cidade, sua residência fica a que distância da cidade polo?”, onde 19,3% a distância é acima de 50 km e 17% 11 a 30 km sendo as mais distantes do polo. Quando perguntado se o curso a distância é sua primeira graduação, tivemos os seguintes dados: 62,5 % é a primeira graduação e 37,5% não é a primeira graduação. Os alunos que possuem uma outra graduação, 28,6%, possuem especialização. No quesito: “Há quanto tempo o aluno está sem estudar?", tivemos 49,5% menos de 1 ano. Quando questionado se possui hábito de leitura e caso possua, qual(is) tipo(s) de livro(s) costuma ler, tivemos os seguintes percentuais: 71,4% literatura, 18,4% religioso e 10,2% não possuem o hábito da leitura. Também foi perguntado se os alunos têm experiência docente e, caso tenha, em que nível, 48% não possuem experiência docente, 19,4% ensino fundamental séries iniciais, 16,3% educação infantil, 8,2% ensino médio, 7,1% ensino fundamental II e 1% no ensino superior. Com relação à questão de ter experiência em educação a distância, 54,1% possuem experiência e 45,9% não possuem.

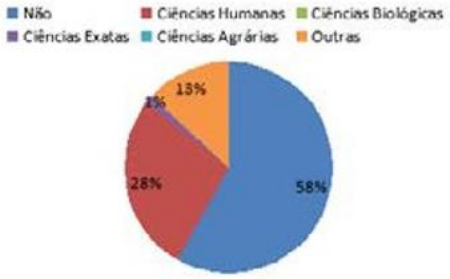
Quando perguntado sobre tecnologia, se há presença de tecnologias em seu domicílio e qual(is), ficou da seguinte forma: 51% possuem computador portátil, 29,6% telefone celular, 15,3% computador de mesa. E quando perguntado se os alunos possuem computador no domicílio 95,9% afirmam ter. Com relação ao acesso à internet e e-mail, a frequência sim é 88,8% e 11,2% às vezes. Quando perguntado que atividade realiza na internet, 61,2% educação, 22,4% busca de informação, 9,2% comunicação, 4,1% lazer, 2% serviços financeiros e 1% não realiza. Acessam a internet no domicílio 89,8%, sendo 79,6% utilizando banda larga fixa. Por fim, questionado qual a rede social que mais acessa, 52% respondeu Facebook, 31,6% outros e 16,3% Instagram.

Além dos dados mencionados, outros indicadores podem ser observados a seguir:

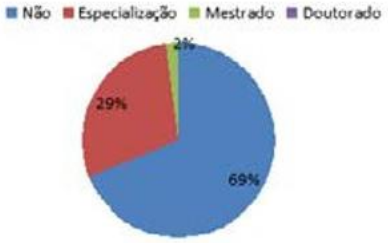
Figura 2: Dados Socioeconômicos dos alunos do Curso Letras



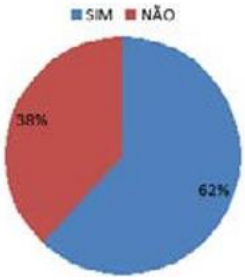
Possui graduação anterior? Qual?



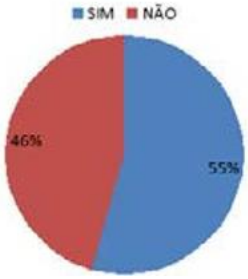
Possui pós-graduação? Qual seu maior nível de titulação?



Este curso a distância é sua primeira graduação?



Tem experiência em educação a distância?

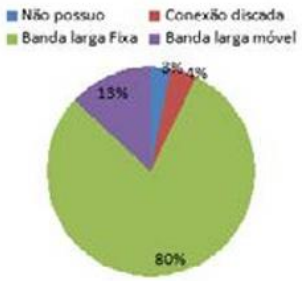


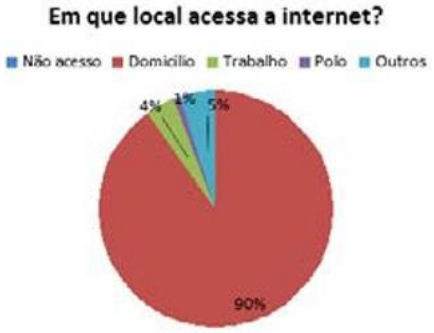
Há presença de tecnologias em seu domicílio? Qual (is)?

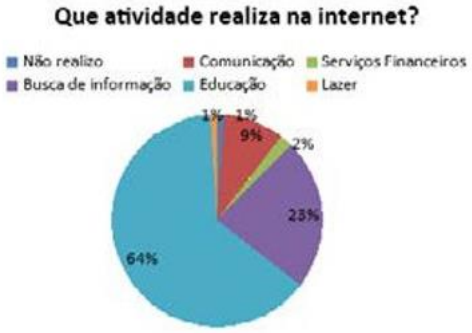
Possui computador no domicílio? Caso não, aponte os motivos para ausência de computador no domicílio

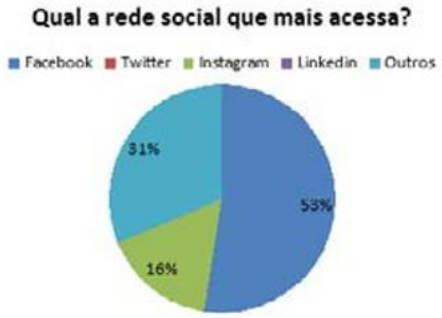
Acesso a internet e e-mail com frequência?

Que tipo de conexão utiliza para acessar a internet?









Fonte: Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, 2019.

Em 2020 teve início a segunda oferta do Curso nos polos de Assaí, Apucarana, Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Guaraniaçu, Santo Antonio do Sudoeste e Siqueira Campos, com 350 alunos.

Em 2021 tivemos o período de repercurso e, após aprovação pela SETI da alteração do período máximo de integralização do curso de 5 para 6 anos, temos, em 2022, a segunda turma do repercurso, possibilitando aos acadêmicos afetados pelo período pandêmico provocado pela Covid-19, a conclusão do curso.

Com a publicação da BNC Formação (BRASIL, 2019) e com a determinação da Curricularização da Extensão fez-se imperiosa a reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso (doravante PPC) a fim de cumprir as determinações e estar mais próximo dos anseios sociais. Trata-se da primeira alteração do PPC desde 2016.

4.5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL

A definição do perfil do profissional egresso do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, deve, necessariamente, resultar do desdobramento das três grandes matrizes de competências, quais sejam: a competência comunicativa, analítico-reflexiva e pedagógica. Além disso, deve-se contemplar também a dimensão ética e política da sua atuação. Entre as capacidades e atitudes relativas às quatro dimensões abaixo, espera-se que sejam encontradas, no futuro professor de Língua e Literatura formado pela UNICENTRO, as seguintes:

a) No que se refere à dimensão comunicativa:

- domínio da expressão oral e escrita em diferentes situações de comunicação, especialmente nas que requerem o uso da norma culta da língua materna e, quando for o caso, da língua estrangeira de sua especialização;
- capacidade de ler e compreender os mais diversos tipos de textos – literários e não-literários, distantes no tempo e/ou contemporâneos –, monitorando reflexivamente sua leitura e adequando-a aos objetivos acadêmicos e profissionais;
- capacidade de julgar a adequação comunicativa de produções linguísticas alheias – especialmente as de seus alunos – apontando soluções práticas para os problemas apresentados;
- capacidade de transferir e explorar habilidades de expressão e compreensão para diferentes meios de comunicação – em particular, para as novas tecnologias da informação – e de fazer uso de diferentes "linguagens", ou recursos de expressão – visuais, gestuais, etc. – de modo a enriquecer o seu discurso;
- consciência da importância, para o seu desenvolvimento profissional, pela busca permanente – seja pelo estudo e pesquisa dedicados, seja pela prática renovadora constante – do aperfeiçoamento de seu desempenho linguístico e comunicativo;

b) No que se refere à dimensão analítico-reflexiva:

- capacidade de conceber a linguagem como um fenômeno complexo, entendido nas suas várias dimensões: psíquica, histórica, social, política, filosófica e literária;

- capacidade de compreender criticamente os fundamentos das principais teorias linguísticas, buscando explicações plausíveis para os fatos da língua;
- capacidade de abordar racionalmente problemas e questões pertinentes ao uso e ao ensino da língua sem preconceitos de qualquer natureza;
- capacidade de compreender criticamente os fundamentos das principais teorias sobre fenômenos literários, buscando respostas plausíveis para questões de análise e crítica literárias;
- capacidade de abordar racionalmente o texto literário e os problemas e questões que coloca, promovendo a formação analítica, crítica e criativa do leitor;
- consciência da importância, para o seu desenvolvimento profissional, pela busca permanente e aperfeiçoamento dos conhecimentos teóricos e capacidades analítico-reflexivas sobre a língua e a literatura;

c) No que se refere à dimensão pedagógica:

- entendimento das complexas relações (cognitivas, afetivas, culturais e ideológicas) que permeiam a prática educativa;
- domínio de métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição de conhecimentos sobre a língua e a literatura nos diferentes níveis de ensino e mais diversos contextos de aprendizagem (escolas regulares, cursos independentes, orientação individual etc.);
- capacidade de desenvolver habilidades interpessoais e intrapessoais na relação professor-aluno e na relação com os pares;
- consciência da importância pela busca permanente da educação continuada, com vistas ao seu desenvolvimento profissional;
- capacidade de refletir criticamente sobre suas ações, seja no âmbito da academia, seja no mundo do trabalho, promovendo a (re)construção de conhecimentos e a aplicação desses de acordo com os princípios reconhecidos pela ciência contemporânea e princípios éticos e políticos de uma educação comprometida com a sociedade democrática.

d) No que se refere à dimensão ético-política:

- compromisso com o uso de suas capacidades intelectuais e seu esforço profissional para o progresso e a justiça social e para a resolução dos desafios da realidade contemporânea;
- respeito ético e intelectual – mesmo quando em discordância – para com as ideias de alunos e/ou colegas de profissão, além do compromisso com o debate democrático e aberto, respeitando o indivíduo e a sua liberdade de crença, de forma a estimular a iniciativa, a criatividade e a participação individual;
- consciência crítica da sua incompletude intelectual e da importância da atualização permanente de sua formação científica e pedagógica – receptividade para o novo e compromisso com a reavaliação permanente de suas crenças científica e atitudes profissionais;
- compromisso político com a busca da valorização de sua profissão e com a promoção do seu ramo de conhecimentos e de atuação.

Além das dimensões anteriormente mencionadas, há que observar as competências gerais e específicas, e as respectivas habilidades previstas na BNC Formação (BRASIL, 2019).

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
>
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
>
> 10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores. (BRASIL, 2019, p. 13)

As competências específicas dizem respeito ao conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional (BRASIL, 2019).

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (BRASIL, 2001), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2019) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil, em consonância com uma tendência mundial, têm colocado a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Para Perrenoud (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Competência não é o uso estático de regras aprendidas, implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Perrenoud (1999, p. 37) afirma que “uma competência orquestra um conjunto de esquemas, envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação”.

O conceito de habilidade é complexo, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não “pertence” a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

Isso significa que, no tocante à formação profissional que deve lidar com o ensino da língua,

o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso da língua e literatura não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura.

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, é projetado na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa.

Propõe-se um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori, mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro competência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades: com respeito à dimensão comunicativa; com respeito à dimensão analítico-reflexiva; com respeito à dimensão pedagógica e com respeito à dimensão ético-política.

4.6. CAMPOS DE ATUAÇÃO

O profissional formado pelo curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, poderá atuar nos seguintes campos:

- Docência: no Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada;
- Cursos profissionalizantes; educação de jovens e adultos; aulas particulares e de reforço;
- Cursos superiores (em que, em geral, são também requisitados cursos de pós-graduação);
- Assessoria e revisão: pareceres sobre o uso da norma culta da língua portuguesa para órgãos públicos ou privados;
- Avaliação de materiais didáticos;
- Revisão de textos para editoras ou órgãos públicos ou privados;
- Pesquisa e produção de materiais, como livros didáticos e manuais.

4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A qualidade educativa está alicerçada em princípios fundamentais, que consideram os limites da ciência, da diversidade, da provisoriedade do consenso dos desafios da convivência pluralista. √Nessa perspectiva, a ideia de globalidade, de comparatividade, respeito à identidade, caráter não punitivo ou premiativo, legitimidade, continuidade, descentralização, participação coletiva, possibilidade de participação e emancipação, são fundamentais para a efetivação da trajetória formativa.

A avaliação, integrada a todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, deve ser entendida pelos professores como uma forma de observar se, com a proposição dos conteúdos ofertados, foi possível os alunos construírem ou aprenderem novos conhecimentos. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á no âmbito das disciplinas e será formativa e somativa, integrada aos processos de ensino e aprendizagem e ao planejamento do professor, valorizando o desenvolvimento do estudante no decorrer do curso, considerando não apenas o conhecimento adquirido por meio do conteúdo curricular, mas, também, suas atitudes e habilidades.

Os meios e instrumentos a serem utilizados são: entrevista professor/aluno, reflexões individuais, em duplas e grupos, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, resenhas de temas e conceitos trabalhados, provas, *feedback* do professor, fichas de avaliação e autoavaliação, dentre outras possibilidades previstas no Plano de Ensino do professor.

4.8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL

A avaliação institucional configura-se como um processo amplo e complexo, que ao contemplar esferas políticas, administrativas e acadêmicas, torna-se um instrumento fundamental para o aperfeiçoamento profissional de docentes, para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas Instituições de Ensino Superior, bem como para o desenvolvimento dos acadêmicos, efetivando suas ações pedagógicas científicas e sociais.

Ao assumir um sentido formativo no processo de avaliação, a Instituição de Ensino Superior pode alcançar uma melhor definição de seus compromissos com a sociedade, utilizando a avaliação institucional como ferramenta do aperfeiçoamento acadêmico e da gestão universitária. A avaliação institucional da UNICENTRO, organizada pela DIRAI, tem como bases dimensões propostas pelo INEP e considera também requisitos que configuram a avaliação do ENADE, definindo um indicador ordinal que é obtido através da apreciação dos campos de organização didático-pedagógica do curso, recursos humanos e recursos físicos.

A conexão entre avaliação institucional e o curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO permite a ligação administrativo-operacional-funcional e pedagógico-didático científico identificando as potencialidades e necessidades do curso. Torna-se indispensável o incentivo e o compromisso com a participação efetiva dos docentes e acadêmicos da unidade nessa tarefa, para assim atender a um processo contínuo de discussão e aperfeiçoamento das ações individuais e coletivas.

A avaliação institucional do curso é operacionalizada na plataforma Moodle, sendo disponibilizada a todos os alunos do curso. O instrumento aplicado aos acadêmicos do Curso Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, aborda 4 variáreis e seus respectivos critérios conforme consta a seguir:

Variável 1 – Avaliação dos tutores

Critério 1 – Do ponto de vista do trabalho de suporte da tutoria, você considera que seus tutores (6 questões):

Critério 2 – Do ponto de vista das atitudes, você considera que os seus tutores (2 questões):

Variável 2 – Avaliação dos Polos – Apoio Pedagógico e Infraestrutura

Critério 1: Apoio pedagógico (3 questões);

Critério 2: Apoio técnico-pedagógico (3 questões);

Critério 3: Equipamentos, manutenção e conservação (3 questões);

Critério 4: Estrutura física e segurança em atividades presenciais (5 questões);

Critério 5: Estrutura física especial em atividades presenciais – laboratórios, biblioteca e auditório (8 questões);

Critério 6: Estrutura física – localização, acessibilidade e circulação (5 questões);

Variável 3: Avaliação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle

Critério 1: Acessibilidade (7 questões);

Critério 2: Inserção/postagem de dados (2 questões);

Critério 3: Interatividade (6 questões);

Critério 4: Layout (5 questões).

Variável 4: Avaliação dos Professores:

Critério 1: Quanto ao planejamento das atividades, você considera que seus Professores (2 questões);

Critério 2: Do ponto de vista do trabalho desenvolvido, você considera que os seus Professores (7 questões);

Critério 3: Do ponto de vista das atitudes, você considera que os seus Professores (3 questões);

Critério 4: Do ponto de vista da avaliação do ensino-aprendizagem, você considera que os seus Professores (3 questões).

Importante esclarecer que a UNICENTRO realiza um processo constante de avaliação institucional, como se pode perceber pelo Relatório de Avaliação Perceptiva.

4.9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

A nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 9) estabelece dez "Competências Gerais", "que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica", quais sejam:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
> 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
> 3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
> 4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
> 5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
> 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
> 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
> 10 Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Tendo em vista essas dez competências, bem como as “Estratégias para articulação com o mundo do trabalho”, a nossa intenção é destacar, inicialmente, que o Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, como o próprio nome propõe, está voltado para a docência, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Médio. Sendo assim, o mercado ou o mundo do trabalho de um profissional formado nesse curso, constitui-se, primeiramente, pela sala de aula, em que atuará na função de Professor, em “Escolas, faculdades, universidades”, das redes pública e/ou privada.

Para além dessa função primeira, o profissional também poderá desempenhar suas atividades em “fundações, institutos, associações, agências de turismo, órgãos públicos, empresas, assessorias e consultoria para órgãos de comunicação e editorial nos setores de revisão, tradução e interpretação”[2], diversificando, assim a área de abrangência da prática dos conhecimentos teóricos aprendidos no percurso de sua formação.

Por essa razão, o Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, amparado na nova Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2018) e na BNC Formação (BRASIL, 2019), pretende desenvolver estratégias que preconizam o diálogo entre a teoria e a prática ao longo da formação dos acadêmicos. Isso ocorre e vem sendo amplamente discutido nos últimos anos, primeiramente, por meio da criação do Fórum das Licenciaturas, que tem se ocupado em debater dentre várias temáticas a Curricularização da Extensão, com vistas a aproximar o aluno do mercado de trabalho, isto é, da sala de aula, desde os primeiros anos da graduação.

Além dessa iniciativa, a consolidação do NDE dos cursos, juntamente com o Fórum, vem discutindo a reformulação da disciplina de Estágio Supervisionado, tendo em vista que a Resolução no. 02/2019/CNE determina que os Cursos de Licenciaturas disseminem, interdisciplinarmente, por todos os seus Componentes Curriculares, as Práticas de Ensino.

Sendo assim, o conhecimento histórico, o desenvolvimento científico, por meio da pesquisa, e mais especificamente, por meio da Iniciação Científica e dos Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como o uso de novas tecnologias, no regime a distância, possibilitam desenvolver saberes, incentivando a criticidade em relação às técnicas e ao humano, formando cidadãos conscientes e reflexivos. Permitem, ainda, valorizar a cultura e os debates sobre gênero, no sentido de resolver conflitos, pensando e repensando diariamente as práticas de ensino, em prol do desenvolvimento social.

Enfim, todas essas estratégias estão respaldadas em um currículo, que se pretende dinâmico e construído com base na reflexão, não perdendo de vista o modo de operacionalização dos conteúdos em sala de aula. Além disso, o PIBID e o PET preparam os alunos para o mundo de trabalho, permitindo que exercitem funções de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, são

fundamentais os conteúdos de Língua Portuguesa, Inglesa e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como as Literaturas correspondentes, os quais, distribuídos na grade curricular, objetivam formar profissionais aptos para atuar no mundo do trabalho.

[1] Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.
[2] Fonte: http://www3.unicentro.br/cursos/letras-guarapuava/. Acesso em: 03 jul 2022.

4.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A questão da formação de professores no Brasil, desde a década de noventa vem sinalizando um movimento generalizado de reestruturação educacional, o que exige reformas nos cursos de formação de professores para atuação na educação básica. Tais exigências passam, entre outros aspectos, pela necessidade de descentralização das decisões, pela introdução de uma ação voltada aos resultados de sua prática e a viabilização de um programa nacional comum centrado nos conteúdos de base aliados à profissionalização do ensino.

Nesse sentido, no Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, o modelo de formação de professores ora proposto fundamenta-se principalmente na flexibilidade curricular e na interdisciplinaridade, reafirmando a ênfase na formação para a docência na Educação Básica. Sendo assim, os profissionais formados deverão estar qualificados para o ensino visando à aprendizagem do aluno considerando o conhecimento a partir dos seus significados em diferentes contextos e respeitando o princípio da diversidade. Deverá se caracterizar como um profissional que busque constantemente o seu enriquecimento cultural a partir do aprimoramento em práticas investigativas. Os profissionais deverão estar devidamente qualificados para a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares e para trabalhar em colaboração e em equipe. Espera-se ainda, que o egresso esteja preparado para o uso de tecnologias da informação e da comunicação, e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores. Para isso, o profissional desta área deve apresentar um perfil que contemple habilidades e competências quanto:

- ao domínio teórico e descritivo dos componentes fonológicos, morfossintáticos, léxicos e semânticos da Língua Portuguesa;
- à capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem;
- ao domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literatura e cultura em língua portuguesa;

- à criatividade e criticidade necessárias ao desenvolvimento profissional, inclusive com potencial de organização didático-pedagógica;
- à iniciativa e autonomia para formulação, gestão e administração de projetos em língua, literatura e cultura de língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola;
- à percepção de que um processo de avaliação deve ser coerente com os objetivos da metodologia estabelecida e que supõe também auto avaliação sistemática;
- à capacidade para compreender a trajetória histórica, ideológica, social e educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto das políticas educacionais inclusivas;
- à aceitação de que sua formação implica compromisso ético e sociocultural.

Neste documento, será considerado egresso, o estudante que concluiu todas as disciplinas dos Cursos de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, e que tendo colado grau, é portador de diploma desta instituição de ensino superior.

O egresso do Curso de Letras está primordialmente apto para atuar como professor de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas nos ensinos básico e tecnológico, seja na rede pública ou na privada. Além disso, poderá ingressar em um programa de Pós-Graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, para atuar como professor de ensino superior.

No entanto, ao escolher seguir seus estudos na Pós-graduação, o egresso não precisa necessariamente atuar no nível superior, mas pode – e assim entende-se a Pós-graduação – desenvolver pesquisas, intervir na melhoria do ensino da Língua Portuguesa e suas Literaturas, no quadro geral no sistema educativo nacional.

Com base nos objetivos anteriormente descritos e, dadas as demais considerações tecidas neste documento, o presente projeto define que o egresso, em consequência de sua formação teórico-prática-pedagógica, tenha em seu perfil acadêmico, independentemente do nível em que atua, criticidade, autonomia, competência linguística, metodológica e pedagógica, de forma que seja capaz de integrar, em sua prática, as atividades do tripé ensino/pesquisa/extensão. Para tanto, faz-se necessário que apresente flexibilidade e iniciativa, de modo a aperfeiçoar seu desempenho profissional.

Considerando, porém, que nem todo egresso busca a carreira acadêmica, o Curso de Letras possibilita outras oportunidades, como desenvolver atividades na área editorial, produzindo e/ou avaliando materiais didáticos ou prestando consultorias para empresas, bibliotecas, museus, centros e instituições de pesquisa, ONGs, entre outros, bem como prestar assessoria cultural.

4.10.1 Pesquisa e Atualização de Dados – Egressos

A Unicentro considera o acompanhamento de seus egressos como um parâmetro significativo para a avaliação da qualidade do caminho formativo que a instituição oferece a seus alunos, com vistas, também, ao mercado de trabalho que deverá absorvê-los. Desse modo, propõe-se a avaliar o percurso acadêmico oferecido, baseado no desempenho profissional de seus formados. O retorno dos egressos sobre o ensino recebido na Universidade é fundamental para o aprimoramento institucional.

Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação - CPA instituiu em suas ações o processo avaliativo denominado "Acompanhamento de Egressos", o qual possui um instrumento de coleta próprio, com vistas a avaliar institucionalmente o procedimento.

Firmado nos objetivos descritos abaixo, Programa de Acompanhamento de Egressos:

- Avaliar as adequações entre a oferta e a qualidade dos cursos superiores ofertados e as demandas quantitativa e qualitativa geradas pela sociedade e pelo mercado de trabalho;
- Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada;
- Avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos egressos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Divulgar a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.

Trata-se de um questionário online semiaberto, que é composto por questões fechadas de resposta única, questões de múltipla resposta e questões abertas, via ferramenta Google Docs, disponibilizado para os alunos egressos, com a finalidade de acompanhamento da trajetória educacional e índice de empregabilidade após a formação, bem como a atualização de dados. A pesquisa é realizada obedecendo ao calendário avaliativo da UNICENTRO, ou seja, os cursos que participam do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE são os que participam da coleta.

A distribuição dos questionários aos respondentes e a divulgação da aplicação são feitas pela Diretoria de Avaliação Institucional – DIRAI, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social – COORCS, e a Coordenadoria de Tecnologia e Informação – COORTI. A COORTI fornece as listagens de respondentes aptos com as informações necessárias para a sensibilização dos participantes, e a COORCS realiza a divulgação e distribuição dos questionários.

Com esses processos avaliativos e de acompanhamento, a Unicentro tem a possibilidade de acompanhar o desempenho de seus egressos junto ao mercado de trabalho, bem como realizar estudos comparativos de inserção profissional dos egressos por curso. Também, com as informações coletadas dos participantes formados, é possível trabalhar a evolução e, se necessária, adequação dos projetos pedagógicos à realidade das demandas apontadas.

Entretanto, o NEAD ainda está em fase de elaboração de acompanhamento dos alunos concluintes, com vistas a estudos para novas demandas.

4.11. CONCEPÇÕES DO CURSO (somente para EaD)

4.11.1 Histórico da EaD na Unicentro

A inserção da modalidade de EaD na Unicentro ocorreu a partir de 2005, e fez com que fossem instituídas legislações pertinentes, bem como a criação do Núcleo de Educação a Distância/Nead. A partir de então, professores que atuam em cursos na modalidade presencial passam a participar da EaD e percebem que a organização do trabalho pedagógico apresenta diferenças, principalmente no que tange a interatividade, ao uso de objetos educacionais midiáticos, formas de planejamento e de avaliação.

Sendo assim, foi preciso no transcorrer destes 15 anos de atuação a instalação de processos de formação continuada, considerando que a oferta de cursos nesta modalidade, segue concepções pedagógicas diferentes daquelas instituídas no presencial e delineiam também perspectivas didáticas e metodológicas particulares.

Os processos de interatividade são fundamentais em cursos a distância que se preocupam com qualidade, fazendo com que os educadores necessitem de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação/TIC e, em práticas didático-pedagógicas adequadas para os modelos de aprendizagem e essa diretriz tem sido constante nas ações realizadas pelo NEAD.

Consoante a isso, a preocupação do Nead, sobremaneira pelas ações da Universidade Aberta do Brasil/ UAB-Unicentro têm se pautado em discutir a gestão pedagógica a partir de premissas relacionadas às concepções pedagógicas que orientam a organização do trabalho pedagógico dos professores que atuam na modalidade EaD, bem como alinhar o que pode ser oferecido em termos de TIC's como componentes essenciais na oferta de cursos a distância. Além das questões pedagógicas que envolvem o saber-fazer do professor na modalidade, questões ligadas ao *design* educacional e informacional também se tornaram, nos últimos tempos, ferramentas de discussão que incidiram sobre a criação de projetos que integrem diferentes sujeitos no processo.

A Unicentro com seus setores de EaD tem tratado nos últimos anos, das especificidades do trabalho pedagógico do professor que atua na modalidade de educação a distância em consonância

com as ações do tutor, respeitando a experiência subjacente de cada docente em sua atuação no ensino presencial, mas com a assertiva de que há que se configurar novas formas de pensar uma disciplina ou área do conhecimento, quando se atua nesta modalidade.

Sendo assim, a atuação do Nead/UAB, no que se refere, em específico, a gestão pedagógica de seus cursos foi a de buscar alternativas no que diz respeito ao planejamento, postagem e interlocução do docente com alunos, no momento em que sua disciplina está ativa na plataforma de aprendizagem.

Nesse sentido, além de criar um setor específico para trabalhar com essas questões, o NEAD propôs uma gestão que considere os referenciais de qualidade para a educação a distância frente às ofertas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Assim, pensar propostas pedagógicas que norteiam a modalidade, tornou-se uma oportunidade para que equipe e professores analisassem diferentes concepções pedagógicas que orientavam e orientariam o trabalho pedagógico do docente. Essas ações estão intimamente ligadas, por exemplo, ao uso do ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela instituição e a produção de diferentes materiais didáticos.

Sendo assim, outros setores foram sendo consolidados a partir da proposta pedagógica dos cursos. O Setor de projetos do NEAD que trabalha no *design* dos cursos, o setor de vídeos e de recursos áudio visuais, assim como o setor de produção de materiais didáticos, trabalham de forma conjunta para dar suporte aos cursos ofertados na modalidade de educação a distância da Unicentro, bem como apoiam ações dos cursos presenciais que utilizam atividades on-line.

Este caminho pedagógico para a modalidade de EaD foi o grande diferencial do Núcleo de Educação a Distância da Unicentro, à medida que se decidiu-se por algumas vertentes teóricas, em destaque: a heutagogia e a perspectiva pedagógica situada. Ambas tratam da sistematização do trabalho pedagógico do professor, vinculado a um campo de prática, no qual acontecem interações entre sujeitos, conteúdos e materiais didáticos. Como esses pressupostos pedagógicos ressaltam a autoaprendizagem, o conhecimento compartilhado e a aprendizagem como foco em experiências, eles ajudam a dimensionar uma concepção conectiva de ensino e de aprendizagem em EaD, entendida como: "[...] cada pessoa é um ser de relações, constituído em suas múltiplas dimensões (histórica, social, biológica, psicológica, afetiva e política), situado em um contexto específico que ajuda a produzir e, dialeticamente, é produzido" (ALMEIDA, 2009, p. 98).

As dimensões apontadas, possibilitaram uma posição diferente do professor, principalmente em relação ao planejamento de suas disciplinas e ao redimensionamento dos saberes em outras perspectivas. Nesse sentido, o professor passa a planejar a sua disciplina com um olhar diferenciado, não centralizado no conhecimento, mas voltado também, para a criação de diferentes estratégias metodológicas que o auxiliem no desenvolvimento da "[...] criatividade, a busca e a

seleção de diferentes contextos, o interesse em interagir, compartilhar experiências e ser co-gestor de sua formação" (ALMEIDA, 2009, p. 107).

Entende-se essa importância, porque a EaD pressupõe o estabelecimento de relações de reciprocidade entre professor, aluno e tutor, no universo das tecnologias. Portanto, entende-se necessário aperfeiçoar a didática dos professores para que tenham outro olhar frente a cybercultura, diferenciando-se dos modelos presenciais.

Para ocorrer o processo de ensino e de aprendizagem em ambientes virtuais é imprescindível a participação ativa dos alunos, na mediação com os tutores, no processo de construção do conhecimento, a partir da aprendizagem colaborativa, pois com ela cria-se uma atmosfera de troca de conhecimentos sem acarretar prejuízo no aprendizado, e se retiram possíveis posturas centralizadoras dos docentes.

Em um sentido amplo, esse é um processo que envolve interagir com outras pessoas, ferramentas, mundo físico e no qual o aluno "[...] estará sujeito às influências do ambiente social e cultural em que a aprendizagem ocorre, o que também define, pelo menos parcialmente, os resultados de sua aprendizagem" (FILATRO, 2009, p. 98). Portanto, as ações que definem a perspectiva pedagógica situada na modalidade EaD se definem em um conhecimento adquirido e socializado a partir da realidade de cada educando, tanto profissional, quanto pessoal.

Nessa esfera, o trabalho de gestão pedagógica e administrativa do Nead/UAB envolve além de uma dimensão política e administrativa, uma atuação efetivamente didática que trabalha com princípios que auxiliam na organização do trabalho pedagógico do professor, do tutor e das coordenações de curso. Para que essas ações se concretizem, foi necessário criar uma estrutura de acolhimento presencial e virtual aos coordenadores, docentes, tutores e acadêmicos que oportunizasse um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo.

A equipe do NeaD é formada por professores responsáveis que acompanham o trabalho de planejamento das disciplinas a serem disponibilizadas na plataforma virtual. Além de professores e *designers* na área pedagógica, há o acompanhamento de outros professores, geralmente da área do curso e que possuem experiência em EaD, bem como uma equipe técnica, responsável pela elaboração dos materiais didáticos interativos. Esses profissionais acompanham os professores na organização da disciplina, proporcionando durante os encontros, uma constante reflexão sobre a ação educativa no AVA, com vistas à melhoria da qualidade de ensino oferecido pelo NEAD/UAB/Unicentro.

Assim, esse processo de mediação acontece a partir de duas premissas, mencionadas anteriormente: o planejamento e o gerenciamento do trabalho pedagógico-administrativo do Setor.

De acordo com as concepções de ensino e respeitando os diferentes estilos de aprendizagem,

acredita-se que um planejamento para ações em EaD, que considere importante os múltiplos sujeitos que atuam na modalidade, deve-se pautar pela flexibilidade em suas práticas pedagógicas, obtendo, dessa forma, uma maior efetividade e um desenvolvimento contínuo dessas práticas pedagógicas. Assim, além do trabalho do professor, essencial nesse processo, ressalta-se a importância dos diferentes setores do Núcleo.

Cabe ressaltar que a partir do ano de 2019, o Nead/Unicentro ampliou suas ações por meio da oferta de Cursos Abertos, processos de formação continuada em EaD e parcerias com outras instituições.

No ano de 2019 o Nead/UAB criou uma Plataforma denominada LICON – Livre Conhecimento no qual se destaca a oferta de cursos livres para a sociedade em geral, processos de formação continuada para os sujeitos que atuam na modalidade, a exemplo do Projeto Ideias para uma formação on line - que se estrutura em quatro eixos: plataformas, metodologias, ferramentas didáticas, lives e webinares.

O objetivo do projeto Ideias para uma Educação on-line é formar professores em âmbito nacional para atuarem em processos que envolvam Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em atividades não presenciais, ou em cursos na modalidade de Educação a Distância. As formações são desenvolvidas com parcerias no âmbito da UVPR (Universidade Virtual do Paraná), em conjunto com a Câmara de EaD da Abruem (Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais).

O projeto especial quer incentivar o uso de metodologias, recursos, ferramentas e plataformas que possam favorecer abordagens e práticas tanto em cursos presenciais quanto da modalidade EaD. A proposta é colaborativa, pretendendo que os participantes se tornem ativos, divulgadores de suas práticas e construtores de suas trilhas de aprendizagem.

Como se constitui como um projeto de formação continuada, as atividades são criadas em conjunto, podendo ser modificadas ou ampliadas no decorrer do processo, se pautando na perspectiva da aprendizagem em *microlearning*. Trata-se de uma abordagem autoinstrucional (sem tutoria), que pode ser adaptada à disponibilidade de tempo do aluno.

O Licon abriga várias atividades como as parcerias com a CRESOL Instituto e a Universidade Virtual do Paraná/UVPR, sendo responsável por projetos como Legado Paranaense, Ganhando Mundo, Coronavírus em análise, Cursos Abertos em parcerias com as demais universidades paranaenses e no âmbito da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais/ Abruem.

4.11.2 O curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, da Unicentro

O curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a

distância, da UNICENTRO, como estabelece a Legislação Educacional, se configura como um curso básico de formação acadêmico-científica no campo educacional, cujo princípio norteador pressupõe a formação docente sustentada nas práticas de ensino vinculadas à Educação dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, e em cursos de Educação Profissional.

O Curso é estruturado em 4 anos letivos, sendo que no primeiro se faz concomitantemente a iniciação na metodologia de aprendizagem a distância.

A matriz curricular contempla disciplinas que visam ampliar o conhecimento deste profissional, sobretudo, oportunizando-lhe o domínio teórico-prático para atuar de forma contextualizada e interdisciplinar nos diversos níveis da escola e fora dela ocupando o espaço específico do profissional licenciado em Letras - Português, pois a especificidade da função do profissional da educação é a compreensão histórica dos processos de formação e desenvolvimento humano e a produção do conhecimento em educação em espaços escolares e não escolares.

Em todo os anos é aprofundada a temática de forma que articule e integre os diferentes instrumentos de modo a oferecer subsídios para a formação do profissional, para atuar no ensino, projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, através das pesquisas nas diversas áreas da educação escolar e não escolar e que, tenha subsídios para elaborar o projeto de conclusão de curso.

O curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, contempla três núcleos de formação: a) núcleo de formação pedagógica; b) núcleo de formação do conhecimento sobre a língua e suas literaturas, c) núcleo de formação para a docência, e é ofertado em regime anual.

O primeiro núcleo de formação, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo aluno durante o núcleo básico, tem como objetivo explicitar a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

O segundo núcleo de formação objetiva promover a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos, de forma a descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua, bem como apresentar as literaturas a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas, tendo sempre em vista o ensino no básico.

Envolve uma parte obrigatória mínima, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos mais direcionados aos interesses específicos de cada aluno.

O núcleo de formação para a docência tem como objetivo definir mais especificamente a

atuação do professor. Esse núcleo se articula ao outro, numa correlação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar. Inclui aulas e atividades relacionadas à ráticas docentes e o estágio curricular supervisionado de ensino. A prática pedagógica compreende "a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora" (BRASIL, 2019).

As aulas e atividades contemplam uma formação docente ampla e uma estrita. Os núcleos de formação devem ser integralizados em 3292 horas/aula de disciplinas obrigatórias e 68 horas/aula de eletivas. O núcleo de formação para a docência, além de 400 horas/relógio de Prática como Componente Curricular estarem distribuídas no decorrer do curso, também deve ser integralizado em 400 horas/relógio de estágio supervisionado. Além disso, o curso prevê ainda 100 horas/relógio de Atividades Complementares, 40 horas/relógio de Projeto Integrador em atividades extensionistas e 100 horas/relógio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Totalizando 3440 horas/relógio.

Os conteúdos humanísticos, de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Conteúdos relacionados à formação na área de políticas públicas e gestão da educação, diversidades de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, Afrodescendentes e as Relações Étnicos Raciais estão contempladas nas ementas das disciplinas de Correntes Críticas da Teoria Literária; Educação, políticas públicas, linguagem e diversidade; Estudos de Literatura Brasileira I; Estudos de Literatura Brasileira II; Estudos de Literatura Brasileira III; Estudos de Literatura Portuguesa I; Estudos de Literatura Portuguesa II; Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva; História da Língua Portuguesa; Laboratório de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão; Laboratório de Leitura e Produção Textual; Língua Portuguesa II - morfologia; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II; Vivência Escolar (estágio); Linguística I - Formalismo e Funcionalismo no ensino de língua; Linguística II - Linguagem, significação e discurso; Literaturas Africanas em Língua Portuguesa.

Além do que se destaca, o NEAD oferece aos alunos acesso a websérie em Educação Especial, composta por 10 vídeos que abordam as temáticas de inclusão e acessibilidade.

A proposta pedagógica do Curso de Letras Português Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, formará profissionais da educação para atuar no ensino, em

projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, através das pesquisas nas diversas áreas da educação escolar e não escolar.

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa segue as diretrizes emanadas pelo Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO, estudos realizados no Grupo de Pesquisa em EAD da mesma instituição, das discussões ocorridas em reuniões e encontros organizados pelo NEAD.

O Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO dedica-se ao estudo de diferentes propostas pedagógicas que norteiam a modalidade, o que oportuniza analisar concepções que orientam tanto o trabalho pedagógico do professor, quanto a estrutura didática do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Moodle, no qual os cursos oferecidos pela Universidade ganham uma dimensão diferenciada.

O que orienta o trabalho do Setor Pedagógico do NEAD – UNICENTRO é o significado das práticas pedagógicas na modalidade e, desta forma, todos os esforços tencionam compreender, inicialmente, como se desenvolvem as práticas pedagógicas em EAD.

No Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, as práticas pedagógicas são entendidas como aquelas ações educativas que acontecem no seio da sala de aula (no caso da modalidade EAD, o campo de prática – AVA) e permitem diferentes relações: professor-aluno, aluno-aluno, professor-conteúdo, aluno-metodologias. Dando ênfase à modalidade de EAD, as pessoas são envolvidas por diferentes perspectivas, principalmente na organização do trabalho pedagógico.

Sendo assim, a metodologia para a oferta do curso situa-se na concepção de educação híbrida com ênfase na aula invertida. A educação híbrida ou *blended learning* tem como princípio o aprendizado que ocorre tanto no ensino presencial como no ensino virtual, em diferentes ambientes, não somente no espaço escolar e acadêmico. Esse olhar educacional foca-se no trabalho em grupo, mas, ao mesmo tempo, individualizado, na aprendizagem colaborativa a partir de ferramentas dispostas em ambientes virtuais, aplicativos ou similares, nas quais alunos e professores interagem de forma ativa. Um ensino flexível que permite que o aluno acesse, em qualquer momento, ferramentas tecnológicas, para ler, ampliar e ressignificar conhecimentos.

Entretanto, essa concepção educativa não é um simples hibridismo, em que se misturam momentos virtuais e presenciais, nos quais se ampliam as formas de acesso ao conhecimento pelo aluno, pois ela se estrutura como processo de ensino-aprendizagem colaborativo e, portanto, é planejada e avaliada para valorizá-los, pois, como um ecossistema mais aberto, exige respeito às formas mais abertas e flexíveis que emergem durante o planejamento e execução das ações.

Como metodologia da aprendizagem híbrida, para este curso foi utilizada a aula invertida, que

se baseia em três pressupostos: o autoestudo, a aprendizagem colaborativa e a aprendizagem em comunidades de prática. As atividades de autoestudo ocorrem no AVA, mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICS e planejadas pelo professor que respeita o ritmo de aprendizagem do estudante e a sua forma de aprender.

Esse passo inicial possibilita que o acadêmico estude em casa, em qualquer momento, e que tenha acesso aos conteúdos e saberes propostos pelo professor sempre que quiser. Para tanto, a prática pedagógica é pensada de modo a apresentar os conteúdos de forma atraente e que leve à construção de conceitos por parte do acadêmico. Para isso, ao planejar, o professor considera os recursos tecnológicos e os textos multimodais ou hipermodais, ou seja, pressupõe a criação de um espaço que possibilite "[...] dialogar permanentemente de acordo com o que acontece no momento; trocar experiências; debater dúvidas, questões ou problemas; apresentar perguntas orientadoras [...]" (MASETTO, 2010, p. 145).

Nesse ambiente de auto estudo, de fácil navegabilidade, que se estrutura como espaço individual e, ao mesmo tempo, coletivo, avança-se para processos mais interacionais, por meio de práticas colaborativas, nas quais o acadêmico torna-se ainda mais partícipe em atividades interacionais com os colegas e com o professor. As propostas colaborativas, antes do trabalho na aula presencial, permitem um aprendizado significativo e proporcionam a cada acadêmico avaliar o seu aprendizado, para que, posteriormente, nos momentos presenciais, aprofunde seus conhecimentos, solicitando auxílio para suas dúvidas e dificuldades.

De igual forma, o professor acompanha o ritmo dos acadêmicos, faz um diagnóstico das principais dificuldades a serem trabalhadas, valorizando os pontos positivos e o progresso de cada estudante. Aprofundando o processo, no *flipped classroom*, a aprendizagem, por meio de comunidades de práticas, desempenha um papel fundamental, pois à medida que o acadêmico já se preparou em etapas anteriores (autoestudo e aprendizagem colaborativa), o tempo da aula presencial é dedicado ao aprofundamento da compreensão sobre o conhecimento adquirido, com a chance de recuperá-lo, aplicá-lo, ressignificá-lo, construir e compartilhar novos conhecimentos.

Assim, o tempo presencial fica liberado para que professores e acadêmicos avancem no aprendizado, seja fazendo exercícios, tirando dúvidas, promovendo debates, realizando avaliações. Percebe-se que a proposta pedagógica que alicerça o processo de ensino na modalidade a distância, pauta-se em um trabalho docente que oportuniza momentos de desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da liberdade para a autogestão da aprendizagem, inclusive na tentativa de projetar diferentes contextos de interação e compartilhamento de experiências e focaliza a perspectiva do autoestudo, da aprendizagem colaborativa e das comunidades de prática.

Figura 3: Infográfico que representa a concepção pedagógica que norteia a oferta deste curso:

Fonte: NEAD/UNICENTRO

Figura 4: Print screen de tela da aplicação da metodologia no ambiente virtual de aprendizagem:

Fonte: NEAD/UNICENTRO

As diferentes metodologias de ensino adotadas no Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, partem da Heutagogia, defendida por Almeida (2009, p. 117) como uma alternativa que sugere a:

> […] autoaprendizagem na perspectiva do conhecimento compartilhado. Trata-se de um conceito que expande a concepção de Andragogia ao reconhecer as experiências cotidianas como fonte de saber e incorpora a auto direção da aprendizagem como foco nas experiências (ALMEIDA, 2009, p. 117).

Já a defesa que Hase e Kenyon (2000) fazem da Heutagogia, complementa a de Almeida (2009). Eles ponderam que a aprendizagem acontece a partir do que é compartilhado, da construção e reconstrução de saberes. Assim, "[...] cada pessoa é um ser de relações, constituído em suas múltiplas dimensões (histórica, social, biológica, psicológica, afetiva e política), situado em um contexto específico, que ajuda a produzir e, dialeticamente, é produzido" (ALMEIDA, 2009, p. 98).

Nesse sentido, o professor não possui um poder centralizado sobre o conhecimento. Ele cria estratégias metodológicas que possibilitam o desenvolvimento da "[...] criatividade, a busca e a seleção de diferentes contextos, o interesse em interagir, compartilhar experiências e ser co-gestor de sua formação" (ALMEIDA, 2009, p. 107).

Além deste norte em termos de concepção, há também certas perspectivas, relacionadas à organização do trabalho pedagógico que sustentam e orientam o trabalho dos professores, como é o caso da perspectiva pedagógica situada, que define campo de prática, metodologias de ensino, materiais didáticos e sujeitos envolvidos na modalidade.

Partindo de algumas pesquisas, como as de Filatro (2009) e Almeida (2009), entende-se que os cursos pensados a partir de uma perspectiva pedagógica situada, apresentam a seguinte visão:

> [...] o conhecimento está localizado na ação de pessoas e grupos, ou seja, é distribuído socialmente. Da mesma maneira que o socioconstrutivismo, a abordagem situada enfatiza o contexto social da aprendizagem [...] situação na qual o aluno aplicará a aprendizagem adquirida (FILATRO, 2009, p. 98).

É possível, assim, compreender a aprendizagem como prática social, o que indica muito mais do que uma ação individual do aluno em obter algum tipo de informação a partir de um corpo de conhecimento, muitas vezes, descontextualizado. Em um sentido amplo, este é um processo que envolve interagir com outras pessoas, ferramentas e mundo físico.

Assim, o aluno "[...] estará sujeito às influências do ambiente social e cultural em que a aprendizagem ocorre, o que também define, pelo menos parcialmente, os resultados de sua aprendizagem" (FILATRO, 2009, p. 98). Portanto, as ações que definem a perspectiva pedagógica situada na modalidade EAD se resumem em: a) conhecimento adquirido é conhecimento

socializado; b) quando se trata de contexto social da aprendizagem isso significa que o aluno ao socializar o conhecimento adquirido, ele o aplica em sua realidade, tanto profissional quanto pessoal.

Portanto, ao observar os sujeitos envolvidos nesta modalidade, destaca-se a defesa de Lave e Wenger (1991) quanto a criação de uma identidade por parte dos sujeitos (aluno, professor, tutor) quando participam de uma dada comunidade, o que os integra a um circuito de aprendizagem. Os docentes, neste caso, não devem se inserir apenas com a organização e o planejamento de materiais instrucionais, com os conteúdos, com as metodologias escolhidas e com os alunos que são vistos em uma rede de "[...] informação e insights que podem ser consultados para resolver problemas reais" (LAVE; WENGER, 1991, p. 98).

Nesse sentido, ao se apropriar de um ponto de vista pedagógico situado, os docentes pensam e organizam estratégias de ensino que permitem aos alunos aplicar "[...] diversas perspectivas a um problema e assumir a postura de que, para entender o ponto de vista dos outros, é necessário dialogar e não apenas ouvir." (LAVE; WENGER, 1991, p. 98).

Essas estratégias de ensino devem conduzir os alunos à construção de campos de prática, conceito defendido por Barab e Duffy (2000). A defesa desses autores é que são entendidos como "tarefas em que cada esforço é feito para tornar a atividade de aprendizagem autêntica em relação ao contexto social no qual as habilidades e os conhecimentos estão normalmente inseridos" (apud FILATRO, 2009, p. 27).

Isto significa, portanto, que o campo de prática é o espaço virtual escolhido para observar, ler, discutir e analisar os conteúdos propostos por uma dada disciplina. Esses espaços, necessariamente precisam apresentar uma característica conectiva, ou seja, devem oportunizar espaços em que se encontra outros materiais didáticos sobre o que está sendo discutido no AVA – Moodle, por exemplo, ou se tornar uma ferramenta de compartilhamento de materiais produzidos e discutidos por outras comunidades.

Resumidamente, a partir de uma perspectiva pedagógica situada, deve-se observar: a) a aprendizagem a partir de um diálogo cooperativo em que os sujeitos poderão trocar experiências e mostrar diferentes pontos de vista; b) professores, materiais didáticos e colegas de sala de aula como fontes de informação que podem e devem ser consultados para resolver problemas.

4.11.2.1 Operacionalização

1) A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância compreende a verificação da aprendizagem, por meio de avaliação processual e de prova presencial. A avaliação processual de cada disciplina, será realizada por meio de atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem e por meio de instrumentos variados. Essa

sistemática de avaliação deve estar prevista no mapa da disciplina proposto pelo professor. E ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial, de caráter obrigatório.

2) As avaliações, na modalidade a distância, são realizadas na plataforma AVA Moodle ou nos Polos de Apoio Presencial. De acordo com regulamentação interna, as avaliações realizadas na plataforma AVA-Moodle têm peso 4,0 (quatro) e as avaliações presenciais, peso 6,0 (seis). Entende-se por avaliação presencial as atividades realizadas no polo, tais como: seminários, oficinas, provas impressas e online.

3) O resultado do rendimento escolar da disciplina será calculado a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. A RESOLUÇÃO Nº 1-COU/UNICENTRO, DE 10 DE MARÇO DE 2022, altera dispositivos da Resolução nº 101-COU/UNICENTRO, de 10 de dezembro de 2010, extinguindo o exame final e oportunizando ao acadêmico a recuperação do rendimento, como previsto abaixo:

> Art. 49. O professor deve prever no plano de ensino da disciplina, a oferta de oportunidade de recuperação de rendimento durante o semestre.
> § 1º A oportunidade de recuperação de rendimento pode ser ofertada ao longo do processo avaliativo ou ao final do semestre.
> § 2º A recuperação de rendimento pode ser realizada por meio de provas, seminários, trabalhos ou outros instrumentos de avaliação definidos pelo professor no plano de ensino e aprovada pelo Conselho Departamental.

4) O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal.

5) O aluno que não comparecer na data estabelecida para avaliação da disciplina, pode requerer prova em época especial, apresentando justificativa, no prazo estipulado em Instrução Normativa.

6) A recuperação do aproveitamento dos alunos é realizada por meio de atividade Complementar na plataforma AVA. Para o aluno reprovado em uma ou mais disciplinas, tem direito a mais uma oportunidade para cursar a(s) disciplinas(s), em forma de repercurso. O repercurso é ofertado após o período de integralização do curso, mediante cronograma de oferta das disciplinas, devidamente aprovado pela Coordenação de Curso.

7) Outros critérios de avaliação e recuperação estão estabelecidos nas Normas Acadêmicas da Educação a Distância e instruções específicas publicadas pelo NEAD em conjunto com a coordenação do curso.

4.11.2.2 Metodologia

O Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO tem se dedicado ao estudo de diferentes propostas pedagógicas que norteiam a modalidade, o que tem oportunizado analisar concepções

que orientam tanto o trabalho pedagógico do professor, quanto a estrutura didática do Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA Moodle, onde os cursos oferecidos pela Universidade tem ganhado uma dimensão diferenciada.

O que tem orientado o trabalho do Setor Pedagógico do NEAD-UNICENTRO é o significado que tem as práticas pedagógicas na modalidade e, desta forma, todos os esforços tencionam compreender, inicialmente, como se desenvolvem as práticas pedagógicas em EaD.

No curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, as práticas pedagógicas são entendidas como aquelas ações educativas que acontecem no seio da sala de aula (no caso da modalidade EaD, o campo de prática – um AVA) e permitem diferentes relações: professor-aluno, aluno-aluno, professor conteúdo-aluno-metodologias. Dando ênfase a modalidade de EaD, as pessoas são envolvidas por diferentes perspectivas, principalmente na organização do trabalho pedagógico.

Neste sentido, com o apoio do Setor Pedagógico do Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO, os coordenadores do curso realizam o acompanhamento didático e pedagógico de professores que atuarão no curso. Este grupo é composto por uma coordenação pedagógica e tutores de referência, responsáveis pelo *design* pedagógico dos cursos. A principal função da equipe é tratar das questões pedagógicas das disciplinas, incluindo apoio aos professores com relação ao planejamento da disciplina, bem como ao gerenciamento dos conteúdos na plataforma Moodle.

Esse grupo tem a tarefa de coordenar a produção de espaços, métodos e técnicas para que os objetivos propostos para a modalidade sejam atingidos. Para que estas ações realmente se concretizem, organizou-se uma estrutura de acolhimento aos professores, de forma presencial e virtual. A partir de um contato inicial, é possível observar que existe um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo.

O tutor de referência atua diretamente com o professor da disciplina e é responsável pelo apoio e assessoramento didático-pedagógico, o que inclui ações relacionadas ao planejamento da disciplina via Moodle, bem como diferentes mídias que serão utilizadas pelo docente, para além do ambiente virtual. Os encontros do professor e da equipe do Setor Pedagógico proporcionam uma constante reflexão sobre a ação educativa no AVA, com vistas à melhoria da qualidade de ensino oferecido pelo curso. Neste sentido, se reconhece que esse processo de mediação acontece a partir de duas premissas: planejamento e gerenciamento do trabalho do professor e do professor-tutor.

O planejamento é um momento que antecede a organização e o gerenciamento da disciplina na plataforma Moodle. Neste sentido, organizou-se um material chamado “Passo a passo do Professor de EaD” que dimensiona todos os materiais que o docente usará durante o processo de

planejamento, organização de materiais didáticos e gerenciamento da sua disciplina.

Um dispositivo didático importante presente neste passo a passo e norteador para pensar qualquer disciplina é o "mapa da disciplina" que funciona como um plano de ensino detalhado, com as especificidades da modalidade. Neste mapa, questões pontuais como textos de introdução das unidades, bem como atividades propostas e materiais complementares sistematizam toda a organização da disciplina. O tutor de referência trabalha junto com o professor na estrutura deste material e um pedagogo responsável pelo curso também sugere alternativas didáticas que podem se tornar mais adequadas e didaticamente coerentes com a proposta apresentada.

Assim, como o gerenciamento do material produzido pelo professor também é acompanhado pelo tutor de referência e pela pedagoga responsável pelo curso, esse processo inclui a organização do material na plataforma Moodle, bem como na estrutura de outras ferramentas fora da plataforma. A produção de áudios de acessibilidade e dos vídeos e audioaulas também são planejadas e executadas na fase inicial e fazem parte do pacote didático criado pelo professor.

A dinâmica que envolve o processo de ensino e de aprendizagem nas disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos partem do Passo a Passo do Professor, documento já identificado anteriormente. A partir de um contato inicial com o professor, ocorre a ciência de que existe um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo. Essa dinâmica é pensada e planejada a partir de quatro passos:

Primeiro passo: Contato do Setor Pedagógico com o professor responsável pela disciplina

a) apresentação do passo a passo de professor no setor pedagógico;
b) apresentação do plano de ensino e do mapa da disciplina com as especificidades para a EaD;
c) apresentação da plataforma Moodle – estrutura e funcionamento;
d) contato com a equipe de vídeo para gravação de vídeo e audioaula;
e) acompanhamento pedagógico para as produções;
f) contato com a equipe de design para a produção do ebook das disciplinas;
g) agenda do professor – definição de prazo para a entrega de materiais.

Segundo passo: Retorno do plano de ensino e do mapa da disciplina para o Setor Pedagógico

a) envio do plano de ensino e mapa da disciplina em formato digital;
b) envio de arquivos da disciplina livro da disciplina, materiais para a midiateca, entre outros;
c) revisão das questões pedagógicas e ortográficas da disciplina.

Terceiro passo: Inserção da disciplina na plataforma Moodle

a) apreciação da disciplina pelo professor e pela Coordenação do Curso;
b) publicação da disciplina na plataforma Moodle.

Quarto passo: Acompanhamento da disciplina

a) participação nos fóruns (tira-dúvidas e suporte técnico), *chats*, webconferências e demais atividades propostas.

Como entendemos que o mapa da disciplina e o plano de ensino são instrumentos essenciais

para o planejamento de uma disciplina, o modelo utilizado leva em consideração o que os alunos precisam estudar, os mecanismos para que se apropriem dos saberes, a escolha de conteúdos, as atividades que possibilitam a construção de conhecimentos significativos, as tecnologias a serem utilizadas e que mantenham relação com as atividades pensadas, a avaliação no ambiente virtual de aprendizagem, bem como nas atividades presenciais, tendo em conta o enfoque da disciplina, e ainda, considerando os mecanismos de interação aluno tutor, aluno-professor, aluno-professor-tutor.

A Coordenação do Curso, ao receber a indicativa de que a disciplina está organizada no ambiente virtual de aprendizagem, realiza com o professor e os professores-tutores uma reunião pedagógica para tratar de questões ligadas a apresentação da disciplina, materiais didáticos disponibilizados, atividades propostas e, principalmente, os critérios que serão utilizados pelos professores-tutores para a correção das avaliações.

O professor-tutor, como mediador do processo de ensino e de aprendizagem, é o sujeito fundamental para que aconteça a tríplice interação entre alunos, professores e plataforma de aprendizagem. Como há duas formas de atendimento dos tutores, uma de forma presencial e outra, a distância, é imprescindível que estes tenham o domínio de diferentes ferramentas de comunicação e conheçam a fundo os conteúdos trabalhados nas disciplinas.

O atendimento do professor-tutor a distância, realiza-se por meio de mensagens via plataforma de aprendizagem, e-mails. Já no caso da tutoria presencial, o atendimento é feito nos polos. Nos dois casos, é de responsabilidade também do professor-tutor, alertar aos alunos sobre as datas das atividades, das avaliações, orientações, grupos de estudo, entre outros.

Também, como recursos metodológicos temos as rodas de conversa realizadas pelos professores das disciplinas, via *google meet*, semanalmente a fim de trabalhar mais proximamente os conteúdos.

Além, o curso está estruturado de forma a valorizar e respeitar o trabalho interdisciplinar, sendo que os professores dialogam a fim de promover interação e atividades em conjunto.

Por fim, os tutores presenciais são incentivados a promover grupos de estudo nos polos.

4.11.2.3 Ambiente virtual de aprendizagem

O AVA-MOODLE, como campo de prática, possibilita que o aluno, em qualquer momento oportuno, interaja, realize atividades, tire dúvidas e encaminhe trabalhos, execute outras produções e compartilhamentos de ideias e projetos. Assim, o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é um espaço utilizado pelos professores para postagem dos materiais didáticos das disciplinas, propostas de autoestudo que envolvem leituras, vídeos, exercícios de reflexão, *quizz*, entre outras atividades, bem como propostas de discussão e colaboração pensadas pelos professores para os alunos, tais como fóruns dirigidos, *webs*, *wikis*, *chats*. A interação com os professores das

disciplinas, tutores e demais colegas de curso torna-se possível porque todos têm acesso a ambientes interativos de ensino, formando, então, uma verdadeira comunidade virtual de aprendizagem, num processo de rede de significação, a partir de uma ruptura assignificante.

Assim como em um curso presencial, o aluno tem responsabilidades e tarefas a realizar. O sucesso da formação depende, portanto, de vários fatores, entre os quais se destaca a disciplina pessoal e a disponibilidade para aprender. A postura ativa do aluno é essencial para que possa adquirir conhecimentos, criar estratégias de aprendizagem que melhor se adequem ao seu perfil ou pesquisar informações complementares. Na plataforma de aprendizagem, cada curso tem um *design* que identifica a concepção de curso proposto. Neste mesmo caminho, é desenvolvida uma proposta de *layout* que possibilita que o aluno crie uma experiência mais significativa com o uso do ambiente de aprendizagem.

Além de um topo que identifica o curso, o nome da disciplina, o nome do professor e o período em que a disciplina acontece, o que se apresenta em termos de *design* de *Page* é um modelo de abas, que possibilita a navegação, por parte do usuário, de forma mais interativa e dialógica, a partir dos hipertextos que se abrem nas abas disponibilizadas. Tal dispositivo oferece acesso mais rápido aos diferentes espaços da plataforma: como exemplo, tem-se a aba início (que referencia as informações gerais sobre a disciplina, bem como áudios de acessibilidade. E ainda, destaca as unidades e outras ações, como se pode observar no *layout* do curso.

Imagem 1: Layout de uma disciplina do curso de Letras Português

Fonte: Captura de tela

O AVA Moodle dispõe de diversas ferramentas que auxiliam no processo de ensino do professor. É necessário que o professor tenha claro os objetivos que almeja alcançar, o que é essencial que os alunos aprendam, para então eleger dentre as possibilidades, a mais adequada. O objetivo é de auxílio na criação/elaboração das atividades avaliativas da disciplina. Para tanto,

considera-se:

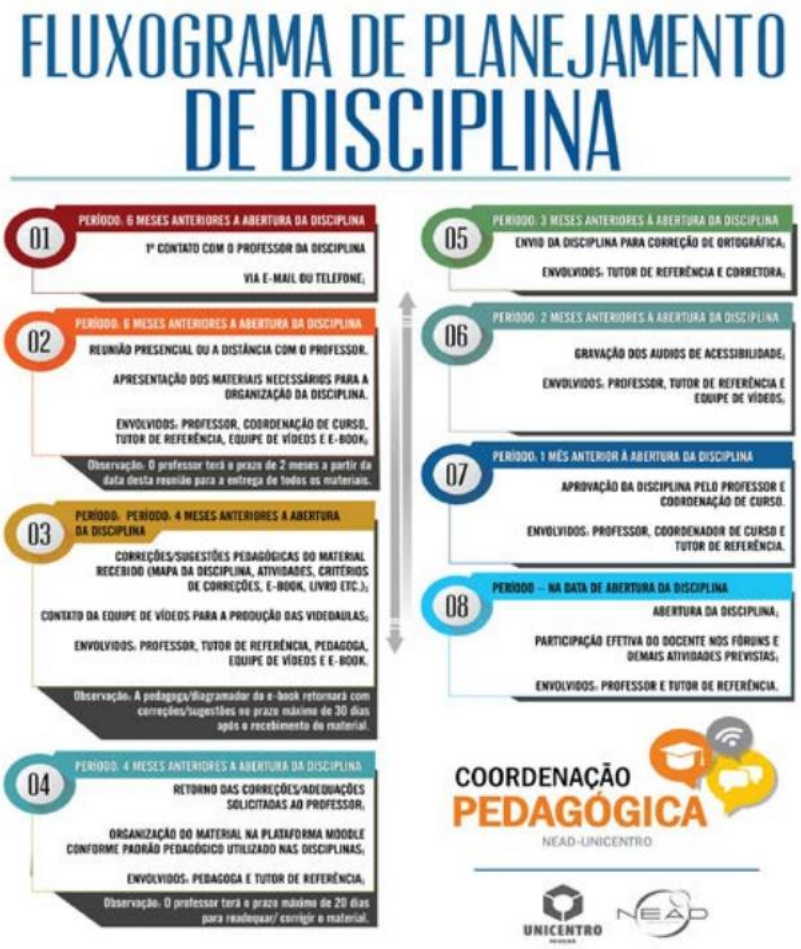
- Ao organizar o conteúdo programático das aulas, esquematizar quais as atividades que farão parte do processo avaliativo;
- Levar em conta as especificidades da disciplina para estabelecer a melhor maneira de avaliar, a partir do tipo de conteúdo, proposto. Observar ainda, o nível de exigência dependendo do estágio em que o aluno se encontra no curso;
- Estabelecer critérios bem definidos para as avaliações. O objetivo do processo avaliativo não é protocolar, mas garantir a boa formação dos alunos;
- Não é obrigatório que ao final de cada unidade/temática de estudos haja uma atividade avaliativa. O professor utiliza critérios da necessidade ou não de avaliar o aluno;
- O número de atividades por unidade/temática quando necessárias devem ser de diferentes formatos. Não são permitidas somente atividades de envios de arquivo, questionário, fóruns etc.

4.11.2.4 Acompanhamento pedagógico do curso

O apoio pedagógico do Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO inclui a realização de reuniões com os coordenadores para definição/formatação do cronograma, reuniões com os professores das disciplinas ofertadas no semestre para elaboração do mapa da disciplina e desenvolvimento de ferramentas pedagógicas, bem como o gerenciamento dos conteúdos na plataforma Moodle. A coordenação pedagógica tem a tarefa de coordenar a produção de espaços, métodos e técnicas para que os objetivos propostos para a modalidade sejam atingidos. Para que as ações realmente se concretizem, organizou-se uma estrutura de acolhimento aos professores, de forma presencial e virtual. A partir de um contato inicial, é possível observar que existe um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo.

Os encontros do professor e da equipe do Setor Pedagógico proporcionam uma constante reflexão sobre a ação educativa no AVA, com vistas à melhoria da qualidade de ensino oferecido pelo curso. Nesse sentido, reconhece-se que esse processo de mediação acontece no planejamento do trabalho do professor e do professor-tutor. Nesse sentido, apresentamos um fluxograma com todas as atividades/etapas que o professor deverá realizar junto à equipe pedagógica do NEAD:

Figura 5: Fluxograma de planejamento de disciplina



Fonte: NEAD/UNICENTRO

O planejamento é um momento que antecede a organização e o gerenciamento da disciplina na plataforma Moodle. O primeiro passo é o da elaboração do plano de ensino, conforme modelo institucional. Na sequência tem-se a organização do mapa da disciplina que funciona como um passo a passo das ações e atividades da disciplina. Neste mapa, aparece a ementa da disciplina, bem como a relação dos conteúdos que serão trabalhados em cada unidade. De igual forma, questões pontuais como textos de introdução das unidades, atividades propostas e materiais complementares, sistematizam toda a organização da disciplina, como alternativas didáticas que podem se tornar mais adequadas e coerentes com a proposta apresentada.

a) Plano de Ensino:

O plano de ensino é a essência para a estruturação e organização das disciplinas. O modelo utilizado visa o processo de planejar a disciplina, levando-se em consideração o que os alunos precisam estudar, os mecanismos para que se apropriem dos saberes, a escolha de objetivos por sua relevância, o programa da disciplina em linhas gerais o processo de avaliação do aluno no ambiente virtual de aprendizagem, bem como nas atividades presenciais, tendo em conta o enfoque pensado para a disciplina, e ainda, considerando os mecanismos de interação aluno-tutor, aluno-professor, aluno-professor-tutor.

O plano de ensino está estruturado da seguinte forma:

Figura 6: Estrutura do plano de ensino

	Estrutura do Plano de Ensino
Parte 1	**Informações gerais sobre a disciplina:** Curso; disciplina/código; carga horária; unidades de estudo (número).
Parte 2	**Ementa da disciplina**
Parte 3	**Objetivos da disciplina**
Parte 4	**Programa geral da disciplina:** apresenta um quadro com a indicação das unidades e os tópicos que serão abordados pelo professor.
Parte 5	**Instrumentos de avaliação por unidade**: o professor indica, para cada unidade de estudo, a estratégia de avaliação, ou seja, a forma, o peso e os critérios que são enviados aos Coordenadores para posterior reunião entre professor e tutores.
Parte 6	**Bibliografia básica e complementar**

Fonte: NEAD/UNICENTRO

b) Mapa da disciplina

O mapa da disciplina é o planejamento das unidades de estudo no Moodle. O modelo deve ser preenchido pelo professor e enviado à Coordenação Pedagógica quatro meses antes do início da disciplina.

Este material é a linha condutora da disciplina. Nele estão presentes as atividades que possibilitam um processo de construção de conhecimentos significativos pelos alunos; as tecnologias que podem ser utilizadas e que mantenham relação com as atividades pensadas, textos introdutórios para cada unidade, os materiais didáticos digitais e o processo de avaliação detalhado (proposta avaliativa e critérios de avaliação). Neste mapa, fazem-se presentes outros dispositivos pedagógicos e que, em sua maioria, se inserem como textos multimodais, tais como: objetos virtuais de aprendizagem de criação do próprio professor e também de materiais complementares

sugeridos por ele, como games, PPT, linhas do tempo, charges entre outros, bem como qualquer outro *software* ou ferramenta tecnológica que for necessária para a disciplina.

A pedagoga do NEAD em conjunto com a coordenação pedagógica do curso faz sugestões sobre o material, caso seja necessário, primando para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive, tendo em vista as especificidades da modalidade. Posteriormente o mapa é enviado ao responsável pela correção ortográfica. Depois disso, a disciplina é configurada e o coordenador do curso recebe o *link* da disciplina já disposta no moodle, para compartilhar com o professor, que revisa e a aprova.

No mapa da disciplina, cada unidade apresenta as temáticas que serão estudadas. Essas unidades podem ser divididas em autoestudo e atividades colaborativas. Cada unidade pode tratar de mais de um conteúdo. Sugere-se que as unidades ou módulos de cada disciplina possuam a seguinte proporção em relação ao número de horas de cada disciplina:

Quadro 1: Organização de unidades ou módulos

Carga Horária	Número de temas/ unidades	Número de atividades avaliativas ou não (acompanhamento)
30h a 60h	2 a 3	Mínimo 2 Máximo 3
60h a 80h	3 a 4	Mínimo 3 Máximo 4
80h a 102h	5 a 10	Mínimo 5 Máximo 10

Fonte: NEAD/UNICENTRO

4.11.2.5 Materiais didáticos e mídias

O material didático tem papel fundamental na proposta pedagógica do curso. Em termos epistemológicos e metodológicos, contém em sua estrutura, recursos dinamizadores para o desenvolvimento da proposta curricular, tendo em vista que é o principal facilitador da interlocução entre educadores e educandos, mediando, portanto, o processo de aprendizagem.

Da mesma forma como acontece com outras tecnologias, na produção dos materiais deve-se considerar as relações entre as questões técnicas e tecnológicas, a dimensão humana e social, para não cair em um simplismo da técnica pela técnica. Os professores devem ser formados para inserir tais objetos em suas práticas, a partir de um processo de reflexão sobre a prática, pois "[...] pero una Rede no existe sin hombres" (WOLTON, 2000, p. 47).

Importante ainda considerar que esses materiais não são apenas instrumentos que podem levar a inovações e rupturas de práticas cristalizadas. Eles são ao mesmo tempo dispositivos técnicos que apresentam subjetividades, portanto, não possuem apenas um caráter utilitarista, pois podem

produzir novos sentidos que desafiam o ensino e a aprendizagem, não só pela apropriação, produção e uso dessas mídias, como também em favor de políticas públicas para a educação. Contudo, sua complexidade deve ser revelada no entrecruzamento entre o técnico e o pedagógico.

O NEAD entende que não se pode advogar pelo uso dos materiais digitais como meramente instrumentais, com a preocupação simples de transmissão de informações ou de uma prática de transposição didática, mas em uma perspectiva que considere outros princípios, dentre eles o do conectivismo como importante para o fortalecimento dos processos de produção de conhecimentos e de cultura, como preceitua Pretto (1996), como estruturante de uma formação intelectual, cultural e material.

As tecnologias digitais alicerçadas apenas no ferramental, sem considerar a reflexão necessária, acabam por definir e legitimar apenas mecanismos de manutenção de informações, sem levar à construção e ampliação dos conhecimentos.

Os materiais podem revelar novos caminhos de compreensão nas mudanças comportamentais, nas dimensões temporal, espacial e individual entre professor e aluno, com a qualidade que gere uma aprendizagem significativa para os alunos que passam a ser, em muitos contextos, coautores.

Até meados da década de 1990, as mídias utilizadas no processo de ensino aprendizagem restringiam-se mais ao material impresso – por vezes, alguns programas de televisão e vídeos – e os processos ficavam sob a responsabilidade de profissionais especializados. A tarefa dos professores era a de relacionar conteúdos e conceitos a serem abordados, mas não havia uma participação desses na construção das mídias a serem utilizadas no processo educacional.

Contudo, as mídias digitais e os processos de interatividade, trazem outros modelos de produção de conteúdos e exigem dos professores novas formas de trabalhar com os saberes, a partir dos conceitos apresentados na cibercultura: produção, publicação, transmissão, interação, compartilhamento etc., para, assim, expandir as oportunidades educativas de forma a tornar a experiência de aprendizado do aluno mais significativa.

Assim, a UNICENTRO acredita que o processo de produção dos materiais deve partir da experiência docente e incorporar inovações em termos técnicos e de tecnologia, alinhadas também às concepções de ensino e aprendizagem, com as abordagens curriculares e pedagógicas e, desta forma, sair de uma visão única, determinista na produção de materiais de melhor qualidade. Dito de outra forma, nesse processo de produção é preciso que ocorra uma relação estreita entre conteúdo e forma.

Se há algum tempo a educação se viu arraigada em processos mnemônicos, atualmente as relações com outros contextos tecnológicos e metodológicos trazem uma nova interação com o conhecimento, na qual a questão da autoria adquire uma nova dimensão.

A primeira questão a ser colocada ao professor do ensino a distância é a necessidade de

preparação antecipada de todo o material que utilizará para ministrar as aulas. Se na aula presencial é possível, individualmente, preparar cada conteúdo e o material a ser utilizado a medida em que a aula será ministrada, na aula virtual esta possibilidade desaparece frente à necessidade de apresentar, previamente, todo o material do curso, para ser ajustado ao espaço virtual, o que também não impede que o professor, no decorrer da disciplina, inclua novas propostas e materiais.

Apesar de ser a autonomia do aluno a principal exigência para a aprendizagem a distância, compete ao professor e ao tutor oferecer a ele as condições básicas para exercitar esta autonomia, desenvolver as habilidades e as competências previstas e atingir os objetivos propostos.

No NEAD/UAB/UNICENTRO os materiais básicos solicitados ao professor compreendem diferentes ferramentas pedagógicas (*e-book*, animação, apresentação, entre outros) contemplando o conteúdo da disciplina, inserido na grade curricular, de acordo com a ementa, planos de ensino e se estrutura a partir do AVA e suas interfaces, vídeo de conteúdos, webconferências, seminários presenciais, avaliações e orientações aos tutores. Considerando que este material ultrapassa a atividade individual do professor e exige o trabalho de equipes técnicas especializadas em diferentes mídias, faz-se necessário o planejamento e preparação antecipada deles e entrega, com vários meses de antecedência, para que no momento em que a disciplina é disponibilizada no espaço virtual, todo o material da disciplina esteja devidamente produzido.

Para o desenvolvimento desta proposta, o material didático é elaborado por uma equipe multidisciplinar de docentes que atuam no curso.

Em cada disciplina, como enriquecimento teórico ou metodológico e ainda como forma de dinamizar as discussões, são indicados tanto artigos de periódicos especializados como artigos de revistas e jornais de caráter geral, virtuais ou não, constituindo a biblioteca virtual da UNICENTRO. Podem também, ser produzidos artigos especialmente para o curso, como recurso útil para aprofundamento do estudo das questões abordadas.

Na sequência, as características dos materiais didáticos, recursos pedagógicos e mídias utilizadas no curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa:

a) *E-book*

É uma mídia digital, compatível com diversos aparelhos eletrônicos. A principal diferença entre o livro e o *e-book* é a interatividade. Por meio de *hiperlinks* e botões, o aluno é estimulado a realizar um esforço para ter acesso às informações como, por exemplo, clicar em um botão e ser redirecionado a uma página da internet. Considerando essa característica, ele não só recebe a informação de maneira pronta, mas precisa atuar de forma responsiva dentro do material.

O professor da disciplina é quem planeja e organiza o material do *e-book*, enquanto a

diagramação é feita pela equipe de *design* do NEAD/UNICENTRO. O formato final do arquivo é um PDF interativo e conectivo.

Antes da diagramação, os professores são orientados sobre como criar esse material. Para isso, um dos técnicos do setor participa das reuniões pedagógicas e, com a ajuda de um tutorial, explica passo a passo a idealização do *e-book*. Assim, o professor deve organizar as informações e postar o material finalizado no sistema SGU - LIVROS/EBOOK até a data limite que é estabelecida pelo técnico. Orienta-se que, no planejamento do *e-book*, o professor considere algumas orientações presentes no tutorial.

Esse material é analisado por um comitê de avaliação e correção, que aprecia se este está adequado às normas estabelecidas pelo NEAD/UAB. Caso necessário, é solicitado ao professor que faça reformulações no material e o apresente novamente, de acordo com novo cronograma.

Após a aprovação pelo Comitê, o material segue para diagramação, via sistema. Cabe ao professor e coordenador de curso acompanharem o processo em suas etapas, no SGU. O tempo estimado para diagramação é de três a sete dias. No entanto, as outras etapas do processo podem ser mais demoradas, uma vez que o tempo solicitado para o envio do material pelo professor é de 4 (quatro) meses antes do início da disciplina.

b) Vídeo de conteúdo ou webséries

Dentre os materiais didáticos a serem desenvolvidos pelos professores da educação a distância estão os vídeos de conteúdo. Essa modalidade de audiovisual possui alto impacto no espectador e saber utilizar essa mídia em termos educacionais pode otimizar a compreensão da disciplina pelo aluno, bem como auxiliá-lo na discussão e entendimento de assuntos profundos. Além disso, é importante evidenciar que estes vídeos são feitos levando em consideração os termos de acessibilidade, ou seja, todos possuem legendas e tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para tanto, os professores ligados a EAD contam com estrutura, profissionais e estagiários preparados para auxiliá-los técnica e pedagogicamente no processo de planejamento, elaboração e execução dos seus materiais em vídeo. Assim, cabe ao professor pensar a produção dos conteúdos e dialogar com a equipe sobre a forma mais interessante para compartilhar o conteúdo. O encaminhamento é simples, porém, demanda atenção. Antes mesmo de pensar nos vídeos propriamente ditos, é fundamental que o professor siga as orientações do setor pedagógico, bem como indique, no mapa da disciplina, a forma e a unidade em que este será utilizado. Destaca-se que ele deve manter relação com as demais atividades propostas na disciplina. Como exemplo: um vídeo pode iniciar uma unidade e a partir dele estabelecerem-se outras relações ou um vídeo pode

finalizar uma disciplina e figurar como roteiro avaliativo. O passo seguinte é definir o que gravar.

Para essas aulas, o professor deve compreender os vídeos de conteúdos como materiais didáticos. Para isso, pode privilegiar o conteúdo de aprendizado mais difícil, ampliando-o ou discutindo-o sob perspectivas não desenvolvidas nas unidades; pode escolher uma temática e desenvolvê-la em pequenos vídeos sequenciais; pode apresentar exemplos diferenciados e, da mesma forma, pode promover uma experiência em um laboratório, uma visita técnica, realizar entrevistas, tutoriais ou até mesmo colher depoimentos de profissionais da área privilegiando, independente do modelo adotado, o uso de slides diferenciados, imagens, gráficos ou outros recursos audiovisuais. Essas possibilidades estão contempladas em modelos diversos de vídeo, disponíveis para visualização no canal no YouTube. O professor pode conferi-los também em uma visita ao setor de vídeos. Esses modelos estão em constante desenvolvimento pela equipe de vídeos e muito dessa evolução se dá pela utilização criativa e original dos modelos produzidos pelo professor. Após pensar nas possibilidades acima citadas, o professor deve, então, organizar/esquematizar o roteiro de seus vídeos.

O número de vídeos deve ser pensado a partir do número das temáticas da disciplina:

Quadro 2: Organização de vídeos

CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA	NÚMERO DE TEMAS/ UNIDADES	NÚMERO MÍNIMO DE VÍDEOS DE CONTEÚDOS
30h a 60h	2 a 3	2 vídeos
60h a 80h	3 a 4	3 vídeos
80h a 102h	5 a 10	5 vídeos

Fonte: NEAD/UNICENTRO

Para auxiliar na definição dos formatos, no planejamento e execução dos vídeos o professor conta com o apoio da equipe de vídeos, por isso, o diálogo é fundamental. Caso o professor esteja com receio de ficar frente às câmeras, a equipe está preparada para oferecer um ambiente e atendimento que busca auxiliar no processo de naturalização com a tecnologia audiovisual.

Se mesmo assim o professor estiver com dificuldade, ele pode participar de um treinamento, oferecido de forma individual ou coletiva que pode ser agendado diretamente com o setor ou mesmo via coordenação de curso. Esses treinamentos compreendem uma série de instruções e práticas que têm por finalidade estimular, não somente a naturalização, mas também o uso de novas tecnologias audiovisuais no ensino presencial e a distância. Cabe ressaltar também a importância do cumprimento dos prazos estipulados. O setor de vídeos recomenda que a gravação ocorra, pelos menos, trinta dias antes da abertura da disciplina no Moodle. Para isso, é preciso

atenção, organização e, evidentemente, um agendamento antecipado via Ordem de Serviço (SGU).

Além dos vídeos de conteúdos o NEAD trabalha na produção de webséries, como objetos educacionais pensados em torno de uma temática e que se insere na cultura digital e, como tal, as webs podem ser criadas ou recriadas por pesquisadores, professores, entre outras pessoas, e consideram princípios didáticos de ensino e aprendizagem para ambientes formais e não formais. Tais materiais são distribuídos, compartilhados e utilizados em computadores ou em dispositivos móveis. Esse tipo de material se caracteriza como objeto educacional, que pode possibilitar outro nível de aprendizado e de práticas de letramento para estudantes e que são divulgadas, compartilhadas e comentadas.

Imagem 2: Webséries

Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.youtube.com/c/NeadUnicentro/search?query=webs%C3%A9ries Acesso em: 07 set. 2022

O cenário atual, é propulsor para o uso de vídeos e webséries, que apresentem os textos multimodais, formado por palavras, imagens, sons, cores, movimentos, textos escritos, músicas entre outras formas que interagem e formam um todo multissemiótico, no qual os textos linguísticos apresentam-se como uma das formas possíveis de constituição do universo social e educacional, ou seja, é um "evento construído numa orientação multissistemas" (MARCUSHI, 2008, p. 80) em um espaço social no qual cada vez mais se depara com os avanços tecnológicos.

Sabe-se que os vídeos e webséries ocupam um espaço importante em processos formativos, pois é dentre os vários tipos de ferramentas disponíveis um dos mais utilizados, já que apesar da distância física ele possibilita uma forma de aprendizagem que se reflete em práticas de internalização de conhecimentos, além de ser uma mídia que recorre a imagens, textos e sons de forma dinâmica e criativa.

Por fim, é importante lembrar que, mesmo com toda a tecnologia disponível e com os atuais

recursos de pós-produção, um vídeo ou websérie somente é eficaz e realmente valoroso quando conta com um professor preparado, com domínio do conteúdo, com disposição para aprender e ensinar e que pense na função pedagógica do material. Mais informações estão presentes no Site: http://ead.UNICENTRO.br/npa/ e, ainda, os vídeos e webséries, considerados pelo NEAD como Recursos Educacionais Abertos/REAs estão disponíveis no canal do youtube NEAD vídeos e na plataforma de conteúdos EDUCAPES.

Em conjunto com a gravação dos vídeos ou webséries os professores do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa produzem material didático no formato de áudio-aulas. A gravação do áudio se dá nos estúdios da UNICENTRO. Uma áudio-aula tem duração de dez minutos, tempo que o professor pode dividir de acordo com os seus objetivos para a disciplina, seja concentrando todo o conteúdo em uma única exposição, ou segmentando em várias áudio-aulas menores, obedecendo ao limite de tempo total estipulado. O material é encaminhado ao professor para postagem e linkagem.

c) Webconferências

Todas as disciplinas do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, dispõem da ferramenta denominada webconferência, que consiste em uma reunião ou encontro virtual realizado pela internet, ao vivo, por meio de aplicativo específico, com possibilidade de compartilhamento de voz, vídeo, textos e arquivos. Atualmente, o sistema utilizado é o RNP, aplicação executada pelo próprio navegador, bastando aos alunos clicarem nos *links* específicos disponibilizados no interior da Plataforma Moodle.

Uma semana antes de a disciplina iniciar, o professor apresenta-a para os tutores a distância. Essa apresentação da disciplina pode se dar no formato de *web* ou em reunião diretamente com os tutores a fim de repassar os critérios de correção das atividades e cronograma de prazos de correção. A webconferência de conteúdos é agendada pela coordenação de curso e registrada no cronograma para o acadêmico. Na última unidade de estudos de cada disciplina, é disponibilizado um fórum tira-dúvidas para a webconferência a fim de que haja um diálogo entre professor, professor-tutor e alunos, oportunizando que sejam respondidas as perguntas levantadas no fórum, durante a web.

Esta atividade conta com a mediação de um profissional do jornalismo que apresenta o professor e trata de questões pontuais sobre a disciplina e que dirige, depois dessa abertura, o trabalho do professor com os alunos. Cabe ao Coordenador de Curso o agendamento da webconferência via Ordem de Serviço no sistema SGU da UNICENTRO, sendo direcionada ao Setor de Vídeos do NEAD. Ao professor cabe preparar os conteúdos da webconferência. Em geral,

a transmissão é aberta aos alunos às 19h, porém, a web propriamente dita começa às 19h30min, tendo duração média de 45 minutos. Sugere-se que o professor prepare, no mínimo, 30 minutos de aula, sendo que o tempo restante será dedicado ao recebimento de perguntas

d) Rodas de conversa

Dentre as atividades pedagógicas cabe ressaltar a utilização do procedimento metodológico "roda de conversa" no qual o docente organiza um cronograma de encontros para discutir com os alunos temas pertinentes trabalhados em sua disciplina. Essas rodas de conversa são realizadas semanalmente de forma síncrona, por meio da plataforma *google meet*. As rodas de conversa "possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes" (SAMPAIO et al, 2014, p. 1301) sobre o curso, a disciplina e os conteúdos estudados. Essa prática metodológica promove a aproximação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: professor-alunos-tutores.

e) Encontro presencial

Outro recurso didático pedagógico utilizado em todas as disciplinas é o "encontro presencial" com o professor. Esse encontro ocorre uma vez durante a permanência da disciplina no ar, em cada polo. Nesse encontro, previamente agendado e registrado no cronograma de atividades dos alunos, o professor da disciplina organiza a forma como vai conduzir a aula, com duração de 4 horas, em cada polo. O encontro presencial constitui-se como estratégia pedagógica de grande relevância, pois contribui para a potencialização do ensino e da aprendizagem ao aprimorar as relações interpessoais.

2.4.11.3. MECANISMOS DE INTERAÇÃO PROFESSOR, ALUNOS E TUTORES

O tutor atua no polo ou a distância e busca fazer a orientação síncrona (ao mesmo tempo) para os alunos, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem. A função precípua do tutor é a de contribuir para o sucesso de um curso por meio da criação de ações articuladas que envolvam aluno-professor-tutor em um sistema de orientação e de trocas em prol de um trabalho que se constrói e reconstrói mediante esquemas didáticos, oportunizando a construção de um caráter multidimensional.

Portanto, os tutores, ao compreenderem sua função na modalidade, precisam construir campos de prática, conceito trabalhado por Barab e Duffy (2000). O tutor pode possibilitar, tanto para o aluno quanto para o professor da disciplina, a cooperação e o apoio nas ações pedagógicas do curso. Da mesma forma, a relação entre professor-tutor e professor-aluno se configuram com a

mediação dos materiais didáticos, dos meios tecnológicos e pela ação coletiva de alunos, professores e tutores.

A tutoria presencial é essencial para a promoção de ações educativas que contribuam para potencializar o aprendizado dos alunos e como *locus* privilegiado de formação de conhecimentos que podem e devem ser disponibilizados para alunos do seu e de outros polos, para a comunidade em geral, para os tutores, em um processo contínuo de troca de experiências.

O que se vislumbra é um papel ativo para o professor e tutor presencial que seja intercambiável com o aluno, mas que tenha suas singularidades e, ainda, que esses profissionais tenham um trabalho ativo junto ao acadêmico que se encontra em um outro espaço e um outro tempo. As ferramentas didáticas e digitais disponíveis auxiliam para que o acadêmico tenha uma interação com o professor e o tutor em diferentes momentos.

a) Atividades de tutoria

Os tutores têm um espaço de interlocução específico na plataforma Moodle com os professores das disciplinas, no qual podem sanar possíveis dúvidas quanto ao conteúdo e/ou outras que possam surgir no decorrer do andamento das disciplinas. Também possuem uma sala de aula virtual na mesma plataforma, na qual são disponibilizados materiais auxiliares do curso e da disciplina, como guia didático, vídeos, slides etc. Os tutores, ainda, utilizam este espaço como forma de interação com os alunos que acessam o sistema através de *login* e senha.

A seleção de Tutores é feita pelo Núcleo de Educação a Distância/NEAD da UNICENTRO pela Coordenação de cada curso, por meio de Edital específico publicado na *home page* da Instituição, no seguinte endereço: https://ead.UNICENTRO.br/editais/editaistutores/; com as informações sobre a vaga. A seleção para tutoria é realizada por meio de prova de informática, entrevistas e pontuação do currículo.

Quanto à qualificação, o NEAD da UNICENTRO oferece-lhes, antes do início de suas atividades, um curso de capacitação, no qual são trabalhados os seguintes temas: os ambientes virtuais de aprendizagem, as políticas em EAD e o sistema UAB, o sistema de Tutoria e o Projeto Pedagógico do Curso. Este curso é ministrado de forma híbrida, sendo uma presencial e outra através da plataforma Moodle (capacitação a distância).

Anualmente, os tutores participam de um projeto de formação continuada disponível na Plataforma LICON – Livre conhecimento, que visa possibilitar o domínio da filosofia da instituição formadora, do projeto pedagógico do curso em que atuam, bem como dos pressupostos que norteiam a Educação a Distância; mas não deixa de oferecer-lhes fundamentação para o trabalho de orientação, assessoramento, acompanhamento e avaliação, numa perspectiva de

colaboração e construção coletiva do conhecimento.

Importante destacar que a tutoria a distância é realizada prioritariamente por meio dos fóruns virtuais na plataforma Moodle e, também, por email, telefone ou correio, e cada polo estabelece uma escala de trabalho, de modo que os alunos saibam onde e quando encontrar seus respectivos tutores.

As avaliações regulares e o atendimento pedagógico pelos tutores são atividades desenvolvidas no polo de educação a distância.

A presença e disponibilidade do tutor presencial é importante não somente como elemento motivador, mas também, como estratégia de diminuição da evasão.

Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento. Assim, as atividades em EaD podem privilegiar os diferentes materiais, suportado por um sistema pedagógico e de tutoria que articule, organize e estimule o trabalho grupal, cooperativo, mais do que o individual, sem abrir mão de uma das características básicas da EaD, que é a autonomia do aluno e a sua liberdade em aprender.

A tutoria, quando presencial, tem a importante função de promover a transição do estudante de uma posição mais passiva de aprendizagem para uma posição mais ativa, em que passa a ser o agente de sua própria aprendizagem, exercendo papel fundamental e decisivo nesse processo. Busca criar hábitos e comportamentos no sentido de traçar uma estratégia de estudo que permita alcançar metas específicas dentro de um cronograma marcado pelas avaliações presenciais. Trata-se de criar o hábito de estudo, identificando e diferenciando o essencial do complementar

ARGUMENTAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 14 DA RESOLUÇÃO 02/2019

Considerando ser possível pensar numa aprendizagem híbrida na modalidade de educação a distância, que se efetive no coegendramento entre as presenças (físicas e digitais), tempos (síncronos e assíncronos), tecnologias (analógicas e digitais), em diferentes espaços e ambientes de aprendizagem (analógicos e digitais), os modelos pedagógicos adotados na educação a distância trazem a união entre processos tecnológicos, pedagógicos, espacialidade e os atores sociais (estudantes, professores e tutores).

Com o crescente desenvolvimento tecnológico, numa arquitetura em que prevalecem diversas possiblidades de linguagens em processos comunicacionais, que envolvem agentes humanos e tecnologias de comunicação, procura-se, nos modelos pedagógicos, a inserção de práticas pedagógicas inventivas, dinâmicas, flexíveis e híbridas no ato educativo (ensinar e aprender).

Sendo assim, a partir da taxonomia apresentada por Horn e Staker (2012), os modelos adotados nos cursos de licenciatura, na modalidade de educação a distância da Unicentro, se

configuram em quatro principais: 1) o Modelo de Rotação; 2) o Modelo Flex; 3) o Modelo Self--Blend; e o 4) Modelo Virtual Enriquecido (HORN; STAKER, 2012). Estes modelos se hibridizam em várias possibilidades e possibilitam diferentes estratégias em cada disciplina ou componente curricular, a partir das ementas e objetivos propostos.

Tais modelo(s), numa construção multidimensional se estruturam em: a) aspectos organizacionais, relativos aos objetivos do processo educativo, organização social da proposta onde se delineiam os papéis, direitos e deveres de cada "ator social" (professor, aluno, tutor e equipe multidisciplinar) de acordo com as competências de cada disciplina, bem como a sistematização do tempo e do espaço; i) nos aspetos metodológicos, se destacam às atividades, à interação e aos procedimentos de avaliação; ii) os aspectos tecnológicos estão relacionados com a definição do ambiente virtual de aprendizagem e suas funcionalidades ou ferramentas de comunicação; iii) os conteúdos são entendidos como qualquer tipo de material, recurso informático, objeto de aprendizagem ou *softwares*.

Neste processo, em cada disciplina – de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Superior – do Grupo I e do Grupo II, utilizam-se processos interacionais, alunos, professores e tutores, bem como metodologias pertinentes na construção do Ava-Moodle em processos de ensino e aprendizagem diferenciados e contextualizados, numa interação tecnológica, que considera o espaço físico, virtual e híbrido e, assim permite que o professor planeje sua disciplina a partir das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, bem como a partir do que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores para a Educação Básica e, ao mesmo tempo, observando as premissas da teoria sócio-construtivista e do conectivismo presentes no planejamento de cada disciplina, sem desconsiderar a experiência do discente, numa aprendizagem mais personalizada.

A práticas pedagógicas dos cursos de licenciatura são compreendidas, nesta perspectiva, por processos de ensino e de aprendizagem que se constituem na relação entre diferentes tecnologias digitais, que podem ou não estar interligadas por redes de comunicação, e destas emergem ferramentas e recursos digitais de acordo com o ementário de cada disciplina. As tecnologias digitais e os processos de interatividade, trazem outros modelos de produção de conteúdos e exigem dos professores novas formas de trabalhar com os saberes, a partir dos pressupostos de produção, publicação, transmissão, interação, compartilhamento de conteúdos, para, assim, expandir as oportunidades educativas de forma a tornar a experiência de aprendizado do aluno mais significativa.

O processo de produção de conteúdos, sempre na interação entre pessoas, tecnologias, processos, parte da experiência docente e incorpora inovações em termos técnicos e de tecnologia, alinhadas também às teorias educacionais, concepções de ensino e aprendizagem, com as

abordagens curriculares e pedagógicas. Esse processo se afasta de práticas de produção docente e discente fechadas e inalteradas, sem a possibilidade de maior interação, adaptação, coprodução, colaboração. Sendo assim, cada disciplina é construída e reconstruída no transcorrer do seu desenvolvimento, considerando a aprendizagem vivencial e a experiência dos acadêmicos.

Nesse foco há a necessidade de se entender como o aluno assimila o saber distribuído; como estabelece as conexões essenciais para o aprendizado; qual o percurso formativo que realiza. No sentido apontado, o professor além de considerar os modelos pedagógicos virtuais, recebe a orientação da equipe de *design* educacional (técnicos, *designer*, apoio pedagógico), para juntos planejarem cada disciplina, considerando os modelos pedagógicos virtuais, os objetos ou materiais digitais educacionais, em uma estreita relação com a aprendizagem.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. EAD em ambientes virtuais e a aprendizagem de adultos *In*: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf Acesso em: 06 set. 2022.

BRASIL. **SINAES**. Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior: bases para uma nova proposta da educação superior. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/bases_para_uma_nova_proposta_de_avaliacao_da_educacao_superior_brasileira.pdf Acesso em: 06 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. BNCC. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018**.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. BNC-Formação. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 06 set. 2022.

BARRAB, A. S; DUFFY, T. M. Dos campos de prática às comunidades de prática. In: JONASSEN, D. H; LAND, S. M (eds.) **Fundamentos teóricos dos ambientes de aprendizagem** (pp. 25-55). Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2000.

FILATRO, A. As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. *In*: LITTO, FM; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Educação do Brasil, 2009. p. 96-104

HASE, Stewart & KENYON, Chris. **From Andragogy to Heutagogy Australia**, Southern Cross University, Melbourne, 2000.

HORN, M. B.; STAKER, H. (2012). Classifying K–12 Blended Learning. *In*: **Innosight Institute.** Disponível em: http://www.christenseninstitute.org/wpcontent/uploads/2013/04/Classifying-K-12-blended-learning.pdf . Acesso em: 07 set. 2022.

LAVE, J.; WENGER, R. **Aprendizagem situada**: participação periférica legítima. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2010.

PRETTO, N. Uma Escola sem/com Futuro: Educação e Multimídia. Campinas, SP: Papirus, 1996.

PERRENOUD, Pierre. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Marcia; SALVADOR, Anarita de Souza. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface** (Botucatu). 2014; 18 Supl 2:1299-1312. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 07 set. 2022.

WOLTON, Dominique. **Sobrevivir a internet**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 MATRIZ CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

CURRÍCULO PLENO

CURSO: LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – Licenciatura – EAD (ED510 – Indefinido – Cur. 2023) (Prot. 15751/2022)

Série	Deptos.	Disciplinas	Aulas/Semana		C/H Total	Extensão	G1	G2	G3
			Teó.	Prá.					
1ª	DEPED/G	Didática para o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	1	1	68		68		
	DELET/G	Educação, Políticas Públicas, Linguagem e Sociedade	1	1	68		61		7
	DEFIL/G	Filosofia da Linguagem	1	1	68		68		
	DEPED/G	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	1	1	68		58		10

	DELET/G	Introdução ao Ensino dos Estudos da Linguagem	3	1	136		120		16
	DELET/G	Laboratório de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão	1	1	68	50	68		
	DELET/G	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	1	1	68		58		10
	DELET/G	Metodologias, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Língua e Literatura	2	1	102		68		34
	DELET/G	Prática de Ensino e Leitura de Textos Literários Infanto-juvenis	1	1	68	36	68		
	DELET/G	Práticas de Leitura Literária	2	1	102		70		32
	NEAD	Princípios e Práticas da Educação a Distância	1		45		45		
	DELET/G	Vivência Escolar	1	1	68		40		28
	Subtotal (aulas/semana)		27						
2ª	DELET/G	Estudos de Literatura Brasileira I	2	1	102			92	10
	DELET/G	Estudos de Literatura Portuguesa I	1	1	68			58	10
	DELET/G	Estudos Diacrônicos da Língua Portuguesa	1	1	68			58	10
	DEMAT/G	Fundamentos de Matemática e Estatística Educacional	1		51			51	
	DELET/G	Iniciação à Docência	1	1	68	60		68	
	DELET/G	Laboratório de Leitura e Produção Textual	2	1	102	30		102	
	DELET/G	Língua Portuguesa I: Fonética e Fonologia	1	1	68			40	28
	DELET/G	Linguística I – Formalismo e Funcionalismo no Ensino de Língua	3	1	136	36		136	
	DELET/G	Poéticas da Voz e Letramentos Multissemióticos	1	1	68	36		68	
	DELET/G	Semiótica, Língua Portuguesa e Ensino	1	1	68			50	18
	DELET/G	Teoria da Narrativa	1	1	68			58	10
	Subtotal (aulas/semana)		25						
3ª	DELET/G	Correntes Críticas da Teoria Literária	1	1	68			58	10
	DELET/G	Estudos de Literatura Brasileira II	3	1	136			120	16
	DELET/G	Estudos de Literatura Portuguesa II	1	1	68	34		68	
	DELET/G	Língua Portuguesa II: Morfologia	2	1	102			90	12
	DELET/G	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I	1	1	68		50		18
	DELET/G	Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso	3	1	136			120	16
	DELET/G	Literatura e Ensino	1	1	68	51		68	
	--	Optativa	1	1	68			58	10
	DELET/G	Prática de Pesquisa em Língua e Literatura I	1	1	68			50	18
	DELET/G	Prática Docente em Língua Portuguesa I	2	1	102			62	40
	Subtotal (aulas/semana)		26						
4ª	DELET/G	Estudos de Literatura Brasileira III	2	1	102	32		102	
	DELET/G	História da Língua Portuguesa	2	1	102			90	12
	DELET/G	Língua Portuguesa III - Sintaxe	2	1	102			85	17
	DELET/G	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II	1	1	68		50		18
	DELET/G	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	1	1	68			58	10
	DELET/G	Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II	1	1	68			48	20
	DELET/G	Prática Docente em Língua Portuguesa II	2	1	102			62	40
	DEPED/G	Psicologia da Educação: Aprendizagem e Desenvolvimento	1	1	68		68		
	Subtotal (aulas/semana)		20						

C/H Subtotal (horas-aula)	3360	365	960	1600	480
C/H Subtotal (horas)	2800	304	800	1600	400
OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:					
Atividades Complementares (horas)	100				
Atividades de Extensão (horas)	40	40			
Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)	400				400
Trabalho de Conclusão de Curso (horas)	100				
C/H Total (horas)		344	800	1600	800
C/H Total do Curso (horas)	3440				

Início: 2023 Integralização: mínima – 4 anos / máxima – 6 anos. Regime: Seriado anual

5.1.2 MATRIZ CURRICULAR – DISCIPLINAS OPTATIVAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – Licenciatura – EAD (ED510 – Indefinido – Cur. 2023) (Prot. 15751/2022)

Deptos.	Disciplinas/Turmas	Aula/Sem.	C/H Total
DELET	Estudos Avançados em Linguística I - Análise de Discurso	2	68
DELET	Estudos Avançados em Linguística II - História das Ideias Linguísticas	2	68
DELET	Estudos Avançados em Literatura I – Relações Etnicorraciais e Políticas Afirmativas no Contexto Brasileiro	2	68
DELET	Estudos Avançados em Literatura II – Literatura de Autoria Feminina nas Literaturas de Língua Portuguesa	2	68

Início: 2023 Integralização: mínima – 4 anos / máxima – 6 anos. Regime: Seriado anual

5.2 MATRIZ OPERACIONAL

Não se aplica aos cursos EAD

5.3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação geral/básica/comum (GRUPO I)		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEPED	Didática para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura	68
DELET	Educação, Políticas Públicas, Linguagem e Sociedade	61
DEFIL	Filosofia e Linguagem	68
DEPED	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	58
DELET	Introdução ao ensino dos estudos da linguagem	120
DELET	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	58
DELET	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I	50
DELET	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II	50
DELET	Práticas de Leitura Literária	70
DELET	Metodologias, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem no ensino de Língua e Literatura	68
DELET	Prática de ensino e leitura de textos literários infanto-juvenis	68
NEAD	Princípios e Práticas de Educação a distância	45
DEPED	Psicologia da educação: aprendizagem e desenvolvimento	68
DELET	Vivência Escolar (Estágio)	40

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação específica (GRUPO II)		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DELET	Correntes Críticas da Teoria Literária	58
DEMAT	Estatística Educacional	51
DELET	Estudos de Literatura Brasileira I	92
DELET	Estudos de Literatura Brasileira II	120
DELET	Estudos de Literatura Brasileira III	102
DELET	Estudos de Literatura Portuguesa I	58
DELET	Estudos de Literatura Portuguesa II	68
DELET	Estudos diacrônicos da Língua Portuguesa	58
DELET	História da Língua Portuguesa	90
DELET	Iniciação a Docência II (Estágio)	68
DELET	Laboratório de Leitura e Produção textual	102
DELET	Língua Portuguesa I: Fonética e Fonologia	40
DELET	Língua Portuguesa II: Morfologia	90
DELET	Língua Portuguesa III – Sintaxe	85
DELET	Linguística I – Formalismo e Funcionalismo no ensino de Língua	136

DELET	Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso	120
DELET	Literatura e Ensino	68
DELET	Poéticas da voz e Letramentos multissemióticos	68
DELET	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	58
DELET	Optativa	58
DELET	Prática de pesquisa em Língua e Literatura I	50
DELET	Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II	48
DELET	Prática Docente em Língua Portuguesa I (Estágio)	62
DELET	Prática Docente em Língua Portuguesa II (Estágio)	62
DELET	Semiótica, Língua Portuguesa e Ensino	50
DELET	Teoria da Narrativa	58

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação profissional (GRUPO III)		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DELET	Práticas de Leitura Literária	10
DELET	Educação, políticas públicas, linguagem e sociedade	7
DELET	Estudos de Literatura Brasileira I	10
DELET	Estudos de Literatura Brasileira II	16
DELET	Estudos de Literatura Portuguesa I	10
DELET	Estudos diacrônicos da Língua Portuguesa	10
DEPED	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	10
DELET	História da Língua Portuguesa	12
DELET	Introdução ao ensino dos estudos da linguagem	16
DELET	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	10
DELET	Língua Portuguesa I: Fonética e Fonologia	28
DELET	Língua Portuguesa II: Morfologia	12
DELET	Língua Portuguesa III – Sintaxe	17
DELET	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I	18
DELET	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II	18
DELET	Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso	16
DELET	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	10
DELET	Práticas de Leitura Literária	32
DELET	Metodologias, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem no ensino de Língua e Literatura	34
DELET	Optativa	10
DELET	Prática de pesquisa em Língua e Literatura I	18

DELET	Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II	20
DELET	Prática Docente em Língua Portuguesa I (Estágio)	40
DELET	Prática Docente em Língua Portuguesa II (Estágio)	40
DELET	Semiótica, Língua Portuguesa e Ensino	18
DELET	Teoria da Narrativa	10
DELET	Vivência Escolar (Estágio)	28

5.4 EMENTÁRIO/BIBLIOGRAFIA

NOME DA DISCIPLINA

CORRENTES CRÍTICAS DA TEORIA LITERÁRIA (68h/a)

Ementa

História das definições de literatura nas correntes críticas dos séculos XX e XXI. Teorias formalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas: fundamentos da análise estrutural e crítica desconstrucionista. Estudos culturais: teorias feministas, estudos queer, pós-coloniais e decoloniais. Atividades de Prática como Componente Curricular. Literatura, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Literatura, política e educação em direitos humanos. Ecocríticas e educação ambiental.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2009.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GARRARD,Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora UnB, 2006.

Bibliografia Complementar

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Teoria (literária) americana**: uma introdução crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

LIMA, Luiz Costa (org). **Teoria da Literatura em suas fontes, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Luiz Costa. (org). **Teoria da Literatura em suas fontes, vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Teoria da literatura**: textos dos formalistas russos. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 83-108.

NOME DA DISCIPLINA

DIDÁTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (68h/a)

Ementa

Dimensão histórico-cultural da didática e a construção/formação da identidade do professor de língua portuguesa e literaturas. Os componentes da didática: planejamento, avaliação, conteúdo, metodologia, relação professor-aluno, ambientes de aprendizagem. A didática nos diferentes espaços de educação: ensino fundamental (anos finais), ensino médio e Educação de Jovens e Adultos.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FERREIRA, Lucilena; SANGENIS, Anabelle Loivos Considera Conde**.** (orgs.)**. Didática e prática de ensino de língua portuguesa e literatura:** Desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ZANON, Denise Puglia; ALTHAUS, Maiza T. M. **Didática**: questões de ensino. Ponta Grossa: Ed. UEPG/NUTEAD, 2009

Bibliografia Complementar

CORADIM, Josimayre Novelli; COSTA, Josebely Martins de Souza; SANTOS, Claudinea Angélica dos; OLIVEIRA, Silvio Tadeu de. Educação online e as mudanças pedagógicas e administrativas. **TICs & EaD em Foco**. São Luís, v. 8, n. 1, jan./abr., 2022.

MALHEIROS, Bruno. **Didática geral**. RJ: LTC, 2013.

NEGRI, Paulo Sérgio. **A Intencionalidade pedagógica como estratégia de ensino mediada pelo uso das tecnologias em sala de aula**. Labted/Nead, Londrina, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

NOME DA DISCIPLINA

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, LINGUAGEM E SOCIEDADE (68h/a)

Ementa

Estudos em História e Sociologia a respeito das relações estabelecidas entre os sujeitos a partir das marcações de gênero, raça, etnia, sexualidade e religiosidade, dando ênfase aos saberes que envolvem a história afro-brasileira, africana e indígena. O trabalho do professor de língua portuguesa e literatura em abordagens e temas relacionados à diversidade linguística e sociocultural. Relações entre língua e cultura no desenho dos currículos de Língua Portuguesa. A construção social dos preconceitos (linguístico, racial, de gênero etc.) e os seus impactos em sala de aula. Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos e legislação de ensino; organização da educação básica e do ensino superior. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de diversidade linguística e cultural, e Educação Ambiental.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

HALL, S.; WOODWARD, K.; SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia –geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: edições Loyola, 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **O anti-narciso**: lugar e função da antropologia no mundo contemporâneo. Revista Brasileira de Psicanálise. v. 44, n. 4, 15-26, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOE, Alberto. A relação educação e sociedade. **Revista Avaliação**. Universidade de Campinas, v. 5, n. 3, Campinas, set. 2000.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica Acesso em: 29 ago. 2022.

Documentos oficiais:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-Brasileria e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileria e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Vamos cuidar do Brasil. Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. Brasília, 2017.

BRASIL. **BNCC**: base nacional comum. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 15 fev. 2022.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA I (102h/a)

Ementa

As tendências contemporâneas pós-64 até a atualidade. Literatura brasileira, um território contestado. Poesia contemporânea. Relações entre literatura e outras linguagens. Vozes da narrativa brasileira: regionais, femininas, negras, indígenas, LGBTQIA+ e de resistência à ditadura. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004).

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira** (Resumo para principiantes). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

LOBO, Luiza. **Guia de Escritoras da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

Bibliografia Complementar

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, I976, vol. I e II.

PICCHIO, Luciana Stegagno**. História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar,1997.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. Brasília: ed. da UnB, 1998.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA II (136h/a)

Ementa

O caso de Machado de Assis. A Belle époque no Brasil: a poesia de Olavo Bilac, Francisca Júlia, Cruz e Sousa, Gilka Machado e Augusto dos Anjos. Processos de modernização no Brasil República: positivismo, ciência, racismo. O realismo social de Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Lima Barreto e Júlia Lopes de Almeida. Semana de Arte Moderna e vanguardas europeias: Mario, Oswald e Manuel. A poesia modernista das gerações de 1930 e 1945 e as regiões brasileiras. Os casos de Drummond, Cabral, A prosa modernista das gerações de 1930 e 1945 as regiões brasileiras. Os casos de Clarice, Guimarães e Carolina. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução)

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira** (Resumo para principiantes). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

LOBO, Luiza. **Guia de Escritoras da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

Bibliografia Complementar

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, I976, vol. I e II.

PICCHIO, Luciana Stegagno**. História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova

Aguilar,1997.
ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
SEVCENKO, Nicolau**. Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília: ed. da UnB, 1998.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA III (102h/a)

Ementa

A literatura pré-colonial (mitologias indígenas). A literatura colonial: das manifestações literárias à configuração do sistema literário brasileiro. Os relatos de viagem e a literatura jesuítica. A lírica de Gregório de Matos e os sermões de Vieira. Lírica e sátira social no Brasil setecentista: Tomás Antonio Gonzaga, Basílio da Gama, Claudio Manuel da Costa e Bárbara Heliodora. O século XIX no Brasil. Literatura e construção da identidade nacional. A escravidão e o debate abolicionista. A poesia de Gonçalves Dias a Castro Alves. O projeto literário de José de Alencar. A dissonância nas vozes de Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta. Projetos de extensão de Literatura Brasileira. Temas contemporâneos e transversais: educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução)

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1986.
CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira** (Resumo para principiantes). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.
CESARINO, Pedro. “Nhamandu e a formação do mundo”. *In*: CESARINO, Pedro. **Histórias indígenas dos tempos antigos**. São Paulo: Claro enigma, 2015.

Bibliografia Complementar

CANDIDO, Antonio**. Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, I976, vol. I e II.
LOBO, Luiza. **Guia de Escritoras da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar,1997.
ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília: ed. da UnB, 1998.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA I (68h/a)

Ementa

O labirinto da saudade – releituras da tradição lusitana. O romance contemporâneo: Saramago, Lídia Jorge, Valter Hugo mãe, Isabela Figueiredo. A poesia contemporânea: Herberto Helder, Jorge de Sena, Maria Teresa Horta, Sophia Andresen. O caso das Novas Cartas Portuguesas. O programa neorrealista. Metáforas da modernidade: vanguardas, modernismo. Fernando Pessoa e a geração de Orpheu. Subjetividade lírica em Florbela Espanca e Irene Lisboa. Presencismo e

Miguel Torga. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003).

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ABDALA JUNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1982

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, s/d.

SARAIVA, António José. **Iniciação à literatura portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Bibliografia Complementar

HAUSER, Arnold**. História Social da Arte e da Literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1032p.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SARAIVA, António José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 1980.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 15. ed. Porto: Porto, 1989. 1263p.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Europa-América, s/d.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA II (68h/a)

Ementa

A literatura e a construção da nacionalidade portuguesa; a lírica trovadoresca, cantigas de amor, de amigo, de escárnio e de maldizer; a ficção cavalheiresca; o teatro de Gil Vicente; tradição e renovação do escritor clássico: Camões. Barroco: norma e transgressão - as Cartas Portuguesas de Mariana Alcoforado e os sermões de Antonio Vieira. Neoclassicismo: releituras do lírico – a poesia de Bocage e Marquesa de Alorna. O oitocentos português. A querela dos românticos e realistas. A construção da identidade nacional e os entraves à modernização. Da história ao romance: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco. As escritoras do século XIX. A estética de Eça de Queirós. Subjetividade e crítica da razão: Antero de Quental, Cesário Verde, Antonio Nobre, Camilo Pessanha. Projetos de extensão de Literatura Portuguesa. Temas contemporâneos e transversais: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ABDALA JUNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida**. História Social da Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1982

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, s/d.

SARAIVA, António José. **Iniciação à literatura portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Bibliografia Complementar

CIDADE, Hernani. **Lições de cultura e literatura portuguesas**. Coimbra: Coimbra, 1975.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1032p.

SARAIVA, António José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 1980.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 15. ed. Porto: Porto, 1989. 1263p.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Europa-América, s/d.

NOME DA DISCIPLINA

ESTUDOS DIACRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (68/a)

Ementa

História da língua latina. Casos e declinações. Sintaxe dos casos: primeira e segunda declinações nominais, primeira e segunda conjugações verbais. Interação entre os estudos latinos e de aspectos relevantes para o ensino de língua portuguesa. Atividades práticas para o ensino de Língua Portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. Petrópolis: Saraiva, 1974.

COMBA, Pe. Júlio. **Programa de latim**. São Paulo: Dom Bosco, 1986.

FONSECA, Carlos A. Louro. **Iniciação ao Latim**. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 1983.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Zelia de Almeida**. Iniciação ao Latim**. São Paulo: Ática, 1985.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior de língua latina**. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1975

NÓBREGA, Vandick Londres de. **Novo método de gramática latina**. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos,1962.

RAVIZZA, Pe. João. **Gramática Latina I**. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1948.

RÓNAI, Paulo. **Curso Básico de Latim I**: Gradus Primus. São Paulo: Cultrix.

NOME DA DISCIPLINA

FILOSOFIA DA LINGUAGEM (68h/a)

Ementa

A Filosofia e compreensão do fenômeno educacional. Pensamento, linguagem e mundo. Interfaces da filosofia com estudos linguísticos e literários. Filosofia da Literatura. Questões entre linguagem e moral. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

FREGE, G**. Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/USP, 1978.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Ática,1995

HARE, R. M. **A Linguagem da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARE, R. M. **Ética**: problemas e propostas. São Paulo: UNESP, 2003.

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Edusf, 2003.

KANT, I**. Sobre a pedagogia**. Lisboa: edições 70, 2012

LAMARQUE, P. **Filosofia da Literatura**. Disponível em https://criticanarede.com/literatura.html Acesso em: 26 ago. 2022

PUTNAM, H. **Razão, verdade e história**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

QUINE, W. V. O. **Palavra e objeto**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RUSSELL, B. **Da denotação**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores). p. 3-14.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WITTGENSTEIN, L**. Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1998.

Bibliografia Complementar

ALSTON, W. P. **Filosofia da Linguagem**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

APEL, K. O. **Transformação da filosofia**. Trad. Paulo A. Soethe, São Paulo: Loyola, 2000.

ARENDT, H. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247.

AYER, A. J. **El positivismo Lógico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

COSTA, C. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992.

DALL'AGNOL, D. **Introdução a Wittgenstein**. (www.cfh.ufsc.br/ darlei).

ECO, U. **Semiótica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Mariarosaria Fabris, José L. Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.

GADAMER, H.-G., **Verdade e Método**. Trad. Flávio P. Meurer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GAGNEBIN, J.M; Paul Ricoeur. **Ética, identidade e reconhecimento**. São Paulo: Ed. Loyola,2013.

GIANNOTTI, J. A. **Apresentação do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARE, J. **Por que ser bom?** Uma reflexão sobre a filosofia moral. São Paulo, 2004.

JAERGER, W. W. **A formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LOCKE, J. Alguns Pensamentos Sobre Educação. **Cadernos de Educação**, UFPel, n.13, 1999.

SPICA, M. A. Entre o mostrar e o imaginar: reflexões sobre o Tractatus e a natureza dos juízos morais. **Kalagatos** (UECE), v. 4, p. 131-160, 2007.

SUCHODOLKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

NOME DA DISCIPLINA

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA (68h/a)

Ementa

Características do público-alvo da Educação especial e inclusiva. Pressupostos históricos, conceituais, sociais e educacionais da Educação Especial e Inclusiva. Políticas de Inclusão educacional. Atendimento Educacional Especializado, adaptações metodológicas e intervenção educacional em processos de inclusão. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua

evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados aos conteúdos relacionados à formação na área de políticas públicas e gestão da educação, diversidades de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**.**

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino:** o pensar dos futuros professores. 144f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/7413/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Inclus%c3%a3o%20de%20alunos%20com%20defici%c3%aancia%20no%20sistema%20regular%20de%20ensino%20o%20pensar%20dos%20futuros%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**: possibilidades e limitações. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, R. E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. *In*: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Revista da Educação Especial**. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, p. 29-34, out. 2005.

DUTRA, C. P. Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial. *In*: MANZINI, E. J. (org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

JANNUZZI, G. de M.. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, L. M.; LABEGALINI, A. C. F. B. **A educação inclusiva na legislação de ensino**. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MELO, Débora Gusmão; PILOTTO, Rui Fernando; RODRIGUES, Stephania Araújo; AVÓ, Lucimar Retto da Silva de; GERMANO, Carla Maria Ramos. Investigação etiológica de deficiência intelectual ou atraso global do desenvolvimento. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, 2018, Out. 6(3): 73-85.

PARANÁ. **A Educação Especial no Paraná**: subsídios para a construção das diretrizes pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/ dee/legislacao/artigo_2.pdf Acesso em: 15 ago. 2008.

SASSAKI. Inclusão: o paradigma do século 21. *In*: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Inclusão: **Revista da Educação Especial**. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusã**o: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.

SCHWATZNAN, J. ARAÚJO, C. (orgs.). **Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. S. F; Educação inclusiva: transformação social ou retórica. *In*: OMOTE, S. (org.). **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 37-60.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/CORDE, 1994.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. rev. São Paulo, SP: EDUC, 2004.

DENARI, F. E. Formação de professores em educação especial: a ótica do GTEE – 06 e do Fórum Paulista Permanente de Educação Especial. *In*: OMOTE, S. (org.). **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 61-76.

GOMES, C.; BARBOSA, A. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial.** v. 22, n. 1, Marília, 2006, p. 85-100. Disponível em: <http://www.scielo. br/pdf/rbee/v12n1/31986.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

FERREIRA, J. R. Políticas públicas e a universidade: uma avaliação dos 10 anos da declaração de Salamanca. In: OMOTE, S. (org.). **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

KASSAR, M. de C. M. Uma leitura da educação especial no Brasil. *In*: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MARCHESI, A. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. *In*: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. *In*: ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo, SP: Summus, 2006. p. 31-69.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**. v.1, n.1, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

SILVA, E. G. **O perfil docente para a educação inclusiva:** uma análise das atitudes, habilidades e o perfil escolar inclusivo. 2008. 121p. Tese (Doutorado em Educação: área de concentração: Ensino na Educação Brasileira), Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Educacao/Disser tacoes/silva_eg_dr_mar.pdf> Acesso em: 28 dez. 2008.

NOME DA DISCIPLINA

FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA EDUCACIONAL (51h/a)

Ementa

Conceitos matemáticos: conjuntos numéricos e operações; razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples, porcentagem coeficientes, taxas e índices. Conceito de probabilidade em situações-problema simples. Tópicos de estatística descritiva. Elaboração e análise de diagnósticos estatísticos educacionais através de estudos de seus principais indicadores: coeficiente de escolarização, deficit educacional, coeficiente de produtividade curricular. Construção e interpretação de gráficos e tabelas.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BUSSAB, Wilton; MORETTIN, Pedro. **Estatística Básica.** Atual. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DANTE, L. R. **Matemática:** contexto e aplicações: volume único. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 267p.
GIOVANNI, J. R.; GIOVANNI JR, J. R. **Matemática:** Uma Nova Abordagem. Vol.1. 2. ed. São Paulo: Editora FTD, 2008.
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de Matemática Elementar.** vol. 1. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004.
MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada.** São Paulo: Atlas, 2002.
MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica:** probabilidades. 6. ed. São Paulo: Makron Books, [19--]. 185p.
SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores.** São Paulo: Atlas, 2015. 227 p. ISBN 978-85-224-3035-2.

Bibliografia Complementar

BELFIORE, Patrícia. **Estatística aplicada à administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
FONSECA, Jairo Simon et al. **Curso de Estatística.** 5. ed. Atlas. São Paulo, 1994.
LIMA, E. L. **Meu professor de Matemática.** Rio de Janeiro: SBM, 2010. (Coleção do Professor de Matemática).
MARQUES, J. M. **Bioestatística.** Juruá, Curitiba, 2002.
MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Estatística Aplicada à Educação.** 4. ed. atualizada e revisada- Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede eTec Brasil, 2013.
PAIVA, M. R. **Matemática.** Vol.1. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2009.
TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística.** 7. ed., Editora LTC, 1999.

NOME DA DISCIPLINA
HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (102h/a)

Ementa

Formação da língua portuguesa: história dos aspectos externos e internos. Formação do português brasileiro: a questão das origens e o papel do contato com as línguas indígenas e africanas. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

COUTINHO, Ismael de Lima (1938). **Gramática histórica**. Rio de Janeiro Imperial, 2011.
FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019. (Linguística para o Ensino Superior.)

Bibliografia Complementar

ALI, Manuel Said. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.
CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática histórica**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1970.
FIORIN, Luiz José; PETTER, Margarida. (orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992.
GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 02, São Paulo, apr./ jun. 2005.

NOME DA DISCIPLINA

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA (68h/a)

Ementa

Subsídios teórico-práticos para o ensino da Língua Portuguesa: prática de ensino voltada à leitura e produção de textos – verbais e multissemióticos. A BNCC e o eixos das práticas de linguagens: leitura, oralidade, produção de textos, análise linguística e multissemiótica: competências e habilidades. Observação do trabalho do professor em Ensino Fundamental e Médio – plano de trabalho docente e registros de classe. Acompanhamento do professor em aulas e horas-atividades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Construção e implementação de mini-propostas didáticas nos referidos eixos para o encaminhamento da extensão.Orientação e condução do estágio supervisionado enquanto processo de Iniciação à docência. Registro de atividades de estágio em portfólios. Projetos de extensão de iniciação à docência em Língua Portuguesa.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.
ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
ANTUNES, I. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
BARROS, E. M. D. de; RIOS-REGISTRO, E. S. (orgs.). **Experiências com Sequências Didáticas de Gêneros Textuais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
BARROS, E. M. D. de. **Gestos de ensinar e de aprender gêneros textuais**: a sequência didática como instrumento de mediação. 2012. 366f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2017.
CHIAPPINI, L. (coordenadora geral). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. Volume 2. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
FÁVERO, L. L. et al. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.
GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1984.
GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Acir Mário; BRITO, Karim Siebeneicher. (orgs.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
LEURQUIN, E.; COUTINHO, M.A.; MIRANDA, F. (orgs.). **Formação Docente**: teoria, textos e práticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.
PARANÁ. **Referencial curricular do Paraná**: princípios, direitos e orientações. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018.
PARANÁ**. Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Curitiba, PR: SEED, 2021.
POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB – Mercado de Letras, 1996.
RAMOS, J. M. **O espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
RODRIGUES, S. G. C.; LEAL, T. F. (orgs.). **A BNCC em Foco**: discussões sobre ensino de Língua Portuguesa. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

ROJO, R; BATISTA, A. A.G. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et. al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
SILVA, K. A. da.; XAVIER, R. P. (orgs.). **Múltiplos olhares para a Base Nacional Comum Curricular: Língua Portuguesa e Língua Inglesa**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.
VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. (org.). **Ensino de Gramática**: descrição e uso. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada**: limpando o "pó das ideias simples". 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
ANTUNES, I. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; STRIQUER, Marilucia dos Santos Domingos; STORTO, Letícia Jovelina. (orgs.). **Propostas didáticas para o ensino da língua portuguesa.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais**: Língua Portuguesa – 5ª a 8ª séries. Brasília:1998.
BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos**: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.
CHIAPPINI, L. (org.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.
COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.
DUARTE, P. C. de O. **Era uma vez um estágio de língua portuguesa:** diálogos sobre a formação docente inicial, o gênero discursivo conto de fadas e suas contra palavras contemporâneas. 2015. 504f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
KLEIMAN, A.B.; SEPULVEDA, C. **Oficina de Gramática** – metalinguagem para principiantes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
MATENCIO, M. L. M. **Leitura, produção de textos e a escola**: reflexões sobre o processo de letramento. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
NASCIMENTO, Elvira Lopes; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. (orgs.). **Gêneros de texto/ discurso e os desafios da contemporaneidade.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
PERINI, M.A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
SILVA, R. V. M. **Contradições no ensino de Português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. São Paulo: Contexto, 2000.
TEIXEIRA, N. R. B.; GONÇALVES, R.; CARAZZAI, M. P. (orgs.). **Língua, leitura e literatura**: perspectivas de ensino. Guarapuava: Unicentro, 2009.
ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel T. (org.). **Leitura**: perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1988.

NOME DA DISCIPLINA

INTRODUÇÃO AO ENSINO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM (136h/a)

Ementa

O ensino e os estudos da linguagem. Práticas de ensino dos conteúdos específicos dos estudos da linguagem. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Estudos pré-saussurianos. A

invenção da Linguística Científica. Estruturalismo norte-americano (Mentalismo e Mecanicismo). Estudos pós-saussurianos: os Círculos de Praga, Copenhague e Moscou. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

FORIN, José Luiz. (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013. p. 13-43.
ORLANDI, Eni P. **O que é Linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 32. ed. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2010.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
FIORIN, José Luiz. (org.). **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. (orgs.). **Saussure**: a invenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2013.
ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino de língua portuguesa.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
LEROY, Maurice. **As grandes correntes da Linguística Moderna**. Trad. Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971

NOME DA DISCIPLINA
LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (68h/a)

Ementa
A pesquisa e extensão no curso de Letras: definição, pressupostos teóricos e práticos, perspectivas, desdobramentos e desafios. Diferenciação entre pesquisa e extensão. Elaboração de projeto de extensão. Atividades extensionistas na interface da língua e das literaturas de língua portuguesa. Realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola**: o que é como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
CALGARO NETO, S. **Extensão e Universidade.** A Construção de Transições Paradigmáticas por Meio das Realidades Sociais. São Paulo: Apris, 2016.
FARIA, D. S. **Contribuições para a Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: UNB, 2001.
FAZENDA, I. (org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 17 fev. 2020.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.
VIGNALI, Carolina. **Tripé Universitário**. Princípio da indissociabilidade: a tríade que rege o Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES, 27 de julho de 2020. Disponível em: https://www.faac.unesp.br/#!/noticia/1873/tripe-universitario/. Acesso em: 12 jul. 2021.

Bibliografia Complementar

GRANDO, Roziane Keila. **O uso das TIC na pesquisa escolar:** uma análise interpretativa do tema em matérias publicadas nas revistas 'Educação' e 'Nova Escola'. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis, SC: UFSC, 2011. p. 51- 66. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95560. Acesso em: 17 fev. 2020.
LEAL, Igor Gabriel; FERNANDES, Jarina Rodrigues; ONOFRE, Elenice Maria Camarosano. Estratégias metodológicas no contexto de medidas socioeducativas: mapeamento em teses e dissertações brasileiras (2003-2017). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n.4, p. 1980-2007 out./dez. 2020.
MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**. Disponível em https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/7359/ssoar-etd-2007-2-magalhaes-indissociabilidade_entre_pesquisa.pdf?sequence=1
MARTINS, L. M. **Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Disponível em: http://docplayer.com.br/5393069-Ensino-pesquisa-extensao-como-fundamento-metodologico-da-construcao-do-conhecimento-na-universidade.html
UNICENTRO. RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 007/2012-CEPE-CAD/UNICENTRO. Regulamento das Atividades Extensionistas da Unicentro. Disponível em: https://www2.unicentro.br/proec/files/2019/02/Resolucao_Curricularizacao_Extensao_UNICENTRO_2018_5c62ae51f2bdb.pdf?x59049. Acesso em: 17 fev. 2020.
SILVA, D. N; PALMA, D. Dossiê Direitos humanos: perspectivas, mediações, práticas comunicativas- uma apresentação /Human Rights: perspectives, mediations, communicative practices. **Trabalhos em linguística aplicada.** v. 57, n. 2, Campinas, maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-181320180002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 17 fev. 2020.
PALMA, D. **Oficina de imaginação e escrita para educação em direitos humanos**. Daniela Palma e grupo de pesquisa - Nós-Outros: Linguagem, Memória e Direitos Humanos. (orgs.). Campinas, SP: Ed. do Autor, 2019. Disponível em: http://www2.iel.unicamp.br/nosoutros/wp-content/uploads/2020/01/Oficinas-de-imaginac%CC%A7a%CC%83o-e-escrita-para-a-educac%CC%A7a%CC%83o-em-Direitos-Humanos.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

NOME DA DISCIPLINA
LABORATÓRIO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL (102h/a)

Ementa

Práticas de leitura e escrita de textos acadêmicos em língua vernácula: normas da ABNT, fichamentos, resumos, resenhas. Reflexão sobre elementos de construção do sentido no texto: coerência, coesão, argumentação, modalização, paráfrase e efeitos de sentido. Projetos de extensão em Leitura e Produção Textual. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação em Direitos Humanos.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever:** estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2016.
VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 1**: fundamentos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 2**: texto e discurso. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

Bibliografia Complementar

COSTA, Iara Bemquerer Costa; FOLTRAN, Maria José. (org.). **A tessitura da escrita**. São Paulo: Contexto, 2013.
GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
GOLDSTEIN, Norma; LOZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. **O texto sem mistério**: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.
PINKER, Steven. **Guia de escrita**: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2016.
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

NOME DA DISCIPLINA
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (68h/a)

Ementa

Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS. Lei nº 14.191 2021 - sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

FELIPE, T. MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto**: curso básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial, 2001.
LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.
QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médica, 1997.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda**. Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.
PERLIN, Glades T. T. Identidades Surdas. *In*: SKLIAR, Carlos. **A surdez**: Um Olhar Sobre as Diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e Identidade Surdas. Encruzilhadas de Lutas Históricas e Sociais. **Educ. Soc**., Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br Acesso em: 25 nov. 2012.
SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço**. Informativo do INES. Rio de Janeiro, n. 8, p. 03-15, 1997.
THOMA, Adriana da Silva.; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

NOME DA DISCIPLINA
LÍNGUA PORTUGUESA I: FONÉTICA E FONOLOGIA (68h/a)

Ementa
Fonética e fonologia: produção e classificação dos sons da fala. O sistema sonoro do português brasileiro e a aquisição da escrita. Prática de oralidade. Ortografia. Acentuação gráfica, ortoépia e prosódia. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (orgs.). I**ntrodução à Linguística**: domínios e fronteiras v 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
SILVA, Thais Cristófaro. **Fonética e fonologia do Português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
SILVA, Thais Cristófaro. **Exercício de Fonética e Fonologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar
BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
COSTA, L. Teorias fonológicas e seus primitivos de análise. **Revista Muitas Vozes**. Ponta Grossa, v. 9, n.1, p. 48-59, 2020.
FERREIRA NETTO, W. I**ntrodução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.
SEARA, I. C; GONZAGA, V; LAZAROTTO-VOLCÃO, L. **Fonética e fonologia do português brasileiro**: 2º período. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
SILVA, A. H. P. **Língua Portuguesa I**: fonética e fonologia. Curitiba: IESDE, 2007.

NOME DA DISCIPLINA
LÍNGUA PORTUGUESA II: MORFOLOGIA (102h/a)

Ementa
Morfologia - conceitos morfológicos básicos: morfema, morfe, palavra. Tipos e classificação de morfemas. Estrutura e formação das palavras. Classes de palavras. Os mecanismos flexionais e derivacionais. Metodologias, práticas de ensino/ didáticas aplicadas ao ensino da morfologia. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **A estrutura da língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2001.
HINTZE, Ana Cristina Jaeger; PANTE, Maria Regina. **Introdução aos estudos de morfologia de língua portuguesa:** formação de palavras, usos e funções. Maringá: Eduem, 2011. 98p; (Coleção de professores em Letras EAD; v. 21).

Bibliografia Complementar

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. Rev. Ampl. e atual. Conforme novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
NEVES, Maria H. M**. Como as palavras se organizam em classes**. Portal da Língua Portuguesa, 2006. Disponível em: https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-palavras-se-organizam-em-classes.pdf Acesso em: 29 ago. 2022.
PAIVA, Z. L. R.; CONCEIÇÃO, K. K. A. A Morfologia na aprendizagem da ortografia da língua portuguesa: a influência da consciência morfológica. **Artifícios, Revista do Difere,** v. 3, n.5, 2013. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1142678/a-morfologia-na-aprendizagem-da-ortografia-da-l%C3%ADngua-port… Acesso em: 29 ago. 2022.
SILVA, M. Cecília. P. de Souza e; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística Aplicada ao Português**: morfologia. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NOME DA DISCIPLINA
LÍNGUA PORTUGUESA III – SINTAXE (102h/a)

Ementa

Introdução à sintaxe: paradigma normativo. Estruturas da língua: frase, oração e período. Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Período Simples e Período Composto. Sintaxe de regência nominal e verbal. Prática de escrita e reescrita de textos. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da Língua Portuguesa.** 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
DIAS, Luiz Francisco. Gramática e ensino do português: abrindo horizontes. *In*: MOURA, D. (org.). **Língua e ensino**: dimensões heterogêneas. Maceió: Edufal, 2000. p. 21-28.
SANTOS, Márcia Angélica dos. **Aprenda Análise Sintática**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar

AZEREDO, José, Carlos de. Sintaxe Normativa Tradicional. *In*: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. (orgs.). **Sintaxe, sintaxes**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015. 224p.
BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
FERREIRA, Mauro. **Aprender e praticar gramátic**a. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2007.
NEVES, M.H.de M. **A Gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Unesp, 2002.

NOME DA DISCIPLINA
LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I (68h/a)

Ementa

A Linguística Aplicada como área de conhecimento e pesquisa: da sua emergência a sua configuração na atualidade. Teorias sobre o processo de apropriação da linguagem. Práticas de Letramento e Alfabetização. Multiletramentos e Novos Letramentos. Os gêneros e o ensino de língua. Transposição Didática e material didático. conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente. Compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade. Prática pedagógica para o ensino fundamental e médio. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Diversidade de gênero e Educação em Direitos Humanos.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch.**Estética da criação verbal** . São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421p.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf Acesso em: 10 jan. 2018.
BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: Por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Oficina de linguística aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de letras, 1996. 190p. (Coleção letramento, educação e sociedade).
SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNE, Gilles. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola editorial, 2002. 248p.
CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes; NASCIMENTO, Elvira Lopes. (orgs.). **Gêneros textuais**: teorias e prática II. Palmas; União da Vitoria: Kaygangue, 2005. 200 p
GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 252 p.
GREGOLIN, Maria do Rosário F. V. **O ensino de língua portuguesa e de suas literaturas**. São Paulo: FCL - UNESP, 1997. 229 p.
MEURER, J. L; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Dèsirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. 295 p.
ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998, 232 p.
SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tania M. K. (orgs.). **Teorias e práticas de letramento**. Brasília: INEP/UPF, 2007. 297 p.
TFOUNI, Leda Verdiani**. Letramento e alfabetização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOME DA DISCIPLINA
LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II (68h/a)

Ementa
Ensino de línguas e (re)construção de identidades. Fenômenos linguístico-culturais. Multiculturalismo. Bilinguismo, multilinguismo e translinguagem. A identidade étnico-linguística. Relações de poderes no espaço multicultural da escola. Políticas linguísticas. Educação Linguística. Sociolinguística Educacional. Prática pedagógica para o ensino fundamental e médio. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos. Outros campos de atuação da Linguística Aplicada. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Diversidade cultural.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421p.
ABREU, A.S.; SPERANÇA-CRISCUOLO, A.C. **Ensino de Português e Linguística**. São Paulo: Claraluz, 2016.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 10 jan. 2018.
BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
CORACINI, M. J. R. F.; GRIGOLETTO, M.; MAGALHAES, I. (org.). **Práticas Identitárias**: língua e discurso. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

Bibliografia Complementar
BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNE, Gilles**. Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola editorial, 2002. 248p.
GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 252 p.
GREGOLIN, Maria do Rosário F. V. **O ensino de língua portuguesa e de suas literaturas**. São Paulo: FCL - UNESP, 1997. 229 p.
MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tania M. K. (orgs.). **Teorias e práticas de letramento**. Brasília: INEP/UPF, 2007. 297p.

NOME DA DISCIPLINA
LINGUÍSTICA I – FORMALISMO E FUNCIONALISMO NO ENSINO DE LÍNGUA (136h/a)

Ementa
Teorias linguísticas formalistas. Teorias linguísticas funcionalistas. Sintaxe Formal. Sintaxe Funcional. Sociolinguística: o que estuda; estudos variacionistas: mudanças e variação linguística; línguas de contato (pidgin e crioulo) e bilinguismo; geolinguística e dialetologia. Projetos de Extensão de Linguística. Temas contemporâneos relacionados à formação na área de ciência, Tecnologia, diversidade cultural, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**. Brasília: UNB, 1998.
LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
MARTELOTTA, M. E. et al. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.
NEGRÃO, E. V.; SCHER, A. P.; VIOTTI, E. C. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. P. 81-110.
NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
OLIVEIRA, R. P. de. Formalismos na linguística: uma reflexão crítica. *In*: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, v. 3, 219-250.

Bibliografia Complementar

DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1973 [1968].
FERRARIZI JÚNIOR, C.; MOLLICA, M. C. (org.). **Sociolinguística, Sociolinguísticas**: Uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
MIOTO, C.; FIGUEIREDO-SILVA, M. C.; LOPES, R. V. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis, SC: Insular, 1999.
MIOTO, C., FIGUEIREDO-SILVA, M. C.; LOPES, R. V. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.
PAVEAU, M. A.; SARFATI. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. Rosário Gregolin et al. São Paulo: Clara Luz, 2006.
PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. *In*: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, v.3, p.165-128.

NOME DA DISCIPLINA
LINGUÍSTICA II - LINGUAGEM, SIGNIFICAÇÃO E DISCURSO (136h/a)

Ementa

A fundação da Semântica. Percurso da Semântica Formal à Análise do Discurso. Construção de modos de abordagem da significação no ensino de língua portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área do Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.
GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso** – princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.
BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes & Editora da Unicamp, 1988.
BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

Bibliografia Complementar

AUSTIN, J. L. Performativos e Constativos. *In*: AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre, RS: 1990.

DUCROT, O. Argumentação e topoi argumentativos. *In*: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *In*: FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo, SP: Cultrix/Edusp, 1978.
ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez/Campinas Editora da UNICAMP, 1988.
ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997.

NOME DA DISCIPLINA
LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA (68h/a)

Ementa
O colonialismo português e a literatura colonial. As lutas de independência colonial. O nacional e o pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa. Autores e obras significativos dos países de língua portuguesa. Questões sobre negritude, nacionalismo e africanidade. Prática pedagógica para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação das relações étnico-raciais. e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução).
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
APA, Lívia; BARBEITOS, Arlindo; DÁSKALOS, Maria Alexandre. **Poesia africana de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores-ABL, 2003.
FERREIRA, Manuel. **Literatura africana de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.
SANTILLI, Maria Aparecida. **Estórias africanas**. São Paulo: Ática, 1985.

Bibliografia Complementar
FERREIRA, Manuel. **50 poetas africanos**: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde,São Tomé e Príncipe. Lisboa: Plátano, 1989.
HAMILTON, Russel G. **Literatura africana literatura necessária I:** Angola. Lisboa: Edições 70, 1981.
HAMILTON, Russel G. **Literatura africana literatura necessária II**: Moçambique, Cabo Verde,Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Lisboa: Edições 70, 1984.
LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Maputo: Imprensa Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 2003.
SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidade**. São Paulo: Ática, 1985.

NOME DA DISCIPLINA
LITERATURA E ENSINO (68h/a)

Ementa
Concepções de Literatura e suas implicações no processo de ensino. A formação do leitor literário. A seleção do texto: entre tradicionais, contemporâneos e representativos das perspectivas multiculturais. Ensino das literaturas de matrizes africanas e indígenas. Literatura, experiência estética e social. Metodologias do ensino de literatura: método recepcional e letramento literário. Proposições para elaboração de materiais e de projetos para o Ensino de Literatura na Educação Básica. Processos de avaliação do Ensino de Literatura. Projetos de Extensão em Literatura e Ensino.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura**: a formação do leitor, alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006
DALVI, M. A.; REZENDE, N. L.; JOVER-FALEIROS, R. (orgs.). **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

Bibliografia Complementar
COLOMER, T. **A formação do leitor literário**: narrativa infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2003.
DORRICO, J.; DANNER, L. F..; CORREIA, H. H. S.; DANNER, F. **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica, recepção. Ed. Fi. (disponível no site da editora)
DUARTE, E. de A. (org.). **Literatura e afrodescendência**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
SILVA, I. M. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor? In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.
TODOROV, T. **A literatura em perigo**. 2. ed. Trad. C. Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

NOME DA DISCIPLINA
POÉTICAS DA VOZ E LETRAMENTOS MULTISSEMIÓTICOS (68h/a)

Ementa
Diferenças e relações entre meios de expressão escritos, visuais e orais. Teoria da poesia: imaginação, ritmo e versificação. Teoria do drama: relações entre a performance cênica e a escritura literária. Poesias orais enraizadas e de vanguarda. Práticas extensionistas: produção de materiais didáticos para letramento multissemiótico. Projetos de extensão em Poéticas da voz e letramentos multissemióticos.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
CANDIDO, Antonio. **O Estudo Analítico do Poema**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH, 1996.

SARRAZAC, Jean-Pierre. **Poética do drama moderno**. Trad. Newton Cunha, J. Guinsburg, Sonia Azevedo. São Paulo: Perspectiva, 2017.
KOTHE, Flavio Rene. **Literatura e sistemas intersemióticos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

Bibliografia Complementar

ALI, Manoel Said. **Versificação Portuguesa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
FERNANDES, Sílvia; GUINSBURG, J. **O Pós-Dramático**: um conceito operativo? São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 11-30.
GOODY, Jack. **A domesticação da mente selvagem.** Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido – uma outra história das músicas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

NOME DA DISCIPLINA
PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA (102h/a)

Ementa

Compreensão da natureza do conhecimento da literatura e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. História e definições dos gêneros literários épico, lírico e dramático: da *Poética* de Aristóteles à modernidade. Métodos da crítica literária: modos de fruição e critérios para leitura e ajuizamento de obras literárias. Processos de canonização e de revisão do cânone ocidental. Práticas de leitura crítica de textos épicos, líricos e dramáticos da literatura universal para construir repertório literário de diferentes tempos e lugares. Realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa. Atividades de Prática como componente curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nankin Editorial; Parábola editorial, 2016.
STALLONI, Yves. **Os gêneros literários**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

Bibliografia Complementar

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
RAVOUX-RALLO, Élisabeth. **Métodos de crítica literária**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia sugerida de textos literários

BÉROUL. **O romance de Tristão**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. São Paulo: Editora 34, 2020.
BORGES, Jorge Luis. **Ficções.** Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras,

2007.´
CAMPOS, Augusto de. **Verso, reverso, controverso**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
CERVANTES SAAVEDRA, Miguel. **O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha**: primeiro livro. São Paulo: Editora 34, 2002.
DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. Trad. Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009.
GOETHE, Johan Wolfgang von. **Os Sofrimentos do Jovem Werther**. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Contos maravilhosos infantis e domésticos**: 1812-1815. Trad. Cristine Röhrig. São Paulo: Editora 34, 2018.
HOMERO. **Ilíada.** Trad. Christian Werner. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
HOMERO. **Odisseia**. Trad. Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
IBSEN, Henrik. **Uma casa de bonecas**. Trad. Emília de Araújo Pereira. São Paulo: Peixoto Neto, 2016.
KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
OVÍDIO. **Amores & Arte de amar**. Trad. Carlos Ascenso André. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.
PETRÔNIO (Titus Petronius Arbiter). **Satyricon.** Trad. Cláudio Aquati. São Paulo: Editora 34, 2021.
POE, Edgar Allan Poe. **Histórias extraordinárias**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
RACINE, Jean. **Fedra; Ester; Atália**. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
SÓFOCLES. **Antígona.** Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2009.
SÓFOCLES**. Édipo Rei.** Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOME DA DISCIPLINA
METODOLOGIAS, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA (102h/a)

Ementa
Fundamentos metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Objetivo e objeto do ensino de Língua Portuguesa na escola básica e no ensino superior. Organização e seleção dos conteúdos. Conceitos básicos do ensino de língua portuguesa. Processos didáticos e metodológicos com a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação presencial e a distância. Metodologias ativas para aprendizagem. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática: procedimentos e instrumentos. Elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
DALLA ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luisa M. (orgs.). **Ensino da língua materna**: para além da tradição. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.
PEREIRA, Odete Aléssio. **Metodologia do ensino de língua portuguesa e literatura**. Londrina, PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
SIMIONATO, Marta Maria. **Teoria e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa**.

Educação a distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Editora: UNICENTRO. S/D.

Bibliografia Complementar

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. (orgs.). Estratégias de ensinagem. *In*: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na Universidade.** Pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino**: uma abordagem teórica. Revista Thema, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295. Acesso em: 26 ago. 2022.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. *In*: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MIZUKAMI, M. da G. N. **O ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPR, 1986.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988.

NOME DA DISCIPLINA

PRÁTICA DE ENSINO E LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS INFANTO-JUVENIS (68h/a)

Ementa

As origens da literatura infantil. A narrativa primordial: oralidade e escrita. Panorama da literatura infantil no Brasil. Monteiro Lobato e a criação da literatura infantil no Brasil. Lygia Bojunga e as formas assumidas pela literatura infantil brasileira na atualidade. A escolarização da literatura infantil-juvenil. Sincretismo de linguagens na literatura infantil. Multiculturalidade nos livros dedicados ao público infanto-juvenil. Autores indígenas e afro-brasileiros. Visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida. Projetos de extensão e leitura de textos literários infanto-juvenis.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil Contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2010.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicologia dos contos de fadas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Bibliografia Complementar

COLOMER, T. **A formação do leitor literário: literatura infantil e juvenil atual**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KIRCHOF, Edgar; SILVEIRA, Rosa M. Hessel. Professoras moralizadoras, normalizadoras ou ausentes – A literatura infantil retratando as diferenças. **Anuário de literatura**, v. 13, n. 2, p. 56-75, 2008.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: histórias e histórias. São Paulo: Ática, 1985.
WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. *In*: ZILBERMAN Regina. **A Literatura Infantil Brasileira**: como e por que ler. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Bibliografia sugerida de textos literários

LOBATO, Monteiro. **O pica-pau amarelo.**
BOJUNGA, Lygia. **A bolsa amarela.**
ZIRALDO. **O menino marrom.**
EMICIDA. **Amoras.**
MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio.**
ONDJAKI. **Ynari.**
SARAMAGO, José. **A maior flor do mundo.**

NOME DA DISCIPLINA
PRÁTICA DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA I (68h/a)

Ementa

Métodos e técnicas da pesquisa científica. Concepções e características da pesquisa em Letras. Curriculum Lattes. Métodos e técnicas da pesquisa em estudos linguísticos e literários. Redação do texto científico: projeto de pesquisa, resumo, resenha, monografia e artigo. Normas da ABNT.
Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ANDRE, M. E. D. A. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2011.
DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, V.; PEREIRA, V. (org.). **Pesquisa em letras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

NOME DA DISCIPLINA
PRÁTICA DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA II (68h/a)

Ementa
Produção de conhecimento em estudos linguísticos ou literários: elaboração e disseminação de artigo científico monográfico. Projeto de Pesquisa. Estruturação do trabalho de conclusão do curso (TCC). Normas da ABNT. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de artigos científicos**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2013.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
ORLANDI, Eni P. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

Bibliografia Complementar
AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos sem rodeios e sem medo da Abnt**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/36445940/Como_escrever_Textos_Serafini Acesso em: 10 jun. 2022.
SPECTOR, Nelson. **Manual de redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

NOME DA DISCIPLINA
PRÁTICA DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA I (102h/a)

Ementa
Orientação e condução do estágio supervisionado em escolas da rede pública do ensino fundamental. O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e das literaturas de língua portuguesa. Análise das políticas de ensino em uma perspectiva teórico-prática. Abordagens do ensino e suas implicações no processo educativo. Acompanhamento de aulas e hora-atividades no Ensino Fundamental. Regência no Ensino Fundamental. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: etapa do ensino fundamental, área de linguagens: Língua portuguesa. Brasília, 2018.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná**: princípios, direitos e orientações. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Curitiba, 2021.
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez Editora.

2004.
RODRIGUES, S. G. C.; LEAL, T. F. (orgs.). **A BNCC em Foco**: discussões sobre ensino de Língua Portuguesa. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

Bibliografia Complementar

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 4, p. 49-81. 2016.
BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
ENCCEJA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/encceja. Acesso em: 23 ago. 2022.
FERRAREZI JÚNIOR, C. **Pedagogia do silenciamento**: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB – Mercado de Letras, 1996.
RAMOS, J. M. **O espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NOME DA DISCIPLINA
PRÁTICA DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA II (102h/a)

Ementa

Orientação e condução do estágio supervisionado em escolas da rede pública do ensino médio. O processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa e das literaturas de língua portuguesa. Análise das políticas de ensino em uma perspectiva teórico-prática. Abordagens do ensino e suas implicações no processo educativo. Acompanhamento de aulas e hora-atividades no Ensino Médio. Regência no Ensino Médio. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). **Múltiplas Linguagens para o Ensino Médio**. São Paulo: Parábola, 2013.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2006. vol. 1
COELHO, N. N. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Petrópolis, 2001.
ELIAS, V. M. (org.). **Ensino de Língua Portuguesa**: oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2013.
PARANÁ. **Diretrizes curriculares da rede pública de Educação Básica do estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.
RUIZ, E. D. **Como corrigir redações na escola**: uma proposta textual-interativa. São Paulo: Contexto, 2013.
SILVA, W. R. **Letramento do Professor em formação inicial**: interdisciplinaridade no Estágio Supervisionado da Licenciatura. Campinas, SP: Pontes, 2012.
SOUZA, Ana Lúcia Silva; CORTI, Ana Paula; MENDONÇA, Márcia. **Letramentos no ensino médio**. São Paulo: Parábola, 2012.

Bibliografia Complementar

AROEIRA, Kalline Pereira. Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre a universidade e a escola. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014. Cap. 4, p. 113–151.

ANTUNES, Irandé. **Muito Além da Gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** Parte II: Linguagens códigos e tecnologias. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&id=12598%3Apublicacoes&option=com_content&view=article. Acesso em: 14 jun. 2022

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens códigos e suas tecnologias**. Vol.1. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contexto teórico-metodológicos. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas ao letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2014.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. Capítulo 8: Letramentos como designs multimodais de significado. **Letramentos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 165-192.

KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. **Linguística aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, l. (orgs.). **Avaliação em língua portuguesa:** contribuições para a prática pedagógica. 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná:** componente curricular língua portuguesa Curitiba: 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/referencial_curricular_novoem_11082021.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

PEREIRA, d.; DORNELLES, C. Conscientização crítica pelo letramento literário no ensino médio. *In*: SILVA, W. (org.). **Contribuições sociais da linguística aplicada:** uma homenagem a Inês Signorini. 1. ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

ROJO, Roxane. (org.). **Escola conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

SALLES, Heloisa M. M. L. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2 v.: il. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf Acesso em: 14 jun. 2022.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, Marcos. (org.). **Linguística da norma. São Paulo:** Edições Loyola, 2004.

Sitografia:

LEMANN. **Movimento pela base.** Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/10/roteiro-de-planejamento-pedagogico-fundacao-lemann.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

PARANÁ. **Escola digital professor**. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ensino_medio. Acesso em: 14 jul. 2022.

NOME DA DISCIPLINA
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (45h/a)

Ementa

Os pressupostos teórico-metodológicos da Educação a distância no Brasil: perspectivas da EAD na conjuntura brasileira. A legislação da educação a distância, bem como sua legitimação nacional e articulações das políticas públicas frente aos desafios educacionais na contemporaneidade. Agentes envolvidos na dinâmica da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Moodle. Compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PAIVA, V. M. de. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Implicações epistemológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 26 (3), dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/WkCJVzHvDZ4j9DjX84MdhDz/?lang=pt Acesso em: 16 ago. 2022.

PEREIRA, D.M.; SILVA, G.S.S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista, BA, n. 10, 151-174, 2010.

KONRATH, M. L. P (et al). Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **Novas Tecnologias**. v. 7, n.1, julho, 2009.

RAMAL, Andrea Cecília. Educação a distância: entre mitos e desafios. *In*: ALVES, Lynn; NOVA, Cristina. (orgs.). **Educação a distância**: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

Bibliografia Complementar

SANTINELLO, Jamile. **O professor universitário vivenciando o ato de aprender em ambientes virtuais de aprendizagem.** 144f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Aprendizagem e Ação Docente. Universidade Estadual de Maringá, UEM/PR. Orientadora: Profa Dra Anair Altoé. Maringá, 2006. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006/2006-Jamile_Santinelo.pdf Acesso em: 29 ago. 2022.

UAB-Universidade Aberta do Brasil. **Sobre a UAB**. Disponível em: https://sead.ufba.br/universidade-aberta-do-brasil-uab#:~:text=A%20UAB%2C%20sigla%20para%20Universidade,acesso%20ao%20ambiente%20acad%C3%AAmico%20universit%C3%A1rio. Acesso em 01 maio 2009.

EMERENCIANO, Maria do Socorro Jordão; SOUSA, Carlos Alberto Lopes de; FREITAS, Lêda Gonçalves de. **Ser Presença como Educador, Professor e Tutor.** Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/695/2005/11/ser_presenca_como_educador,_professor_e_tutor_ Acesso em: 01 mar. 2009.

JAEGER, Fernanda Pires; ACCORSSI, Aline. **Tutoria em Educação a Distância.** Disponível em: http://nourau.uniararas.br/pt_BR/document/?code=04801 Acesso em: 01 mar. 2009.

NOGUEIRA, Solange Maria do Nascimento. Educação a distância e a formação de educadores. *In*: ALVES, Lynn; NOVA, Cristina. (orgs.). **Educação a distância:** uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

NOME DA DISCIPLINA
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO (68h/a)

Ementa

Contribuição das teorias psicológicas, enfocando o processo ensino-aprendizagem, desenvolvimento e interação professor-aluno no processo educacional. Teorias psicológicas clássicas e educação: Psicanálise, Behaviorismo, Humanismo. Teorias cognitivas e interacionistas no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

BARRERA, S. D. Teorias cognitivas da motivação e sua relação com o desempenho escolar. **Poiesis Pedagógica**, v. 8, n.º 2, 2010.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARRARA, K. (org.). **Introdução à Psicologia da Educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

CARRETERO, M. **Construtivismo e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. v. 1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOSTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Bibliografia Complementar

ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, M.V. (1). **Freud** – Psicanálise e educação. In: Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUNHA, M. V. (2). **Pavlov, Watson & Skinner** – Comportamentalismo e educação. In: Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOULART, I. B. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1993.

LA ROSA, J. de **Psicologia e educação**: o significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygostsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygostsky**: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

PULASKI, M. A. S. **Compreendendo Piaget**: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança. Rio de Janeiro: Guanabara, 1992.

RAPPAPORT, C. R. et al. **Psicologia do desenvolvimento**: adolescência. São Paulo: E.P.U. 1993.

REGO, T. C. **Vygostsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSENFELD, A. **O Pensamento Psicológico**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

NOME DA DISCIPLINA
SEMIÓTICA, LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO (68h/a)

Ementa
Pressupostos teóricos da semiótica. Teorias semióticas: semiologia linguística, semiótica greimasiana, semiótica peirciana e demais correntes semióticas contemporâneas. Elaboração e estudo de materiais didáticos voltados para o ensino de língua portuguesa. Métodos e técnicas para o ensino de Língua Portuguesa e subsídios para o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
ROJO, Roxane. (org.). **Escola conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.
GUALBERTO, C.; PIMENTA, S. (orgs.). **Semiótica social, multimodalidade, análises, discursos.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/336881635_Semiotica_social_multimodalidade_analises_discursos. Acesso em: 22. ago. 2022.

Bibliografia Complementar
BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1995.
FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.
MERITH-CLARAS, S. O fazer verdadeiro e a transição de governo na construção da Base Nacional Comum Curricular: um documento também político. **Estudos semióticos**, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/154829 Acesso em: 01 set. 2022.
MORRIS, C.W. **Fundamentos da teoria dos signos.** São Paulo: EDUSP, 1976.
SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NOME DA DISCIPLINA
TEORIA DA NARRATIVA (68h/a)

Ementa
Teoria dos gêneros narrativos: diferenças entre epopeia, romance, conto e novela. Operadores de leitura e análise estrutural de narrativas. Modos de representação e ficcionalização da realidade histórica e social nos textos literários narrativos. Atividades de Prática como componente curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

AUERBACH, E. **Mimesis:** a representação da realidade na literatura ocidental. Trad. George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 2021.
FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. *In*.: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2009. p. 33-58.
TODOROV, Tzvetan. **As estruturas da narrativa**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Bibliografia Complementar

AUERBACH, Erich. **A novela no início do Renascimento**: Itália e França. Trad. Tercio Redondo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Teoria do romance III**: o romance como gênero literário. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2019.
GENETTE, Gérard. **Discurso da Narrativa**. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.
GOTLIB, Nádia Batella. **Teoria do conto**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. Tradução de Joaquim Toledo Jr. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**. n. 85, p. 201-212, 2009.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA DE TEXTOS LITERÁRIOS

BORGES, Jorge Luis. **Ficções.** Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.´
CERVANTES SAAVEDRA, Miguel. **O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha**: primeiro livro. São Paulo: Editora 34, 2002.
GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Contos maravilhosos infantis e domésticos: 1812-1815.** Tradução de Cristine Röhrig. São Paulo: Editora 34, 2018.
HOMERO. **Odisseia**. Trad. Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

NOME DA DISCIPLINA
VIVÊNCIA ESCOLAR (ESTÁGIO) (68h/a)

Ementa

História da Educação. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação para os Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), gestão e políticas públicas; Legislações e diretrizes para o ensino na Educação Básica; Sistemas Oficiais de Educação; Leis de Diretrizes (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular do Paraná. Funcionamento da escola e organização da Educação Básica: Projeto Político Pedagógico. Organização e utilização dos espaços escolares. Identidade do professor e sua rotina de trabalho. Orientação e condução do estágio supervisionado em língua portuguesa enquanto processo de vivência escolar. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

ARCANJO, Fernanda; Hanshiro, Midori. **A História da Educação no Brasil**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Número 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. BNCC: **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 15 fev. 2022.
BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação Nacional. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 01 set. 2022.
BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.
LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 4. ed. Goiânia: Alternativa, 1992.
LIMA, Elieuza Aparecida de; VALIENGO, Amanda; SILVA, Ana Laura Ribeiro da. Experiências de estágio curricular supervisionado e portfólios de aprendizagem. **Ensino em Revista,** v. 21, n. 2, p. 221-232, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/114983. Acesso em: 01 set. 2022.
PARANÁ. **Referencial Curricular Do Paraná:** Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba, 2018.
SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica:** Primeiras Aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez Editora. 2004.
SILVA, Jane Quintiliano G.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Referência pessoal e jogo interlocutivo: efeitos identitários. *In*: KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. (orgs.). **Letramento e formação do professor**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. p. 245-266.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVICH, F. (org.). **Meu professor inesquecível**: ensinamentos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores. São Paulo: Editora Gente, 1997.
BATISTA, P. C.; CREPALDI, N. P.; SANTOS, A. R. dos. O Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa em contexto de ensino remoto. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 162–180, 2021. DOI: 10.46230/2674-8266-13-4867. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/486 . Acesso em: 1 ago. 2022.
KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. (orgs.). **Letramento e formação do professor**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Moviment-Revista de Educação**. UFF, Rj, 2016. Disponível em < http://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

NOME DA DISCIPLINA (OPTATIVA)
ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUÍSTICA I - ANÁLISE DE DISCURSO (68h/a)

Ementa

Panorama geral sobre análise do discurso. Análise do discurso francesa; Análise do discurso crítica e análise do discurso dialógica. Análise discursiva de materiais de ensino, de textos da legislação educacional e de textos que circulam no ambiente escolar. Atividades de Prática como

Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
ORLANDI, E. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Lingüísticos** (42), Campinas: Jan./Jun., 2002.

Bibliografia Complementar

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
GREGOLIN, M. R**. Foucault e Pêcheux na análise de discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.
OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

NOME DA DISCIPLINA (OPTATIVA)
ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUÍSTICA II - HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS (68h/a)

Ementa
Estudo de processos e instrumentos de gramatização do português no Brasil. As políticas linguísticas nacionais, os instrumentos linguísticos (gramáticas, vocabulários, dicionários, livros/manuais didáticos etc.) e o papel dos colégios na construção da língua nacional. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
ORLANDI, E. (org.). **História das Ideias Linguísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas.** São Paulo: Contexto, 2017 (tradução de *Histoire des idées sur le langage et les langues*, Paris, Klincksieck, 2010).
FRAGMENTUM, Número especial. **História da Ciência da Linguagem, das Teorias Linguísticas, da construção do conhecimento sobre a(s) língua(s)**. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/issue/view/1438 Acesso em: 29 ago. 2022
GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS. Campinas: Pontes e Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil. 1998-2008. ISSN 9788571131231. Continuada pela Editora RG. 2009-atual. ISSN 159- 4906
ORLANDI, E. "Ética e Política Linguística". **Línguas e Instrumentos Lingüísticos n°1.** Campinas: Pontes, Jan./Jun. 1998.

NOME DA DISCIPLINA (OPTATIVA)
ESTUDOS AVANÇADOS EM LITERATURA I – RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO (68h/a)

Ementa
Inclusão/exclusão: educação para todos e a questão etnicorracial. Relações etnicorraciais, identidade e gênero na educação brasileira. Escola, literatura e a questão etnicorracial na educação básica. Infância, literatura e relações etnicorraciais. A formação de profissionais das Letras para a diversidade etnicorracial. Discriminação, racismo e identidade negra no Brasil. Raízes históricas, literárias e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira. A Literatura afrodescendente como instrumento de discussão etnicorracial. Atividades de Prática como Componente Curricular.
***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica
ADOLFO, Paulo Sérgio. "Vozes negras em terra de branco". **Signum.** Estudos literários 3. Londrina: EdUEL, 2000.
AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
ALVES, Miriam. **BrasilAfro autorrevelado**: Literatura Brasileira Contemporânea. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, Volume 7).
BRAGA, M. L.; SILVEIRA, M. H. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista.** Brasília: SECAD/ UNESCO, 2007.

Bibliografia Complementar
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s).** Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
DUARTE, Eduardo Assis. (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4v. – (Humanitas)
GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na Literatura Infanto-Juvenil**.** *In*: MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. *In*: MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

NOME DA DISCIPLINA (OPTATIVA)

ESTUDOS AVANÇADOS EM LITERATURA II - LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (68h/a)

Ementa

Tradição e subversão: a construção do cânone e o apagamento das vozes femininas. Literatura e estereótipos. Leitura e análise crítica de obras de escritoras de língua portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular.

***No plano de ensino devem ser descritas, obrigatoriamente, as competências e habilidades da BNC Formação e da BNCC, contempladas na disciplina.**

Bibliografia Básica

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOLIN, Lúcia. "Literatura de autoria feminina". *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia. **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Ed. UEM, 2009.

Bibliografia Complementar

LOBO, Luiza. Guia de Escritoras da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira** contemporânea: um território contestado. Vinhedo: Editora Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

FELSKI, Rita. **Literature after feminism**. University of Chicago Press, 2003.

PRADO, Priscila. As "Cartas portuguesas" e a tradição do "amor infeliz" na literatura portuguesa de voz feminina. **Revista Línguas & Letras**, v. 11, n. 21, 2010. Disponível me: https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/3771 Acesso em: 01 set. 2022.

OLIVEIRA, Jurema. Vozes femininas nas literaturas africanas de língua portuguesa. **Contexto**. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contexto/issue/view/500 Acesso em: 29 ago. 2022.

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA - EAD (CURRÍCULO INICIADO EM 2023)

CORRENTES CRÍTICAS DA TEORIA LITERÁRIA

História das definições de literatura nas correntes críticas dos séculos XX e XXI. Teorias formalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas: fundamentos da análise estrutural e crítica desconstrucionista. Estudos culturais: teorias feministas, estudos queer, pós-coloniais e decoloniais. Atividades de Prática como Componente Curricular. Literatura, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Literatura, política e educação em direitos humanos. Ecocríticas e educação ambiental.

DIDÁTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Dimensão histórico-cultural da didática e a construção/formação da identidade do professor de língua portuguesa e literaturas. Os componentes da didática: planejamento, avaliação, conteúdo, metodologia, relação professor-aluno, ambientes de aprendizagem. A didática nos diferentes espaços de educação: ensino fundamental (anos finais), ensino médio e Educação de Jovens e Adultos.

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, LINGUAGEM E SOCIEDADE

Estudos em História e Sociologia a respeito das relações estabelecidas entre os sujeitos a partir das marcações de gênero, raça, etnia, sexualidade e religiosidade, dando ênfase aos saberes que

envolvem a história afro-brasileira, africana e indígena. O trabalho do professor de língua portuguesa e literatura em abordagens e temas relacionados à diversidade linguística e sociocultural. Relações entre língua e cultura no desenho dos currículos de Língua Portuguesa. A construção social dos preconceitos (linguístico, racial, de gênero etc.) e os seus impactos em sala de aula. Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos e legislação de ensino; organização da educação básica e do ensino superior. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de diversidade linguística e cultural, e Educação Ambiental.

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA I
As tendências contemporâneas pós-64 até a atualidade. Literatura brasileira, um território contestado. Poesia contemporânea. Relações entre literatura e outras linguagens. Vozes da narrativa brasileira: regionais, femininas, negras, indígenas, LGBTQIA+ e de resistência à ditadura. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de história ecultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004).

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA III
A literatura pré-colonial (mitologias indígenas). A literatura colonial: das manifestações literárias à configuração do sistema literário brasileiro. Os relatos de viagem e a literatura jesuítica. A lírica de Gregório de Matos e os sermões de Vieira. Lírica e sátira social no Brasil setecentista: Tomás Antonio Gonzaga, Basílio da Gama, Claudio Manuel da Costa e Bárbara Heliodora. O século XIX no Brasil. Literatura e construção da identidade nacional. A escravidão e o debate abolicionista. A poesia de Gonçalves Dias a Castro Alves. O projeto literário de José de Alencar. A dissonância nas vozes de Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta. Projetos de extensão de Literatura Brasileira. Temas contemporâneos e transversais: educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução)

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA II
O caso de Machado de Assis. A Belle époque no Brasil: a poesia de Olavo Bilac, Francisca Júlia, Cruz e Sousa, Gilka Machado e Augusto dos Anjos. Processos de modernização no Brasil República: positivismo, ciência, racismo. O realismo social de Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Lima Barreto e Júlia Lopes de Almeida. Semana de Arte Moderna e vanguardas europeias: Mario, Oswald e Manuel. A poesia modernista das gerações de 1930 e 1945 e as regiões brasileiras. Os casos de Drummond, Cabral, A prosa modernista das gerações de 1930 e 1945 as regiões brasileiras. Os casos de Clarice, Guimarães e Carolina. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução)

ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA II
A literatura e a construção da nacionalidade portuguesa; a lírica trovadoresca, cantigas de amor,

de amigo, de escárnio e de maldizer; a ficção cavalheiresca; o teatro de Gil Vicente; tradição e renovação do escritor clássico: Camões. Barroco: norma e transgressão - as Cartas Portuguesas de Mariana Alcoforado e os sermões de Antonio Vieira. Neoclassicismo: releituras do lírico – a poesia de Bocage e Marquesa de Alorna. O oitocentos português. A querela dos românticos e realistas. A construção da identidade nacional e os entraves à modernização. Da história ao romance: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco. As escritoras do século XIX. A estética de Eça de Queirós. Subjetividade e crítica da razão: Antero de Quental, Cesário Verde, Antonio Nobre, Camilo Pessanha. Projetos de extensão de Literatura Portuguesa. Temas contemporâneos e transversais: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.

ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA I
O labirinto da saudade – releituras da tradição lusitana. O romance contemporâneo: Saramago, Lídia Jorge, Valter Hugo mãe, Isabela Figueiredo. A poesia contemporânea: Herberto Helder, Jorge de Sena, Maria Teresa Horta, Sophia Andresen. O caso das Novas Cartas Portuguesas. Oprograma neorrealista. Metáforas da modernidade: vanguardas, modernismo. Fernando Pessoa e a geração de Orpheu. Subjetividade lírica em Florbela Espanca e Irene Lisboa. Presencismo eMiguel Torga. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003).

ESTUDOS DIACRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA
História da língua latina. Casos e declinações. Sintaxe dos casos: primeira e segunda declinações nominais, primeira e segunda conjugações verbais. Interação entre os estudos latinos e de aspectos relevantes para o ensino de língua portuguesa. Atividades práticas para o ensino de Língua Portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM
A Filosofia e compreensão do fenômeno educacional. Pensamento, linguagem e mundo. Interfaces da filosofia com estudos linguísticos e literários. Filosofia da Literatura. Questões entre linguagem e moral. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
Características do público-alvo da Educação especial e inclusiva. Pressupostos históricos, conceituais, sociais e educacionais da Educação Especial e Inclusiva. Políticas de Inclusão educacional. Atendimento Educacional Especializado, adaptações metodológicas e intervenção educacional em processos de inclusão. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados aos conteúdos relacionados à formação na área de políticas públicas e gestão da educação, diversidades de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA EDUCACIONAL
Conceitos matemáticos: conjuntos numéricos e operações; razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples, porcentagem coeficientes, taxas e índices. Conceito de probabilidade em situações-problema simples. Tópicos de estatística descritiva. Elaboração e

análise de diagnósticos estatísticos educacionais através de estudos de seus principais indicadores: coeficiente de escolarização, deficit educacional, coeficiente de produtividade curricular. Construção e interpretação de gráficos e tabelas.

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
Formação da língua portuguesa: história dos aspectos externos e internos. Formação do português brasileiro: a questão das origens e o papel do contato com as línguas indígenas e africanas. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA
Subsídios teórico-práticos para o ensino da Língua Portuguesa: prática de ensino voltada à leitura e produção de textos – verbais e multissemióticos. A BNCC e o eixo das práticas de linguagens: leitura, oralidade, produção de textos, análise linguística e multissemiótica: competências e habilidades. Observação do trabalho do professor em Ensino Fundamental e Médio – plano de trabalho docente e registros de classe. Acompanhamento do professor em aulas e horas- atividades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Construção e implementação de mini- propostas didáticas nos referidos eixos para o encaminhamento da extensão. Orientação e condução do estágio supervisionado enquanto processo de Iniciação à docência. Registro de atividades de estágio em portfólios. Projetos de extensão de iniciação à docência em Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO AO ENSINO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM
O ensino e os estudos da linguagem. Práticas de ensino dos conteúdos específicos dos estudos da linguagem. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Estudos pré-saussurianos. A invenção da Linguística Científica. Estruturalismo norte-americano (Mentalismo e Mecanicismo). Estudos pós-saussurianos: os Círculos de Praga, Copenhague e Moscou. Atividades de Prática como Componente Curricular.

LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
A pesquisa e extensão no curso de Letras: definição, pressupostos teóricos e práticos, perspectivas, desdobramentos e desafios. Diferenciação entre pesquisa e extensão. Elaboração de projeto de extensão. Atividades extensionistas na interface da língua e das literaturas de língua portuguesa. Realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

LABORATÓRIO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL
Práticas de leitura e escrita de textos acadêmicos em língua vernácula: normas da ABNT, fichamentos, resumos, resenhas. Reflexão sobre elementos de construção do sentido no texto: coerência, coesão, argumentação, modalização, paráfrase e efeitos de sentido. Projetos de extensão em Leitura e Produção Textual. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação em Direitos Humanos.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS. Lei nº 14.191 2021- sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida. Atividades de Prática como Componente Curricular.

LÍNGUA PORTUGUESA I: FONÉTICA E FONOLOGIA
Fonética e fonologia: produção e classificação dos sons da fala. O sistema sonoro do português brasileiro e a aquisição da escrita. Prática de oralidade. Ortografia. Acentuação gráfica, ortoépia e prosódia. Atividades de Prática como Componente Curricular.

LÍNGUA PORTUGUESA II: MORFOLOGIA
Morfologia - conceitos morfológicos básicos: morfema, morfe, palavra. Tipos e classificação de morfemas. Estrutura e formação das palavras. Classes de palavras. Os mecanismos flexionais e derivacionais. Metodologias, práticas de ensino/ didáticas aplicadas ao ensino da morfologia. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

LÍNGUA PORTUGUESA III – SINTAXE
Introdução à sintaxe: paradigma normativo. Estruturas da língua: frase, oração e período. Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Período Simples e Período Composto. Sintaxe de regência nominal e verbal. Prática de escrita e reescrita de textos. Atividades de Prática como Componente Curricular.

LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I
A Linguística Aplicada como área de conhecimento e pesquisa: da sua emergência a sua configuração na atualidade. Teorias sobre o processo de apropriação da linguagem. Práticas de Letramento e Alfabetização. Multiletramentos e Novos Letramentos. Os gêneros e o ensino de língua. Transposição Didática e material didático. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente. Compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade. Prática pedagógica para o ensino fundamental e médio. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Diversidade de gênero e Educação em Direitos Humanos.

LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II
Ensino de línguas e (re)construção de identidades. Fenômenos linguístico-culturais. Multiculturalismo. Bilinguismo, multilinguismo e translinguagem. A identidade étnico-linguística. Relações de poderes no espaço multicultural da escola. Políticas linguísticas. Educação Linguística. Sociolinguística Educacional. Prática pedagógica para o ensino fundamental e médio. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos. Outros campos de atuação da Linguística Aplicada. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Diversidade cultural.

LINGUÍSTICA I – FORMALISMO E FUNCIONALISMO NO ENSINO DE LÍNGUA
Teorias linguísticas formalistas. Teorias linguísticas funcionalistas. Sintaxe Formal. Sintaxe

Funcional. Sociolinguística: o que estuda; estudos variacionistas: mudanças e variação linguística; línguas de contato (pidgin e crioulo) e bilinguismo; geolinguística e dialetologia. Projetos de Extensão de Linguística. Temas contemporâneos relacionados à formação na área de ciência, Tecnologia, diversidade cultural, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

LINGUÍSTICA II - LINGUAGEM, SIGNIFICAÇÃO E DISCURSO
A fundação da Semântica. Percurso da Semântica Formal à Análise do Discurso. Construção de modos de abordagem da significação no ensino de língua portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área do Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

LITERATURA E ENSINO
Concepções de Literatura e suas implicações no processo de ensino. A formação do leitor literário. A seleção do texto: entre tradicionais, contemporâneos e representativos das perspectivas multiculturais. Ensino das literaturas de matrizes africanas e indígenas. Literatura, experiência estética e social. Metodologias do ensino de literatura: método recepcional e letramento literário. Proposições para elaboração de materiais e de projetos para o Ensino de Literatura na Educação Básica. Processos de avaliação do Ensino de Literatura. Projetos de Extensão em Literatura e Ensino.

LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA
O colonialismo português e a literatura colonial. As lutas de independência colonial. O nacional e o pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa. Autores e obras significativos dos países de língua portuguesa. Questões sobre negritude, nacionalismo e africanidade. Prática pedagógica para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Atividades de Prática como Componente Curricular. Temas contemporâneos e transversais: Educação das relações étnico-raciais. e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução).

METODOLOGIAS, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA
Fundamentos metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Objetivo e objeto do ensino de Língua Portuguesa na escola básica e no ensino superior. Organização e seleção dos conteúdos. Conceitos básicos do ensino de língua portuguesa. Processos didáticos e metodológicos com a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação presencial e a distância. Metodologias ativas para aprendizagem. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática: procedimentos e instrumentos. Elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes. Atividades de Prática como Componente Curricular.

POÉTICAS DA VOZ E LETRAMENTOS MULTISSEMIÓTICOS
Diferenças e relações entre meios de expressão escritos, visuais e orais. Teoria da poesia: imaginação, ritmo e versificação. Teoria do drama: relações entre a performance cênica e a escritura literária. Poesias orais enraizadas e de vanguarda. Práticas extensionistas: produção de materiais didáticos para letramento multissemiótico. Projetos de extensão em Poéticas da voz e letramentos multissemióticos.

PRÁTICA DE ENSINO E LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS INFANTO-JUVENIS
As origens da literatura infantil. A narrativa primordial: oralidade e escrita. Panorama da literatura infantil no Brasil. Monteiro Lobato e a criação da literatura infantil no Brasil. Lygia

Bojunga e as formas assumidas pela literatura infantil brasileira na atualidade. A escolarização da literatura infantil-juvenil. Sincretismo de linguagens na literatura infantil. Multiculturalidade nos livros dedicados ao público infanto-juvenil. Autores indígenas e afro-brasileiros. Visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida. Projetos de extensão e leitura de textos literários infanto-juvenis.

PRÁTICA DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA II
Produção de conhecimento em estudos linguísticos ou literários: elaboração e disseminação de artigo científico monográfico. Projeto de Pesquisa. Estruturação do trabalho de conclusão do curso (TCC). Normas da ABNT. Atividades de Prática como Componente Curricular.

PRÁTICA DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA I
Métodos e técnicas da pesquisa científica. Concepções e características da pesquisa em Letras. Curriculum Lattes. Métodos e técnicas da pesquisa em estudos linguísticos e literários. Redação do texto científico: projeto de pesquisa, resumo, resenha, monografia e artigo. Normas da ABNT. Atividades de Prática como Componente Curricular.

PRÁTICA DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA II
Orientação e condução do estágio supervisionado em escolas da rede pública do ensino médio. O processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa e das literaturas de língua portuguesa. Análise das políticas de ensino em uma perspectiva teórico-prática. Abordagens do ensino e suas implicações no processo educativo. Acompanhamento de aulas e hora-atividades no Ensino Médio. Regência no Ensino Médio. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.

PRÁTICA DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA I
Orientação e condução do estágio supervisionado em escolas da rede pública do ensino fundamental. O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e das literaturas de língua portuguesa. Análise das políticas de ensino em uma perspectiva teórico-prática. Abordagens do ensino e suas implicações no processo educativo. Acompanhamento de aulas e hora-atividades no Ensino Fundamental. Regência no Ensino Fundamental. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.

PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA
Compreensão da natureza do conhecimento da literatura e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. História e definições dos gêneros literários épico, lírico e dramático: da Poética de Aristóteles à modernidade. Métodos da crítica literária: modos de fruição e critérios para leitura e ajuizamento de obras literárias. Processos de canonização e de revisão do cânone ocidental. Práticas de leitura crítica de textos épicos, líricos e dramáticos da literatura universal para construir repertório literário de diferentes tempos e lugares. Realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa. Atividades de Prática como componente curricular.

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Os pressupostos teórico-metodológicos da Educação a distância no Brasil: perspectivas da EAD na conjuntura brasileira. A legislação da educação a distância, bem como sua legitimação nacional e articulações das políticas públicas frente aos desafios educacionais na contemporaneidade. Agentes envolvidos na dinâmica da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Moodle. Compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
Contribuição das teorias psicológicas, enfocando o processo ensino-aprendizagem, desenvolvimento e interação professor-aluno no processo educacional. Teorias psicológicas clássicas e educação: Psicanálise, Behaviorismo, Humanismo. Teorias cognitivas e interacionistas no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural

SEMIÓTICA, LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO
Pressupostos teóricos da semiótica. Teorias semióticas: semiologia linguística, semiótica greimasiana, semiótica peirciana e demais correntes semióticas contemporâneas. Elaboração e estudo de materiais didáticos voltados para o ensino de língua portuguesa. Métodos e técnicas para o ensino de Língua Portuguesa e subsídios para o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Atividades de Prática como Componente Curricular.

TEORIA DA NARRATIVA
Teoria dos gêneros narrativos: diferenças entre epopeia, romance, conto e novela. Operadores de leitura e análise estrutural de narrativas. Modos de representação e ficcionalização da realidade histórica e social nos textos literários narrativos. Atividades de Prática como componente curricular.

VIVÊNCIA ESCOLAR
História da Educação. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação para os Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), gestão e políticas públicas; Legislações e diretrizes para o ensino na Educação Básica; Sistemas Oficiais de Educação; Leis de Diretrizes (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular do Paraná. Funcionamento da escola e organização da Educação Básica: Projeto Político Pedagógico. Organização e utilização dos espaços escolares. Identidade do professor e sua rotina de trabalho. Orientação e condução do estágio supervisionado em língua portuguesa enquanto processo de vivência escolar. Registro de atividades de estágio em portfólios. Atividades de Prática como Componente Curricular.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUÍSTICA II - HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS
Estudo de processos e instrumentos de gramatização do português no Brasil. As políticas linguísticas nacionais, os instrumentos linguísticos (gramáticas, vocabulários, dicionários, livros/manuais didáticos etc.) e o papel dos colégios na construção da língua nacional. Atividades de Prática como Componente Curricular.

ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUÍSTICA I - ANÁLISE DE DISCURSO
Panorama geral sobre análise do discurso. Análise do discurso francesa; Análise do discurso crítica e análise do discurso dialógica. Análise discursiva de materiais de ensino, de textos da legislação educacional e de textos que circulam no ambiente escolar. Atividades de Prática comoComponente Curricular.

ESTUDOS AVANÇADOS EM LITERATURA I - RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO
Inclusão/exclusão: educação para todos e a questão etnicorracial. Relações etnicorraciais, identidade e gênero na educação brasileira. Escola, literatura e a questão etnicorracial na educação básica. Infância, literatura e relações etnicorraciais. A formação de profissionais das Letras para a diversidade etnicorracial. Discriminação, racismo e identidade negra no Brasil. Raízes históricas, literárias e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira. A Literatura afrodescendente como instrumento de discussão etnicorracial. Atividades de Prática como Componente Curricular.

ESTUDOS AVANÇADOS EM LITERATURA II - LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
Tradição e subversão: a construção do cânone e o apagamento das vozes femininas. Literatura e estereótipos. Leitura e análise crítica de obras de escritoras de língua portuguesa. Atividades de Prática como Componente Curricular.

5.5 EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS (entre o currículo a ser desativado e o novo)

Matriz curricular vigente			**Matriz curricular em implantação**		
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**Código**	**Disciplina**	**Carga horária**
D0308	Estudos Latinos I	68		Estudos diacrônicos da Língua Portuguesa	68
D0331	História da Língua Portuguesa	102		História da Língua Portuguesa	102
D0315	Noções de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68		Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68
D0325	Língua Portuguesa III	136		Língua Portuguesa III - Sintaxe	102
D0319	Linguística I	136		Linguística I - Formalismo e Funcionalismo no ensino de Língua	136
D0327	Linguística II	136		Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso	136
D0320	Literatura Brasileira I	136		Estudos de Literatura Brasileira III	102
D0329	Literatura Brasileira II	136		Estudos de Literatura Brasileira II	136
D0333	Literatura Brasileira III	136		Estudos de Literatura Brasileira I	102
D0321	Literatura Portuguesa I	136		Estudos de Literatura Portuguesa II	68
D0328	Literatura Portuguesa II	136		Estudos de Literatura Portuguesa I	68
D0324	Laboratório de Pesquisa em Letras I	68		Prática de Pesquisa em Língua e Literatura I	68

D0332	Laboratório de Pesquisa em Letras II	68		Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II	68
D0315	Princípios e Práticas da Educação a Distância	30		Princípios e Práticas da Educação a Distância	45

5.6 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

5.6.1 Atividades Acadêmicas Complementares – AAC

As atividades complementares possuem, em sua totalidade, uma carga horária mínima de 100 horas que são cumpridas pelos acadêmicos dos cursos de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, tanto na modalidade presencial como a distância, bem como para os Campi Avançados onde os cursos podem ser ofertados. Têm por objetivo:

- Favorecer o enriquecimento curricular por meio de participação em atividades diversificadas de estudo e de pesquisa;
- Contribuir com o aprimoramento da formação e atuação profissional;
- oportunizar a aquisição de habilidades e competências fora do ambiente de sala de aula;
- fortalecer a articulação entre teoria e prática por meio de atividade de caráter individual ou coletivo; e
- Incentivar a participação em projetos de extensão universitária.

Para fins de convalidação, são validadas apenas aquelas Atividades Complementares realizadas a partir do ingresso do acadêmico no curso. As normas e a tabela das atividades complementares estarão presentes em regulamento próprio.

5.6.2 Atividades de Extensão - Curricularização da Extensão

O Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da educação brasileira, contemplando todas os níveis, modalidades e etapas educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação e, também, diretrizes para a profissão docente, implantação da gestão democrática nas escolas e o financiamento do ensino.

Na Estratégia 7, da Meta 12 do PNE, são estabelecidos créditos curriculares para a extensão universitária, assegurando, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação,

prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Posteriormente ao estabelecido no PNE, foi aprovada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

Com a regulamentação aprovada, torna-se necessária a adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPC), respeitando as características locais e regionais, as diretrizes curriculares específicas de cada curso, as habilidades e competências para a formação dos acadêmicos, a matriz curricular e a extensão curricularizada.

5.6.2.1 Conceito de Extensão

As três dimensões da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, e suas relações com a sociedade são marcadas por debates, incompletudes e busca de definições e conceitos.

A partir de um debate amplo e aberto, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), realizados em 2009 e 2010, respectivamente, apresenta-se às universidades e à sociedade o conceito de Extensão Universitária, como:

> A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Para nortear a extensão, são estabelecidas diretrizes. Segundo Nogueira (2000) as Diretrizes para as ações de Extensão Universitária devem orientar a formulação e implementação das ações extensionistas universitárias, a saber:

- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação do estudante, e
- Impacto e transformação social.

Segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que

promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento produzido na universidade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, em consonância com a realidade social, num processo de retroalimentação universidade-comunidade e comunidade-universidade.

No artigo 5º consta a Estruturação, a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Em seu Art. 6º, o documento referido apresenta a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Atividades de extensão universitária são compreendidas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante conforme normas institucionais

Convém destacar que o aluno deve assumir uma postura ativa e protagonista da atividade extensionista, ou seja, atuar na concepção/planejamento, execução, avaliação da ação proposta bem como do impacto sobre a sua formação estudantil e na comunidade atendida.

Nos cursos superiores, na modalidade de educação a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas seguindo as regulamentações previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

5.6.2.2 Considerações sobre a Extensão no Ensino EaD

O tempo da Pandemia do Covid-19 desafiou as práticas regulares anteriormente realizadas presencialmente no contexto acadêmico, especialmente as de ação extensionista. Práticas de ensino, pesquisa e extensão foram efetivadas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), por meio de atividades on-line e, em modelos pedagógicos virtuais, atrelados ao conceito de Ensino Remoto Emergencial. As tecnologias digitais como forças ambientais modificam a forma como nos relacionamos com as novas tecnologias, mudam quem somos, mudam as formas de interação com as pessoas, mudam a nossa concepção de realidade e nossas interações com esta mesma realidade.

Neste sentido, elas caracterizam-se pela interface de comunicação dialógica, um requisito para atividades de extensão, assim como na modalidade de educação a distância (EaD). Logo, realizar um percentual das atividades de extensão mediadas pelas TDICs vem ao encontro da própria natureza do curso, somando-se às atividades de ensino e pesquisa já praticadas, sem desconsiderar atividades de extensão presenciais.

Há que se destacar também uma diferença fundamental entre o ensino presencial e a modalidade de educação a distância. No ensino presencial os acadêmicos estão juntos, reunidos em sala de aula. No ensino à distância, os alunos estão dispersos geograficamente e distantes da Universidade, ainda que ligados aos Polos, que também estão distantes dos discentes, mas estão presentes também nas atividades porque há a presencialidade na virtualidade.

Desta forma, acredita-se que a inserção da extensão nos cursos de graduação possa ocorrer em processos presenciais integrados com ações e práticas virtuais, com forte presença geográfica

física em ações nos polos de Educação a Distância e na presença geográfica virtual, realizada em ambientes virtuais de aprendizagem ou com o uso de diferentes mídias e tecnologias educacionais e que favoreçam o uso de diferentes metodologias.

Por outro lado, o ensino a distância se caracteriza por sua capilaridade, o que lhe permite alcançar diversas regiões do estado. Cada universidade estadual atende diversos Polos, que concentra em si acadêmicos de cidades próximas. Nesse sentido, o uso das TDICs permite a interação cultural e a socialização do conhecimento e da experiência entre os participantes, expandindo o campo da ação extensionista, ao contrário da ação presencial que é limitada localmente. Ao mesmo tempo, pode-se considerar que o uso da TDICs traz em si a economicidade da ação, visto que o financiamento para expansão da ação de extensão se configura um gargalo a ser superado.

Essa peculiaridade se torna um desafio em si para a operacionalização da extensão. As condições do ensino presencial e a distância são diferenciadas, logo requerem critérios diferenciados, considerando suas especificidades.

Todos estamos em um processo de aprendizado. Entretanto, já temos um indicativo de que as atividades de extensão realizadas por meio de TDICs durante o período pandêmico são factíveis e funcionais.

5.6.2.3 Comunidade Acadêmica

A comunidade acadêmica da universidade é composta pelos professores, discentes, agentes universitários e comunidade externa.

A comunidade externa é formada por representantes dos diversos segmentos da sociedade: o indivíduo, grupos sociais e organizações. Destaca-se que no curso licenciatura, torna-se fundamental estabelecer parcerias com instituições de ensino públicas e privadas, assim como bibliotecas, associações e demais organizações de interesse público.

O papel da comunidade externa configura-se como parceira na ação de identificação e solução de problemas, reconhecendo a importância da dialogicidade, do compartilhamento do conhecimento e do exercício da cidadania. A ação extensionista deve ser vista como um encontro de saberes a fim de melhorar as condições de determinada situação ou contexto.

5.6.2.4 Protagonismo do Aluno

O protagonismo pode ser definido como o indivíduo que ocupa um lugar central nos acontecimentos, que dá as diretrizes dos processos em que está envolvido, mas que não atua isoladamente, na medida em que necessita dos demais para concretizar ações.

O protagonismo do aluno se dá pela sua participação ativa nos contatos e diálogos relativos ao tema com a comunidade acadêmica de modo a enriquecer sua vivência e compreender sua

realidade social a fim de construir um processo emancipatório, formador de cidadania e da ética discente.

O exercício do protagonismo abre para os estudantes novas possibilidades de interação, fortalecendo sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua atuação na comunidade, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e de se colocar no mundo.

Os acadêmicos são os sujeitos protagonistas, promotores, organizadores, ministrantes e, não mero participantes ou ouvintes das ações realizadas.

O protagonismo, enquanto modelo político-pedagógico centralizado na construção da cidadania e da participação do jovem, favorece a formação de sujeitos ativos, autônomos e participantes, comprometidos com a transformação de cenários sociais em que são produzidas as injustas condições desiguais de vida. Para isso, é preciso oportunizar ao estudante a participação ativa em todo o processo de construção, planejamento e avaliação das intervenções desenvolvidas em diferentes espaços sociais nas comunidades. O protagonismo possibilita a socialização política do aluno universitário, entendida como o processo de formação de atitudes e orientações políticas, que ocorre de forma contínua e dinâmica durante toda vida.

Para integralização de horas como atividade extensionista os acadêmicos precisam participar do planejamento, organização, execução e avaliação da ação envolvendo a comunidade.

5.6.2.5 Integração da Extensão na Matriz Curricular

Para o Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, o PPC prevê a Curricularização da Extensão em algumas disciplinas conforme segue:

Disciplina: LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H AP CC	Extensão
68					**50**

Ementa: A pesquisa e extensão no curso de Letras: definição, pressupostos teóricos e práticos, perspectivas, desdobramentos e desafios. Diferenciação entre pesquisa e extensão. Elaboração de projeto de extensão. Atividades extensionistas na interface da língua e das literaturas de língua portuguesa. Realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa

geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

Disciplina: PRÁTICA DE ENSINO E LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS INFANTO-JUVENIS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
68					**36**

Ementa: As origens da literatura infantil. A narrativa primordial: oralidade e escrita. Panorama da literatura infantil no Brasil. Monteiro Lobato e a criação da literatura infantil no Brasil. Lygia Bojunga e as formas assumidas pela literatura infantil brasileira na atualidade. A escolarização da literatura infantil-juvenil. Sincretismo de linguagens na literatura infantil. Multiculturalidade nos livros dedicados ao público infanto-juvenil. Autores indígenas e afro-brasileiros. Visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida. Projetos de extensão e leitura de textos literários infanto-juvenis.

Disciplina: INICIAÇÃO A DOCÊNCIA (ESTÁGIO)

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
68					**60**

Ementa: Subsídios teórico-práticos para o ensino da Língua Portuguesa: prática de ensino voltada à leitura e produção de textos – verbais e multissemióticos. A BNCC e o eixos das práticas de linguagens: leitura, oralidade, produção de textos, análise linguística e multissemiótica: competências e habilidades. Observação do trabalho do professor em Ensino Fundamental e Médio – plano de trabalho docente e registros de classe. Acompanhamento do professor em aulas e horas-atividades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Construção e implementação de mini-propostas didáticas nos referidos eixos para o encaminhamento da extensão.Orientação e condução do estágio supervisionado enquanto processo de Iniciação à docência. Registro de atividades de estágio em portfólios. Projetos de extensão em Iniciação à docência.

Disciplina: POÉTICAS DA VOZ E LETRAMENTOS MULTISSEMIÓTICOS					
Carga-horária total	**C/H teórica**	**C/H prática**	**C/H APS**	**C/H APCC**	**Extensão**
68					**36**
Ementa: Diferenças e relações entre meios de expressão escritos, visuais e orais. Teoria da poesia: imaginação, ritmo e versificação. Teoria do drama: relações entre a performance cênica e a escritura literária. Poesias orais enraizadas e de vanguarda. Práticas extensionistas: produção de materiais didáticos para letramento multissemiótico.					

Disciplina: LINGUÍSTICA I - FORMALISMO E FUNCIONALISMO NO ENSINO DE LÍNGUA					
Carga-horária total	**C/H teórica**	**C/H prática**	**C/H APS**	**C/H APCC**	**Extensão**
136					**36**
Ementa: Teorias linguísticas formalistas. Teorias linguísticas funcionalistas. Sintaxe Formal. Sintaxe Funcional. Sociolinguística: o que estuda; estudos variacionistas: mudanças e variação linguística; línguas de contato (pidgin e crioulo) e bilinguismo; geolinguística e dialetologia. Projetos de Extensão em Linguística. Temas contemporâneos relacionados à formação na área de ciência, Tecnologia, diversidade cultural, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.					

Disciplina: ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA II					
Carga-horária total	**C/H teórica**	**C/H prática**	**C/H APS**	**C/H APCC**	**Extensão**
68					**34**
Ementa:A literatura e a construção da nacionalidade portuguesa; a lírica trovadoresca, cantigas de amor, de amigo, de escárnio e de maldizer; a ficção cavalheiresca; o teatro de Gil Vicente; tradição e renovação do escritor clássico: Camões. Barroco: norma e transgressão - as Cartas Portuguesas de Mariana Alcoforado e os sermões de Antonio Vieira. Neoclassicismo: releituras do lírico – a poesia de Bocage e Marquesa de Alorna. O oitocentos português. A querela dos românticos e realistas. A construção da identidade					

nacional e os entraves à modernização. Da história ao romance: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco. As escritoras do século XIX. A estética de Eça de Queirós. Subjetividade e crítica da razão: Antero de Quental, Cesário Verde, Antonio Nobre, Camilo Pessanha. Projetos de extensão em Literatura Portuguesa. Temas contemporâneos e transversais: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.

Disciplina: LITERATURA E ENSINO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
68					**36**

Ementa: Concepções de Literatura e suas implicações no processo de ensino. A formação do leitor literário. A seleção do texto: entre tradicionais, contemporâneos e representativos das perspectivas multiculturais. Ensino das literaturas de matrizes africanas e indígenas. Literatura, experiência estética e social. Metodologias do ensino de literatura: método recepcional e letramento literário. Proposições para elaboração de materiais e de projetos para o Ensino de Literatura na Educação Básica. Processos de avaliação do Ensino de Literatura. Projetos de extensão em Literatura e Ensino.

Disciplina: LABORATÓRIO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
102					**30**

Ementa: Práticas de leitura e escrita de textos acadêmicos em língua vernácula: normas da ABNT, fichamentos, resumos, resenhas. Reflexão sobre elementos de construção do sentido no texto: coerência, coesão, argumentação, modalização, paráfrase e efeitos de sentido. Projetos de extensão de Leitura e Produção Textual. Temas contemporâneos e transversais relacionados à formação na área de Educação em Direitos Humanos.

Disciplina: ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA III					
Carga-horária total	**C/H teórica**	**C/H prática**	**C/H APS**	**C/H APCC**	**Extensão**
102					**32**

Ementa: A literatura pré-colonial (mitologias indígenas). A literatura colonial: das manifestações literárias à configuração do sistema literário brasileiro. Os relatos de viagem e a literatura jesuítica. A lírica de Gregório de Matos e os sermões de Vieira. Lírica e sátira social no Brasil setecentista: Tomás Antonio Gonzaga, Basílio da Gama, Claudio Manuel da Costa e Bárbara Heliodora. O século XIX no Brasil. Literatura e construção da identidade nacional. A escravidão e o debate abolicionista. A poesia de Gonçalves Dias a Castro Alves. O projeto literário de José de Alencar. A dissonância nas vozes de Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta. Projetos de extensão em Literatura Brasileira. Temas contemporâneos e transversais: educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (BNCC, Introdução)

Para viabilizar tal proposta, será instituído um **Projeto Integrador (PI)** que se constitui como uma estratégia de Ensino, Pesquisa e Extensão para proporcionar ao longo do curso, a interdisciplinaridade e transversalidade dos temas abordados em todas as disciplinas do currículo. Trata-se de um instrumento que oportuniza a aproximação entre as teorias estudadas e as práticas realizadas no campo do trabalho, na medida em que viabiliza a integração da Universidade com a sociedade e suas demandas. É, portanto, um espaço para a realização de práticas inter/transdisciplinares que aliam a área de conhecimento de Letras com as diversas esferas em que o profissional de Letras pode atuar.

Objetivos

A Resolução Institucional no 7-CEPE/UNICENTRO, de 16 de abril de 2018, que trata da curricularização da extensão, tem como objetivo primeiro:

promover a formação extensionista do estudante, intensificando o seu contato com a sociedade em atividades concernentes ao campo profissional do seu curso de graduação, em consonância com as

práticas de Ensino e Pesquisa, visando a transformação social por meio da ação cidadã

Além desse objetivo geral, o Colegiado do Departamento de Letras propõe objetivos secundários, elencados a seguir:

Promover espaços para desenvolver a capacidade dos alunos de mediação das teorias estudadas no curso de forma integrada, proporcionando o diálogo entre o arsenal teórico e as práticas profissionais;

Contribuir para o aperfeiçoamento pessoal do aluno e de sua competência para a resolução de problemas sociais;

Promover a inter-relação entre os diversos temas e os conteúdos abordados durante o curso, contribuindo para a formação integral do aluno;

Estimular a construção do conhecimento coletivo, a interdisciplinaridade e a inovação;

Tornar os processos de ensino e de aprendizagem mais dinâmicos, significativos, práticos e atrativos para os acadêmicos de Letras, englobando conteúdos e conceitos essenciais para a compreensão da realidade local, regional e nacional.

A carga horária das disciplinas de extensão possibilita ao acadêmico o planejamento, execução e avaliação de forma prática das atividades de extensão subsidiadas nos conteúdos trabalhados nas demais disciplinas e temáticas com enfoque interdisciplinar e transdisciplinar, e que vão ao encontro das demandas da comunidade, configurando-se em uma prática de compartilhamento do conhecimento. Dessa forma, os acadêmicos contribuem efetivamente com a comunidade ao mesmo tempo em que aprimoram sua experiência profissional.

5.6.2.5.1 Organização e Estrutura do Projeto Integrador

A coordenação do projeto integrador ficará sob a responsabilidade de um membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE, para cada um dos anos em execução. A equipe executora é composta pelos professores ministrantes das disciplinas dos anos envolvidos no PI, ou seja, nos quatro anos do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância. Os relatórios produzidos pelos alunos de cada um dos anos ficarão a cargo dos professores participantes do projeto.

Compete ao professor ministrante da disciplina e ao coordenador do PI atuar como agentes responsáveis pela orientação, supervisão e acompanhamento dos trabalhos do PI; fazer levantamento das bibliografias existentes no acervo institucional que possam auxiliar no trabalho de pesquisa e/ou suporte no desenvolvimento das etapas do PI.

Compete ao coordenador do projeto convocar e dirigir reuniões com os docentes participantes

do PI; analisar e avaliar os planos de trabalho juntamente com os docentes que ministram aulas no período da etapa a ser desenvolvida.

Será de responsabilidade do NDE elencar de três (3) a cinco (5) temas a serem trabalhados pelas equipes do PI. Os temas estabelecidos pelo NDE deverão ser referendados pelo Colegiado de curso.

a) Metodologia e atividades

O projeto integrador consistirá na elaboração e execução de um projeto que compreende atividades de:

I. Elaborar um plano inicial de trabalho a partir do tema definido, em que conste: introdução com os objetivos e justificativa do trabalho, revisão bibliográfica, metodologia, cronograma de atividades, resultados e discussão, conclusão, bibliografia;
II. Elaborar um relatório parcial das atividades desenvolvidas. O conteúdo do relatório e a forma de apresentação serão definidos pela coordenação do PI e pelo professor responsável pela disciplina;
III. Realizar uma apresentação pública dos resultados parciais ou finais do PI em seminário de extensão, como a SIEPE, a Semana de Letras, o Colóquio de Letras em EaD ou Evento específico do curso a ser realizado no final do ano letivo.
IV. Quanto à metodologia, pode variar de acordo com as ações a serem pensadas para cada etapa do projeto, o qual será anual. Desta forma, pode compreender: análises diversas das situações de ensino, observações da realidade que pretendem se inserir, diagnósticos, resoluções de situações problema, reflexões sobre o contexto profissional de ação e suas atualidades, auto avaliação; avaliação do contexto em que o estudante realizou sua prática, dentre outras possibilidades.

5.6.2.6 Formas de Operacionalização da Extensão

Considerando o protagonismo do aluno quanto a participação efetiva no planejamento e operacionalização da extensão, há uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas, vinculadas à temática central, definida dentro do campo de ação do Professor de Língua e de Literatura, e, que podem ser aplicadas no formato presencial e/ou virtual, de forma síncrona, quando a ação requerer a participação do público.

As Atividades de Extensão podem ser agrupadas em 4 Dimensões: Ação Comunitária; Intervenção em instituições de ensino público e privado; Produção de Materiais Didáticos;

Compartilhamento do Conhecimento.

Na dimensão Ação Comunitária, propõe-se ações como eventos culturais e sociais, participação em projetos e campanhas sociais, exercício do voluntariado, ações que sejam desenvolvidas por instituições de ensino público e privado, ou seja, de atendimento a algum interesse coletivo/comunitário e que promovam o exercício da cidadania.

Na dimensão Intervenção em instituições de ensino público e privado, propõe-se o desenvolvimento de projetos que envolvam o ensino de língua e literatura, leitura, produção textual, oralidade e análise linguística e semiótica por meio de oficinas, minicursos, palestras, grupos de estudos, rodas de leitura, entre outras atividades.

Na dimensão Produção de Materiais Didáticos, propõe-se a elaboração de material instrucional, informativo e técnico conforme as competências e habilidades previstas na BNC Formação e na BNCC. Esse material pode ser considerado como recurso fundamental ou complementar das atividades planejadas. Pode ser impresso ou virtual, considerando a produção direcionada a diversas mídias. Pode tomar vários formatos, como cartilhas, apostilas, boletins, *podcasts*, vídeos, campanhas de interesse público, *websites*, entre outros formatos de interação digital.

Na dimensão Compartilhamento do Conhecimento, propõe-se atividades como cursos, palestras, encontros, rodas de conversa, oficinas/workshops, eventos profissionais e/ou científicos, e demais estratégias de compartilhamento do conhecimento.

Essas atividades podem ser consideradas como exemplos de possibilidades que não se encerram em si mesmas. A experiência extensionista trará novos *insights* sobre o que fazer e como fazer a ação extensionista.

O Plano de Ensino, no campo da Metodologia das Atividades de Extensão, deve balizar as ações extensionistas a serem desenvolvidas. Ressaltamos que, devido às características da modalidade do curso, as ações poderão ser realizadas de forma híbrida (presencial/virtual).

5.6.2.7 Formas de Acompanhamento e Avaliação das Ações de Extensão

As formas de acompanhamento podem ser as mais diversas como: relatórios, relatos de experiência, uso de sistemas, formulários e *google forms*, planilhas, e-mails, arquivos eletrônicos, entre outros.

As avaliações das ações podem alcançar os mais diversos representantes da comunidade acadêmica, principalmente (i) o discente e (ii) os participantes, no âmbito da avaliação das ações propriamente ditas e no aprendizado obtido em relação aos aspectos cognitivo, profissional, comportamental e cívico.

5.6.3 MOBILIDADE ACADÊMICA

A universidade é, sem dúvida, um importante agente no processo de desenvolvimento de sua área de abrangência. No entanto, tendo em vista a crescente circulação global de pessoas e conhecimento, as instituições de ensino superior não podem prescindir da integração aos contextos regionais, nacionais e internacionais. Assim sendo, a UNICENTRO tem buscado participar continuamente de ações de fomento à participação de seu corpo docente, discente e técnico-administração em ações para intercâmbio de conhecimento nas esferas de ensino, pesquisa e extensão, com instituições no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, o Departamento de Letras corrobora a visão institucional, tendo como objetivo otimizar sua inserção no contínuo processo de aproximação com instituições nacionais e internacionais, por meio de diversas ações, tais como, estímulo à participação de seu corpo discente em programas de mobilidade nacional e/ou internacional; incentivo à participação do corpo discente em cursos e eventos nacionais e internacionais; apoio a eventos, projetos e publicações conjuntas com instituições no Brasil e no exterior.

O Departamento incentiva, ainda, a participação de seu corpo docente e discente em programas e ações institucionais na área de línguas estrangeiras; recepção de professores/pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa ou extensão nacionais e internacionais; recepção de estudantes de instituições estrangeiras; discussão contínua sobre flexibilização curricular, objetivando refletir sobre a agilidade e melhoria dos processos de mobilidade acadêmica e reconhecimento da experiência discente em outras instituições de ensino; promoção do debate sobre políticas linguísticas institucionais.

Essas ações e seus desdobramentos almejam fortalecer a participação do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, no contexto cada vez mais crescente de educação que transcende as fronteiras locais e nacionais.

5.6.4 INSERÇÃO ACADÊMICA (PET, PIBID/RP, IC, MONITORIAS/TUTORIAS, ENTRE OUTROS PROGRAMAS)

O curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, se insere nos esforços de desenvolvimento da pesquisa na UNICENTRO, por meio de seus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e, também, pela participação na Iniciação Científica, com dezenas de ofertas anuais de bolsas de estudos de diferentes agências de fomento federais (CAPES e CNPq) e estadual (Fundação Araucária).

O curso oferece sistematicamente monitorias em diversas disciplinas, promovendo a

possibilidade de que acadêmicos desenvolvam a sua capacidade de aprender e ensinar, bem como a possibilidade de que desenvolvam, com isso, a pesquisa e auxiliando sua permanência no curso. Tivemos em funcionamento o Projeto Pibid Letras Português e Letras Inglês, no curso de Letras presencial, os quais procuraram incentivar a leitura, a produção de texto, a oralidade e a análise linguística.

O PET Letras foi instituído na Unicentro em novembro de 1991, por iniciativa da Professora Mail Marques de Azevedo, na época Coordenadora de Pesquisa. Desde então, já fizeram parte do grupo cerca de 60 bolsistas, muitos dos quais são, atualmente, especialistas, mestres e doutores, inclusive professores na nossa Instituição. Nesse período, o grupo PET desenvolveu, além de pesquisas individuais e em grupo, palestras, grupos de estudos e minicursos voltados para os acadêmicos da Instituição e, em outros momentos, para a comunidade.

O Programa de Educação Tutorial busca propiciar aos alunos condições para a realização de atividades extracurriculares que complementem sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente as necessidades do Curso de Letras bem como ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos que integram a estrutura curricular dessa graduação. Espera-se que o aluno vivencie novas experiências, visando sua formação acadêmica global e interdisciplinar, integrando ensino, pesquisa e extensão.

O projeto LITERA PARTILHA pretende levar a poesia, a arte e a prosa para o cotidiano das pessoas. O grupo PET- LETRAS lança a ideia e conta com a ajuda de todos que acreditam que a literatura nos liberta. A ideia é deixar poemas, dobraduras, xérox, livros e roupas a disposição de todos.

5.7. ENSINO A DISTÂNCIA

Não se aplica

5.8. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Descrição

Capacidade de transferir e explorar habilidades de expressão e compreensão para diferentes meios de comunicação – em particular, para as novas tecnologias da informação – e de fazer uso de diferentes “linguagens”, ou recursos de expressão – visuais, gestuais, etc. - para enriquecer o poder expressivo de seu discurso;

A RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui

a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), tem como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

As Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, aprovadas pela Resolução n.º 02/2019, do Conselho Nacional de Educação, abordam de modo transverso, a inserção no espaço escolar das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como essenciais no currículo dos cursos de licenciaturas.

Em termos de políticas e legislações educacionais, a CONAE (2010), referência para o Plano Nacional de Educação (2011-2020), destaca as tecnologias digitais. A BNCC também traz em suas metas de aprendizagem a dimensão da técnica e da tecnologia a ser aplicada em várias áreas do conhecimento e a Lei nº13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera o Ensino Médio brasileiro, prevê a oferta de cursos de educação presencial por meio de tecnologias.

Percebe-se, nos documentos citados, uma ênfase na relação tecnologia, informação e comunicação, mais relacionada aos aspectos técnicos e de necessidades sociais, sem evidenciar, claramente, processos de formação e de pesquisa para o desenvolvimento de projetos que se insiram como transformadores e democráticos.

As metodologias ativas se articulam em processos diferenciados de ensino para a construção de conhecimentos, mediados por tecnologias interativas e ferramentas colaborativas, visando uma aprendizagem aberta e compartilhada. Sendo assim, entende-se a vinculação na legislação citada, ao uso das TDIC, pois são interativas e abrem novas possibilidades para professores do ensino superior e docentes da educação básica por meio de comunidades de aprendizagem e de compartilhamento de conhecimentos, em um ecossistema de aprendizagem para a era digital (CLARK, 2015).

Há uma relação entre a formação de professores pelas universidades e a educação básica. A universidade, não apenas por meio dos cursos de licenciatura, mas também nos demais cursos de graduação, necessita oferecer alternativas metodológicas, para que os professores se aproximem da educação básica e, assim, processos de intercâmbio por meio da extensão e da pesquisa, retroalimentem o ensino nas licenciaturas.

Na relação pedagógica que se estabelece por meio das tecnologias digitais, o Curso de Letras tem ciência da importância do uso de tecnologias no ensino superior, para que os acadêmicos conheçam outros mecanismos para relacionar com elas, usem diferentes formas de comunicação e de escrita, criem laços sociais, para além dos que a Universidade lhes oferece e, assim, naveguem nas redes sociais e no ciberespaço. Há, ainda, a possibilidade de realizarem pesquisas antes da abordagem do professor, e recolocar de forma diferenciada e significativa o saber, em uma postura de “presunção de competência” (SERRES, 2013, p. 64).

Tem-se, por um lado, a Universidade e as escolas e, por outro, formas de ser na contemporaneidade, que envolvem outras dimensões do viver na sociedade, ou seja, a apresentação dos conteúdos e saberes escolares apresenta, hoje, um descompasso com os dispositivos de tecnologia, por exemplo, com *m-learning* e outras tecnologias recentes que atraem cada vez mais a população.

Embora o fenômeno do uso das TDICs se insira no ambiente universitário e nas escolas gradativamente, ainda está longe de seu uso mais constante, como o que ocorreu com o quadro de giz e de outros materiais didáticos impressos. E isso se deve, dentre outros fatores, à carência de projetos pedagógicos nos cursos de formação de professores que incorporem a tecnologia digital no âmbito acadêmico e que tenham como objetivo a formação dos professores que façam uso efetivo de conteúdos digitais em suas práticas pedagógicas nas escolas e na universidade. Isso configuraria um avanço na educação e o professor seria o articulador responsável por um processo que entrelace o presencial com o virtual, permitindo uma aprendizagem híbrida (GARRISON; VAUGHAN, 2008).

O ensino flexível que permite que o aprendiz acesse, em qualquer momento, ferramentas tecnológicas, para ler, ampliar e ressignificar conhecimentos. Para Graham (2004), a aprendizagem híbrida destaca o uso de múltiplas tecnologias digitais, com o objetivo de dinamizar o ensino, por meio de um processo de planejamento que facilita o aprendizado do aluno e no qual as tecnologias sejam meios auxiliares, para promover a aprendizagem. Esse conceito fundamenta-se na premissa de que a aprendizagem é um processo dinâmico e participativo.

Decorrente desse pensamento, percebe-se que, com a integração de novas oportunidades de aprendizagem que a tecnologia pode atingir, os alunos passariam a perceber outros sentidos no conteúdo que lhes é apresentado. O uso de ferramentas tecnológicas e das redes sociais em espaços informais, a participação mais acentuada em ambientes de aprendizagem colaborativos pode auxiliar os acadêmicos a consolidarem e ampliarem determinados projetos de aprendizagem, aproveitando o melhor dos modelos on-line e presencial.

Nos ambientes escolares, essas novas maneiras de relacionamento com as informações e com a tecnologia podem transformar a relação pedagógica, pois, por meio dessa formação digital, alunos conseguem interagir com muitas informações ao mesmo tempo, impingindo a necessidade de práticas pedagógicas que tragam uma maior relação com as TDICs, assim, consolidando formas diversas de aprendizagem, em modelos que combinem trabalhos on-line e práticas em sala de aula, sempre respeitando o ritmo e a trilha de aprendizagem percorrida pelos estudantes.

Sendo assim, consideramos que há uma forte indicação e apelo para o uso dessa forma de aprendizagem, sobressaindo as características positivas dessa tendência frente às necessidades sociais e educacionais da contemporaneidade. Contudo, o uso generalizado das TDIC em processos

indiscriminados, sem a reflexão necessária, pode levar a abordagens tecnicistas, além de conduzir à produção de materiais e conteúdos digitais visando à industrialização e à massificação, em uma lógica da racionalização e da estandardização, em processos que deveriam ser formativos e levar à autonomia dos sujeitos.

A concepção que norteia o presente projeto pedagógico considera o uso das TDICs pautado na aprendizagem profunda que leve o professor a planejar por meio de outras metodologias que envolvam a interação, o desenvolvimento do conhecimento, a definição dos papéis de alunos e professores como autores, a criação de ambientes de auto estudo e em grupos, considerando que a tecnologia pode unir os alunos em torno de projetos que integrem atividades on-line e presenciais, expandindo assim, formas de aprendizagem.

Sabemos da necessidade da formação de professores para o uso das TDICs e de uma nova postura frente ao ensino, bem como mudanças curriculares e metodológicas nos espaços universitários para atender a essa demanda em seu processo inicial de formação. Sendo assim, no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, os modelos pedagógicos serão discutidos, tanto nos processos iniciais de formação como nas ações de educação continuada.

Nessa dimensão, o projeto pedagógico do Curso de Letras posiciona-se em favor de uma aprendizagem colaborativa, para atender a diversos ritmos e estilos de aprendizagem, além de promover experiências exitosas nas salas de aula e nos campos virtuais, enquanto campos de prática pedagógica. Destacamos, nesse PPC, a preocupação com a formação de professores adaptados às novas tecnologias e ao novo perfil dos estudantes e às novas tecnologias.

Evidenciamos, então, a necessidade de modificações nas metodologias para atender às demandas tecnológicas, afastando-nos de processos tecnicistas. Nesse sentido, faz-se necessário destacar a importância de modificações no currículo escolar, para torná-lo mais flexível e adequado às realidades educacionais e sociais, tendo em vista a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, revogada pela Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. A portaria regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais, o que de alguma forma enseja às universidades a pensarem concepções e metodologias ativas, a partir de metodologias ativas, em um desenvolvimento curricular que tenha relação com a prática e com a vida cotidiana.

Referências

CLARK, A. Embodied Prediction. *In*: METZINGER, T.; WINDT, J. M. (eds.). **Open MIND**: 7(T). Frankfurt am Main: MIND Group, 2015.

GARRISON, D. R.; VAUGHAN, N. D. **Blended Learning no Ensino Superior**: Estrutura, Princípios e Diretrizes. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 2008.

GRAHAM, C.R. Blended Learning Systems: Definition, Current Trends, and Future Directions. Chapter

1.1. *In*: BONK, C. J.; GRAHAM, C. R. (eds.). (in press). **Handbook of blended learning**: Global Perspectives, Local Designs. San Francisco. CA: Pfeiffer Publishing, 2004.

SERRES, M. A polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia e pensar as instituições, de ser e de saber. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

5.9. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Disciplinas correspondentes: Correntes Críticas da Teoria Literária; Educação, sociedade e Políticas Públicas; Estudos de Literatura Brasileira I; Estudos de Literatura Brasileira II; Estudos de Literatura Portuguesa I; Estudos diacrônicos da Língua Portuguesa; Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva; História da Língua Portuguesa; Introdução ao ensino dos estudos da linguagem; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Língua Portuguesa I: Fonética e Fonologia; Língua Portuguesa II: Morfologia; Língua Portuguesa III – Sintaxe; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II; Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso; Literaturas Africanas em Língua Portuguesa; Método e Prática da Crítica Literária; Metodologias, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem no ensino de Língua e Literatura; Optativa; Prática de pesquisa em Língua e Literatura I; Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II; Prática Docente em Língua Portuguesa I (Estágio); Prática Docente em Língua Portuguesa II (Estágio); Semiótica, Língua Portuguesa e Ensino; Teoria da Narrativa e Vivência Escolar (Estágio).

O termo Prática como Componente Curricular (PCC) foi utilizado pela primeira vez na Parecer CNE/CP 28/2001 que deu origem à Resolução CNE/CP 2/2002, a qual define a carga horária para os cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura plena.

A respeito da Prática como Componente Curricular, Pereira e Mohrs (2014) elaboram um quadro que sintetiza as legislações acerca desta reproduzido abaixo:

Documento	Assunto	Data de Aprovação	Breve Descrição	Prática como Componente Curricular
Parecer CNE/CP nº 9, de 2001	Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	8 de maio de 2001	Relata brevemente como foram formuladas as Diretrizes. Analisa também o contexto educacional brasileiro dos últimos anos, os problemas da formação de professores e as propostas para melhorá-la. Ao final, encontra-se o projeto de resolução para instituir as DCNs para a formação de professores.	Explicita uma concepção ampliada de prática, a partir da PCC.
Parecer CNE/CP nº 28, de 2001	Dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21, de 2001, o qual propõe a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica.	2 de outubro de 2001	Apresenta breve histórico sobre os cursos de formação de professores da educação básica, suas cargas horárias e as leis que os regeram, e, ao final, propõe o estabelecimento da duração mínima da licenciatura e da distribuição de sua carga horária.	Propõe a carga horária da PCC dentro do curso e a diferencia do estágio supervisionado.
Resolução CNE/CP nº 1, de 2002	Institui as DCNs para a Formação de Professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	18 de fevereiro de 2002	Baseia-se nos Pareceres nº 9 e nº 27, de 2001, e instituiu as novas DCN para a Formação de Professores da educação básica.	Institui a concepção ampliada de prática, a partir da "prática mais como componente curricular."
Resolução CNE/CP nº 2, de 2002	Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior.	19 de fevereiro de 2002	Fundamenta-se no Parecer nº 28, de 2001, e na Resolução nº 1, de 2002, instituindo a duração dos cursos de formação de professores e sua carga horária.	Institui a carga horária da PCC.
Parecer CNE/CES nº 15, de 2005	Presta esclarecimentos sobre as Resoluções CNE/CP nº 1 e nº 2, de 2002.	2 de fevereiro de 2005	Esclarece pontos solicitados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sobre as Resoluções CNE/CP nº 1 e nº 2 de 2002.	Distingue PCC de prática de ensino e explicita novamente sobre a carga horária da PCC.

conclusão

Documento	Assunto	Data de Aprovação	Breve Descrição	Prática como Componente Curricular
Parecer CNE/CP nº 2, de 2015	Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica.	9 de junho de 2015	Relata brevemente como foram formuladas as Diretrizes. Analisa o contexto educacional brasileiro dos últimos anos, as políticas e os programas para valorizar os profissionais da educação e as perspectivas e desafios da atual formação de professores. Ao final, apresenta a proposição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica.	A partir de legislações anteriores, principalmente o Parecer CNE/CP nº 28, de 2001 e o Parecer CNE/CES nº 15, de 2005, explicita o papel da PCC, sua carga horária e a diferença entre PCC e estágio supervisionado.
Resolução CNE/CP nº 2, de 2015	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.	1º de julho de 2015	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições que as ofertam.	Institui a carga horária da PCC para os cursos de formação de professores.

Fonte: PEREIRA; MOHR (2017, p. 25-26)

Segundo Terrazzan et al (2008)

> as atividades relativas à PCC deverão se constituir em momentos de formação privilegiados para articular o conhecimento conceitual da "matéria de ensino" com os conteúdos a serem ensinados na Educação Básica, considerando condicionantes, particularidades e objetivos de cada unidade escolar. (TERRAZZAN; DUTRA; WINCH; SILVA, 2008, p.75)

A PCC ocorre com a diluição da carga horária ao longo do curso entre as disciplinas de caráter propositivo, estabelecendo relação dialética entre teoria e prática. É o conhecimento e análise de situações pedagógicas e não depende da observação direta nas escolas. Pode-se citar como exemplos de atividades realizadas como Prática como Componente Cultural: o uso de tecnologias da informação; narrativas orais e escritos de professores; produções dos alunos;

situações simuladas; estudos de caso, produção de material didático dentre outros.

A ideia a ser superada é a de que "o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria" (Parecer CNECP nº 9/2001, p. 23)

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado.

> A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (…) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. (BRASIL, 2001, p. 09)

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A Resolução CNE/CP 2/2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), define em seus artigos 10 e 11 a carga horária destinada à Prática como Componente Curricular (doravante PCC), conforme se vê abaixo:

> Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.
> Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:
> I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
> II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
> III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
> a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e
> **b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora**. (BRASIL, 2019, grifo nosso)

Dessa forma, as quatrocentas (400) horas/relógio de Prática como Componente Curricular está diluída nas seguintes disciplinas: Correntes Críticas da Teoria Literária (10h/a); Educação, sociedade e Políticas Públicas (07h); Estudos de Literatura Brasileira I (10h/a); Estudos de Literatura Brasileira II (16h/a); Estudos de Literatura Portuguesa I (10h); Estudos diacrônicos da Língua Portuguesa (10h/a); Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva (10h/a); História da Língua Portuguesa (12h/a); Introdução ao ensino dos estudos da linguagem (16h/a); Língua Brasileira de Sinais –

LIBRAS (10h/a); Língua Portuguesa I: Fonética e Fonologia (28h/a); Língua Portuguesa II: Morfologia (12h/a); Língua Portuguesa III – Sintaxe (17h/a); Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I (18h/a); Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II (18h/a); Linguística II - Linguagem, Significação e Discurso (16h/a); Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (10h/a); Método e Prática da Crítica Literária (32h/a); Metodologias, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem no ensino de Língua e Literatura (34h/a); Optativa (10h/a); Prática de pesquisa em Língua e Literatura I (18h/a); Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II (20h/a); Prática Docente em Língua Portuguesa I (Estágio) (40h/a); Prática Docente em Língua Portuguesa II (Estágio) (40h/a); Semiótica, Língua Portuguesa e Ensino (18h/a); Teoria da Narrativa (10h/a) e Vivência Escolar (Estágio)(28h/a).

5.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC		
CH: 100	**Atribuição de nota para TCC:**	**(X) Sim ( ) Não**

Disciplinas correspondentes: Prática de Pesquisa em Língua e Literatura I, Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II.

Descrição

O Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, é um trabalho elaborado individualmente pelo acadêmico, ao final da graduação, a partir de projeto a ser desenvolvido nas disciplinas de Prática de Pesquisa em Língua e Literatura I, Prática de Pesquisa em Língua e Literatura II.

O TCC tem caráter obrigatório e deve contemplar um tema pertinente à área de formação do acadêmico, além de estar alinhado à linha de pesquisa do professor orientador que, por sua, vez deverá estar cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e certificados pela UNICENTRO.

O Núcleo Docente Estruturante definiu algumas linhas de pesquisa próprias do Curso, quais sejam: Literatura e Ensino; Texto e Discurso; Língua Portuguesa e Ensino; Literatura, História e Memória; Descrição e Análise Linguística.

O trabalho é elaborado individualmente, em forma de artigo monográfico, conforme critérios estabelecidos em regulamento específico e será acompanhado pelo professor das disciplinas já mencionadas, além de um professor orientador, que poderá estipular cronograma e prazos para o

acompanhmento da pesquisa em desenvolvimento e, solicitar ao acadêmico que compareça a orientações previamente marcadas e, eventualmente, fora do horário do seu curso.

Em prazo determinado pela Coordenação de Curso, o artigo deverá ser submetido à aferição e aprovação por uma banca avaliadora, composta pelo professor orientador e mais dois professores pertencentes ao Corpo Docente do Curso de Letras da Unicentro ou por docente convidado, de outro departamento da mesma instituição.

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente que integra a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e se justifica pelo princípio de indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, previsto tanto no Estatuto, quanto no Regimento da UNICENTRO.

5.11. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

NATUREZA DO ESTÁGIO:	**( ) Supervisão Direta** **(X) Supervisão Semidireta** **( ) Supervisão Indireta**	**C/H: 400**
Atribuição de nota para o estágio (caso este não se inclua no rol de disciplinas da matriz curricular):	**( ) Sim**	**(X) Não**

Descrição

Considera-se estágio curricular supervisionado obrigatório as atividades desenvolvidas em sala de aula na Universidade, bem como atividades em campo de estágio em escolas de Educação Básica, e têm por princípio oferecer ao estagiário situações de ensino-aprendizagem que possibilitem a sua formação profissional em situações de vivência prática e teórico-metodológica, por meio de atividades de planejamento, execução e avaliação com vistas ao exercício do magistério em nível da Educação Básica.

Conforme RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019, correrão 400 (quatrocentas) horas relógio para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, em ambiente de ensino e aprendizagem a partir do primeiro ano do curso. A prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa , modalidade de educação a distância, UNICENTRO, possui caráter obrigatório e é compreendido como um momento privilegiado de compreensão do processo de trabalho na escola, e de todo o dinamismo próprio daquela instituição.

A relação com a escola não deverá ser uma relação de uso, mas sim de troca, necessária para que se possa avançar na busca de soluções para a prática, desenvolvendo no estagiário a capacidade de compreender a escola, o professor, a aula e o conteúdo selecionado numa perspectiva histórica.

O estágio, portanto, deverá apreender a dinâmica do processo de trabalho na escola, do qual a aula de Português e suas literaturas é parte constitutiva. O estágio, então, coloca-se como espaço privilegiado para a compreensão das possibilidades e limites colocados pela realidade escolar brasileira, confrontadas com a formação técnico-científica e cultural recebida ao longo do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância.

O aluno será orientado para assumir a postura de parceiro e membro do grupo observado evitando atitudes preconceituosas que impossibilitem uma maior compreensão da dinâmica do cotidiano institucional. O estágio deverá contemplar momentos de retroalimentação dos conhecimentos nas disciplinas específicas de sala de aula, onde o professor supervisor do estágio mediará o debate com relação ao que foi vivenciado no campo de estágio.

O estágio supervisionado que comporá o currículo do Curso de Letras Português e Literaturas em Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, é entendido como um espaço interdisciplinar com clara definição da responsabilidade para o exercício profissional do educador. Tem como finalidade proporcionar o conhecimento da realidade educativa através de estudo, análise e reflexão, com proposição de ações para o processo ensino-aprendizagem, bem como, elaboração, execução e avaliação de projetos e programas educativos, não apenas nas salas de aula, mas também na escola e demais ambientes sociais voltados à educação e ao ensino.

O estágio assegurará aos graduandos, experiência do exercício profissional que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos, competências, predominantemente em contato direto com os educandos da Educação Básica, das Séries Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Para tanto, é importante desenvolver nos futuros professores saberes que possibilitem a análise das escolas e demais espaços institucionais onde ocorre o ensino e a aprendizagem e, da mesma forma, a utilização e a avaliação de metodologias e estratégias de ensinar e o reconhecimento das teorias presentes nas práticas escolares são conhecimentos a serem desenvolvidos no estágio.

5.11.1 Operacionalização

É o momento no qual o aluno entra em contato com a profissão docente de forma mais direta. As atividades de campo de estágio serão ofertadas e desenvolvidas, uma pequena parte nas cidades em que os acadêmicos residem e o restante da carga horária nas cidades em que estão os polos da UAB que abarcam a oferta do Curso de Letras Português e Literaturas em Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância.

A supervisão se dará de forma semidireta, seja por meio de acompanhamento de planos,

relatórios, observações e a supervisão em campo pelo professor da disciplina de estágio e/ou tutores orientadores de estágio em parceria com o profissional responsável pela instituição conveniada. Consideram-se atividades próprias de estágio curricular supervisionado obrigatório: a observação de escola, de aulas, dos projetos realizados na escola, do Projeto Político Pedagógico, participação em aula, elaboração de sequências didática,regência, atividades extra classe, relatórios e participação em projetos, além da elaboração de portfólios a fim de registrar a evolução da prática pedagógica.

De acordo com a Resolução CNE/CP 2/2019,

> Art. 15. No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.
> § 1º O processo instaurador da prática pedagógica deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre a instituição formadora e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas.
> § 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.
> § 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.
> § 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.
> § 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.
> § 6º Para a oferta na modalidade EaD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.

Para dinamizar as atividades de estágio, optou-se por também inserir 04 (quatro) disciplinas na matriz curricular no decorrer dos 04 (quatro) anos do curso, nas quais o acadêmico terá a parte teórica, a fim de estabelecer a relação teoria-prática no momento da prática em situação real de aprendizagem. São estas as disciplinas: Vivência Escolar (Estágio) (1 ano – 68h/a); Iniciação a Docência II (Estágio) (2 ano – 68h/a); Prática Docente em Língua Portuguesa I (Estágio) (3 ano – 102h/a) e Prática Docente em Língua Portuguesa II (Estágio) (4 ano – 102h/a).

5.12. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Descrição

O estágio não-obrigatório é desenvolvido de acordo com os objetivos de formação profissional que se almeja, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Corresponde ao estágio não curricular, que poderá ocorrer conforme o interesse e a necessidade do acadêmico, por meio das seguintes atividades:

Docência no Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada; nos cursos profissionalizantes; na educação de jovens e adultos; aulas particulares e de reforço;

Revisão de textos na língua materna para órgãos públicos ou privados;

Atividades administrativas em empresas e escolas da rede pública ou privada que requeiram redação e/ou revisão de correspondência oficial.

Estágio em Departamento de Ensino dos cursos de graduação, como auxiliar administrativo (arquivar, redigir, receber e elaborar correspondências, encaminhar documentos, atender o público).

5.12.1 Operacionalização

Atividades:

I - Docência no Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada; nos cursos profissionalizantes; na educação de jovens e adultos; aulas particulares e de reforço;

Pré-requisito: Estar regularmente matriculado no curso de Letras e tenha cursado os dois primeiros anos do curso

II - Revisão de textos na língua materna para órgãos públicos ou privados;

Pré-requisito: Estar regularmente matriculado no curso de Letras

III - Atividades administrativas em empresas e escolas da rede pública ou privada que requeiram redação e/ou revisão de correspondência oficial.

Pré-requisito: Estar regularmente matriculado no curso de Letras, a partir do 1 ano.

IV - Estágio em Departamento de Ensino dos cursos de graduação, como auxiliar administrativo (arquivar, redigir, receber e elaborar correspondências, encaminhar documentos, atender o público).

Pré-requisito: Estar regularmente matriculado no curso de Letras, a partir do 1 ano.

5.13. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO

A **Portaria MEC n° 147/2007,** regulamenta os NDE (Núcleo Docente Estruturante) ou equivalente, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento.

Os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da UNICENTRO, foi aprovado pela Resolução 032 - CEPE/UNICENTRO, de 30 de setembro de 2014. O NDE é um órgão consultivo e propositivo do Departamento Pedagógico, com atribuições acadêmicas de acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso, PPC, propondo reformulações e atualizações. O objetivo é contribuir para a melhoria do processo de concepção, implementação e consolidação do PPC e para o seu desenvolvimento permanente. O NDE do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, é composto por docentes em sua maioria provindos do Departamento de Letras DELET/UNICENTRO/Campus de Guarapuava e está em vigor desde 2019.

Além da definição e acompanhamento das atividades do curso, tais como: cursos de extensão, instituição de linhas de pesquisa, o NDE atuou de forma significativa no processo de reconhecimento do Curso em 2019, e atua com dedicação máxima à reestruturação do presente Projeto Pedagógico do Curso, articulando teoria e práticas já exitosas a fim de construir um curso que não só atenda as demandas sociais contemporâneas, mas também esteja de acordo com os dispositivos legais vigentes pensando na formação do licenciando em Letras de forma integral e interdisciplinar.

Desde 2020, todos os sujeitos atuantes na EaD passam por processo seletivo, conforme determinação da CAPES. Assim, o NDE conta com os seguintes membros

Composição	Titulação	Portaria
Claúdia Maris Tullio	Doutora	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021
Dejair Dionísio	Doutor	PORTARIA Nº 018/2022-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 22 DE JUNHO DE 2022
Gabriel Victor Rocha Pinezi	Doutor	PORTARIA Nº 018/2022-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 22 DE JUNHO DE 2022
Maria Cláudia Teixeira	Doutora	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021
Priscila Finger do Prado	Doutora	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021
Roziane Keila Grando	Doutora	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021
Sandra Mara da Silva Marques Mendes	Mestra	PORTARIA Nº 004/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE MARÇO DE 2021

5.13.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no contexto dos estudos culturais, amparada pelo respeito a alteridade. Tal legislação traz subjacente a ideia de que os cursos de formação inicial devem depreender em sua organização curricular, de modo transversal, flexível e integrado os conteúdos dessa área. No seu Art. 3º, a Resolução reza que:

> A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Em sentido correlato e ampliando a abordagem para além do ensino, o § 4° do Art. 3º evidencia a necessidade de conhecimento articulado ao ensino, em inter-relação com a pesquisa:

> Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Em seu Art. 4º, a legislação a complementa a forma de articulação para o desenvolvimento de processos educativos:

> [...] estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Os estudos culturais e as concepções da área da Sociologia do Currículo salientam a importância da análise da complexidade das relações de poder entre as diferentes nações e culturas que compõem a herança econômica, social, política e cultural na formação da sociedade brasileira, tal como se configura no presente momento.

Sendo assim, compreende-se essa abordagem em relação ao Projeto Pedagógico do Curso de Letras, alicerçada na concepção de currículo como artefato cultural constituído como processo de construção social e, neste sentido, a valorização de conteúdos relativos à realidade que fortaleçam

os costumes, tradições, língua das diversas etnias.

As pesquisas e os estudos relativos à negritude e à africanidade vêm ensejando forte debate em relação às Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, fazendo com que a área se estabeleça e fortaleça. Assim, estudos e pesquisas que demonstrem o diálogo entre a educação e as relações étnico-raciais devem ser delineados em diversas disciplinas do currículo do Curso de Letras, valorizando a identidade não só dos sujeitos negros, mas também dos índios, a fim de valorizar a presença e a não presença dessas raças na construção da sociedade brasileira. Isso deve ser feito no interior de estudos dos cânones da literatura, da abordagem historiográfica, principalmente aquela relativa às teorias raciais, da literatura contemporânea, entre outras.

Destarte, disciplinas como Correntes Críticas da Teoria Literária; Estudos de Literatura Brasileira I; Estudos de Literatura Brasileira II; Estudos de Literatura Brasileira III destacam os conteúdos étnico- raciais bem como o processo de ensino aprendizagem dessas temáticas a partir de debates e reflexões críticas, pesquisas e práticas pedagógicas. De igual, forma outras disciplinas delineiam seus estudos ao ensejar a problematização de cenários, personagens e sujeitos de extração negra e indígenas nas diversas abordagens educacionais, como a disciplina Literaturas Africanas em Língua Portuguesa que, alicerçada em uma reflexão histórico, sociológica e cultural em relação à integração literatura, educação e sociedade, evidencia a questão da alteridade e da diversidade. Destaca-se ainda, as disciplinas de História de Língua Portuguesa e Língua Portuguesa II - Morfologia, que em seus estudos, dão destaque a questões relacionadas à língua, à diversidade e à identidade linguística dos falantes do português do Brasil.

É um grande desafio para o ensino superior brasileiro, em especial, nas licenciaturas, investir na educação multicultural – já manifesta no curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância – que possibilite aos discentes tornarem-se mais reflexivos quanto aos seus direitos e deveres no mundo educacional e social, (re)conhecendo os aspectos positivos dos novos saberes proporcionados pelo conhecimento gerado a partir dos valores étnico-raciais que compõem o cenário multicultural no país.

5.13.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é entendida como uma forma de relacionamento entre o homem e o meio ambiente em busca de comportamentos, percepções e atitudes responsáveis para com a natureza e o desenvolvimento social e vem ganhando destaque na medida em que o homem começa

a perceber que seus recursos são finitos. Sendo assim, faz-se necessário o reconhecimento formal da educação ambiental, fruto de intensas lutas que se alinham e buscam avanços em diferentes países, esferas, instituições políticas, sociais e que desencadearam proposições, princípios e políticas educacionais e discussão curricular.

Destarte, a educação ambiental é uma ação educativa que deve permear as ações didáticas, em processos de formação inicial, como os que ocorrem nas licenciaturas, por exemplo.

Nesse sentido, destacamos a importância da formação e da prática do professor em Educação Ambiental e salientamos que a discussão dessa temática ainda é recente no currículo de formação inicial e continuada de professores, em especial, nas licenciaturas e nos currículos e projetos pedagógicos das escolas e se reflete nas práticas consubstanciadas no cotidiano das instituições educativas.

A Política Nacional de Educação Ambiental e a própria Educação Ambiental estão expressas na Lei n. 9.795/99 e entendidas, nos Art. 9º e 10 da mesma lei, como pertinentes aos currículos das instituições de ensino públicas e privadas em todos os níveis e modalidades, devendo ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente e não como uma disciplina específica no currículo de ensino (BRASIL, 1999).

Cabe ressaltar que a Política Nacional de Meio Ambiente, já em 1981, definiu a necessidade de inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, o que foi corroborado pela Constituição Federal (1988), que incluiu a Educação Ambiental também como direito de todos e dever do Estado. Tal política, ao referendar essa área na educação básica, aponta o "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade" e, em seus Artigos 8 e 11, dispõe que todos os cursos de licenciatura, Pós-graduação e atualização, devem incorporar a dimensão ambiental em seus currículos e programas.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000) abre para a perspectiva de a Educação Ambiental ser desenvolvida como uma prática educativa interdisciplinar integrada, contínua e permanente. Um importante documento, a Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Artigo 11, afirma que a "dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação" (BRASIL, 2012). Ou seja, há um destaque para as práticas curriculares como forma de legitimação da área. Sabe-se que o currículo forja relações de poder, o que não é diferente em relação às questões ambientais. Assim, no contexto da educação brasileira, a Educação oferece um horizonte de investigação interessante para os estudos de currículo.

O documento destaca ainda, que a educação ambiental deve figurar como um "componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional". Desta forma, impinge a articulação no

currículo da Educação Básica e da Educação Superior, de forma interacional. Sendo assim, os princípios destacados neste documento exigem mudanças no espaço curricular das licenciaturas, bem como avanços nas práticas didático-pedagógicas nas escolas, visando a uma formação ambientalmente engajada socialmente e desenvolvida como uma ação educativa integrada e interdisciplinar, ou seja, não necessariamente como disciplina ou componente curricular específico.

De forma análoga, o Artigo 16, reza os desafios sociais e ambientais que devem ser abordados por meio de diferentes estratégias:

> Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos. (BRASIL, 2012).

Percebe-se que, paulatinamente, a Educação Ambiental vem buscando formas de inserção em espaços institucionais, da mesma forma que vem propondo diferenciados princípios curriculares, na medida em que emergem abordagens, pesquisas e necessidades sociais relacionadas aos problemas ambientais e, sem dúvida, um grande debate na esfera educacional frente à crise socioambiental planetária.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, destaca especial atenção a esse componente curricular que será desenvolvido nos projetos extensionistas e nas pesquisas que envolvem docentes e discentes e também se articula na Disciplina Educação, políticas públicas, linguagem e sociedade que aborda a temática por meio de programas, projetos educacionais e estudos pertinentes às relações entre sociedade, cultura, meio ambiente e educação inclusiva, assim, como nas disciplinas de Correntes Críticas da Teoria Literária e Laboratório de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão que abordam a Prática de Ensino na imbricação de sua transversalidade.

Referências

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **LEI N. 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (2000). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

5.13.2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é definida pelos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2003 e 2006, que se fundamentam nos documentos internacionais, em particular, nas recomendações formuladas no Congresso de Viena (1993) e nas propostas do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), que destaca: "educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas".

Como referência geral para a Educação em Direitos Humanos, adota-se a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH) e determina que tal educação deve se pautar pelos seguintes princípios

> I - dignidade humana;
> II - igualdade de direitos;
> III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
> V - laicidade do Estado;
> V - democracia na educação;
> VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
> VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012)

A construção dos princípios educacionais dos Direitos Humanos ocorre pelo fortalecimento dos canais de participação popular, pelo combate ao trabalho escravo, pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, homossexuais e afrodescendentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como pelo aperfeiçoamento/fortalecimento dos meios para a apresentação das denúncias de violação aos direitos humanos.

Os conceitos centrais para a prática de Direitos Humanos estão centrados na dignidade humana, nos direitos humanos, nos direitos das crianças e adolescentes, na sociedade e cultura, na identidade cultural, na igualdade e não discriminação e na democracia e convivência democráticas. Desse modo, destaca-se que, nos cursos de licenciatura "a Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais" (BRASIL, 2012,

Art. 8º).

No que tange ao Estado do Paraná, a publicação do I Plano de Educação em Direitos Humanos (PEEDH) ocorreu por deliberação do Conselho Estadual de Educação, em abril de 2015, que destacou a necessidade de planejamentos coletivos, que fortaleçam o diálogo entre sujeitos de diferentes contextos sociais em favor e garantia aos seus direitos. A recomendação do documento é de que as instituições de Ensino Superior observem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, na elaboração dos Programas de Cursos.

Esse desdobramento do documento potencializa as ações nas disciplinas que compõem os ementários para a formação dos profissionais em Letras. Concernente ao exposto, o currículo do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, busca estratégias pedagógicas para a articulação dos conteúdos curriculares à transversalidade dos Direitos Humanos. No Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, o conteúdo de Educação em Direitos Humanos é abordado de forma transversal nas disciplinas de Correntes Críticas da Teoria Literária; Estudos de Literatura Brasileira I; Estudos de Literatura Brasileira II; Vivência Escolar (Estágio); Laboratório de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão; Laboratório de Leitura e Produção textual; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I, sendo elas articuladoras de ações e de projetos que focalizam os direitos humanos nas seguintes perspectivas:

- Princípios éticos necessários à construção da cidadania e promoção e valorização dos Direitos;
- Objetivos éticos, críticos e políticos na aprendizagem em e para os Direitos Humanos;
- Temas e contextos geradores no currículo de uma educação em e para os Direitos Humanos;
- Saberes necessários para a prática pedagógica em Direitos Humanos;
- Democracia, Direitos Humanos, Cidadania e comunidade escolar;
- Convivência democrática e respeitosa entre os sujeitos e prevenção às violações dos Direitos Humanos;
- Dinâmica escolar: respeito e valorização das diferenças e combate ao preconceito e à discriminação com base na raça/etnia, relações de gênero, linguagem, religião, política ou opinião, origem nacional, geracionais, condições físicas ou mentais, entre outras;
- A escola como lócus de realização de Direitos Humanos e de promoção e valorização da diversidade.

Referências

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **LEI N. 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (2000). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

5.13.3. ESTATUTO DO IDOSO

O estudo das temáticas que envolvem o Estatuto do Idoso é essencial nos cursos de formação inicial para proporcionar ao profissional da educação, subsídios teóricos e metodológicos para atuar significativamente nessa área, tendo em vista que essa escolarização é indiscutivelmente fator de desenvolvimento humano, social e econômico.

As pesquisas e estudos nessa área auxiliam a compreender a educação como estratégia de empoderamento do idoso, bem como o entendimento das repercussões do envelhecimento ativo para um novo paradigma sobre a velhice e o envelhecimento. Sabe-se que discussões em termos geracionais e, em específico, sobre o envelhecimento e a velhice apontam para uma conjuntura ampla, tendo em vista as questões pelas quais passam os idosos, em suas famílias e na sociedade, por serem considerados sujeitos improdutivos e um peso para a sociedade, o que por si só, pode desencadear atitudes discriminatórias e de opressão para a população dessa faixa etária.

Além disso, são desconsideradas as experiências das pessoas com mais idade, acentuando, cada vez, mais, a falta de qualidade de vida para essa parcela da população. Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação é uma oportunidade de ação, tanto para que a sociedade conheça e aprenda a respeitar o idoso, como para que ele tenha novas oportunidades e perspectivas de modo a conhecer seus direitos e ter suas experiências de vida valorizadas.

Nesse sentido, a educação constitui um importante meio de transformação e de valorização dessas pessoas, ao se voltar para a educação na terceira idade em um âmbito diferenciado e que não corresponde a uma perspectiva assistencialista. Por esse viés, torna-se imprescindível a conscientização da sociedade da importância das possibilidades de ensino e aprendizagem para os

idosos, como também o atual cenário.

Cabe ressaltar que os direitos da terceira idade, no que se refere à educação, estão previstos em legislações específicas: na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), bem como na Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94), que propõe a melhoria das condições de estudo para que essa parcela da sociedade possa aprender com mais facilidade, por meio da criação de programas específicos, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento. O Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), em seu Capítulo 5, artigos 20 a 25, estabelece que o idoso tem direito à educação e deve ter respeitada a peculiar condição de sua idade.

Nas deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa foram assegurados os seguintes pontos: a) a promoção e garantia de acesso à educação em todos os níveis de ensino, em que pesem metodologias e currículos específicos, além de profissionais capacitados para o trabalho com o idoso; b) inserção do envelhecimento e velhice como tema transversal em todos os níveis de ensino; c) adequação da metodologia da EJA para a realidade e necessidades da pessoa idosa; d) promoção da inclusão tecnológica e digital.

Na 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, essas ações foram evidenciadas em uma "categoria associada à capacidade de oportunizar desenvolvimento pessoal, transformação e mudança social, além de qualificação para o trabalho e para vida coletiva" (SAFONS; PESSOA, 2008, p. 31). O documento também destaca a inserção da educação considerada como política pública para o envelhecimento, amparado pelas Leis 8842/94 e 10741/03.

A Carta de Brasília (2005) recomenda o fomento de ações de capacitação dos idosos para o exercício da cidadania e protagonismo social e a Política do Estado do Paraná, no que diz respeito aos Direitos do Idoso (Lei Estadual 11863/97), no Título III do Artigo 3º, destaca a necessidade de adequação de currículos e a criação de programas educacionais destinados aos idosos. Essa lei pressupõe, ainda, o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino a distância, adequados às condições do idoso. Em síntese, as legislações específicas para os idosos apresentam os direitos relativos à educação, acesso aos mais diversos meios educacionais, inserção social e tecnológica e a importância da relação intergeracional, numa perspectiva de educação permanente.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01 – 2001/2011) apresenta, em seus objetivos e metas, a importância de estimular as universidades e organizações não governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade e apesar das limitações, ressalta-se que essa foi à primeira política educacional em nível nacional, no Brasil, a abrir espaço para o idoso.

No Paraná, no ano de 2006, as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos acrescentou em sua redação, princípios para o desenvolvimento para a educação de jovens, adultos e idosos no estado. Nessas diretrizes, o idoso passa a ser compreendido como um sujeito do

processo de aprendizagem, que necessita de uma prática pedagógica emancipadora, num caráter político, econômico, científico e ético-social (PARANÁ, 2006). Por fim, destacamos a Lei 13535/2017, que dispõe que o ensino superior precisa ofertar cursos e programas de extensão aos idosos, tanto presenciais como a distância, com atividades formais e informais.

O perfil do idoso atual é diferente de meio século atrás, o que exige novas ações educacionais para este segmento, num aspecto permanente. Sendo assim, o currículo do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, privilegia, em suas práticas a abordagem da inserção do Estatuto do Idoso e de outras leis e literaturas atinentes ao tema para o desenvolvimento de projetos e programas. As disciplinas de Estudos de Literatura Portuguesa I e Estudos de Literatura Portuguesa II exploram a temática nos textos literários relacionando com o contexto contemporâneo; e as disciplinas de Linguística I - Formalismo e Funcionalismo no ensino de língua e Linguística II - Linguagem, significação e discurso abordam esse componente curricular em uma perspectiva interdisciplinar.

Referências

BRASIL. **LEI N. 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm#:~:text=LEI%20No%2010.172%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202001.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,com%20dura%C3%A7%C3%A3o%20de%20dez%20anos Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 13.535, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13535.htm Acesso em: 07 set. 2022.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

SAFONS, M. P.; PESSOA, I. L. Educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas idosas. *In*: CNDI. Avaliação nacional dos direitos da pessoa idosa. Texto-base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

5.13.4. LIBRAS COMO DISCIPLINA (OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA / OPTATIVA PARA BACHARELADOS)

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, oferece a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (68h) em sua grade curricular. A mesma disciplina faz parte da carga horária obrigatória ofertada nas demais licenciaturas e consta como optativa nas matrizes curriculares dos cursos da área da saúde da

UNICENTRO.

A Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a “Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002), tornando obrigatório o ensino da disciplina nos cursos de licenciatura, garantindo assim, à “[...] pessoa surda um atendimento especializado, digno e de qualidade em qualquer âmbito social, seja ele público ou privado” (BRASIL, 2002).

Contudo, essa lei permaneceu adormecida até 2005, quando foi regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece as regras da Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Alguns itens mencionados no decreto, que entraram em vigor a partir da sua publicação são: a implantação de LIBRAS na grade curricular dos cursos profissionalizantes e superiores, a formação profissional qualificada, o acesso ao ensino regular, além de acompanhamento de tradutor e intérprete desde os anos iniciais, para alunos com deficiência auditiva, ensino da língua portuguesa como segunda língua, matrícula de alunos ouvintes e surdos no ensino regular, disponibilidade de intérpretes em salas de aula, acesso às tecnologias e atendimento médico especializado e/ou diferenciado, sempre que necessário (Brasil, 2005).

Para Quadros (2003), “as formas de organizar o pensamento e a linguagem (dos surdos) transcendem as formas ouvintes, elas são de outra ordem, uma ordem visual e que podem ser ininteligíveis aos ouvintes”. Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância que os ouvintes podem ter no contato com o mundo surdo, podendo experimentar e conhecer uma cultura de língua diferente. Tal atitude, de acordo com Felipe (2001), enriquece tanto surdos quanto ouvintes, possibilitando maior interação entre eles e respeito pelas diferenças, como citam, Quadros e Skliar (2000) e que existem, independentemente da autorização, da aceitação, do respeito à tolerância, da oficialização ou da permissão outorgada desde a normalidade.

Diante deste contexto se faz necessário uma aferição de conceitos estabelecidos em nossas vidas, deixando de seguir o senso comum, fazendo-se necessária uma inovação radical por parte de cada um, não apenas com discursos, mas por meio de ações.

O ambiente escolar é o primeiro lugar, fora do âmbito familiar, em que a criança inicia seu processo de desenvolvimento cognitivo. Contudo, se faz necessário o respeito pelas suas diferenças, buscando uma adaptação das necessidades do educando, ao invés de introduzi-lo forçadamente em um ambiente que não retrata sua realidade, mas ao invés disso, configura um lugar que respeita a diversidade linguística e que favorece o seu crescimento educacional. Dessa forma, faz-se necessário o cumprimento do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que destaca, em seu artigo 10, que:

> [...] as instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Destacamos que a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras tem possibilitado, de modo efetivo, o contato de ouvintes e surdos com a Língua Brasileiras de Sinais (Libras), proporcionando a difusão da mesma e, com ela, também a difusão da cultura surda.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em: 07 set. 2022.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**: curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC, SEESP, 2001.

QUADROS, Ronice Muller. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de vista**: revista de educação e processos inclusivos, n. 5, p. 81-111, 2003.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. V, n. 9, p. 32-51, 2000.

5.13.5. CONTEÚDOS RELACIONADOS À FORMAÇÃO NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA E DE FAIXA GERACIONAL, EDUCAÇÃO ESPECIAL E DIREITOS EDUCACIONAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (CURSOS DE LICENCIATURA)

A Resolução nº 02/2019, em seu Artigo 6, destaca:

> Art. 6º A política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípios relevantes: [...]
> IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e
> X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 2019)

Este cenário exige uma postura inovadora e profícua dos cursos de licenciatura no sentido de contribuir no processo de formação dos professores da educação básica, bem como enseja um

olhar diferenciado para os cursos de licenciatura, responsáveis pela formação inicial de professores.

Nesse sentido, é imprescindível que o planejamento e a criação de projetos que atendam a essa demanda no âmbito das universidades sejam aprofundados e aperfeiçoados, bem como que, a partir da política institucional de formação de professores, outros sejam implantados e possam oportunizar uma reflexão sobre o processo de formação no qual os sujeitos estão envolvidos.

Essa necessidade também provoca uma reflexão interna nos cursos de licenciatura e requer discussões que apontem para posturas diferenciadas a serem implementadas, para novos dimensionamentos curriculares e nas práticas de ensino, bem para inovações nas metodologias utilizadas.

Há uma relação entre os cursos de formação de professores ofertados pelas universidades e a educação básica. A universidade é plural e possibilita, aos acadêmicos, várias formas de aprendizado e de construção do conhecimento, quer em salas de aulas, quer em eventos, conferências, projetos, entre outros espaços. Contudo, o ensino superior enfrenta, nos últimos anos, desafios que fazem com que os colegiados e outras instâncias das universidades discutam o espaço universitário em suas várias dimensões. Dentre eles, estão a política de formação de professores para atuação na educação básica e que de alguma forma redimensiona a formação inicial.

Esses aspectos se tornam uma ancoragem para um processo de ensino e de aprendizagem que possa auxiliar na operacionalização dos ângulos pedagógicos, tecnológicos e organizacionais dos cursos, sempre em sintonia com a legislação vigente e com as necessidades das escolas. De igual forma, sobressai-se a necessidade de formação continuada para profissionais da educação que atuam nas redes municipais e estaduais do país, com a finalidade de aprofundar conceitos e metodologias para o desenvolvimento de ações educativas no espaço escolar.

Tornar o currículo mais flexível não se traduz apenas em dar oportunidades para que os acadêmicos construam um percurso formativo individualizado de acordo com as diretrizes curriculares do curso e tampouco se refere somente a processos que permitam a mobilidade interna e externa. Flexibilidade curricular pressupõe a atuação no campo de prática desde as primeiras disciplinas da matriz curricular, para que os alunos tenham conhecimento sobre a educação e a sociedade, bem como sobre os princípios formativos da sala de aula e os desafios e conquistas inerentes à ação de educar.

Momentos de flexibilização curricular, nos quais os acadêmicos tenham oportunidade de participar de projetos que estejam vinculados ao espaço escolar, desde as primeiras séries, propiciarão, de forma efetiva, a integração dos pressupostos teóricos e a prática de ensino nos espaços escolares e não escolares e está em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que no seu âmbito, pressupõe reflexões mais amplas. Entre os temas, é substancial o papel que os

estágios supervisionados desempenham na formação dos professores, portanto, as atribuições e encaminhamentos necessários para atender ao que propõe as diretrizes exigem muitas discussões e criatividade dos cursos de licenciatura, considerando as especificidades de cada um deles.

A temática da diversidade aparece a partir da elucidação das relações sociais no que se refere ao convívio com o diferente. Também, por outro lado, na divisão técnica do trabalho, observa-se a distinção do papel de homens e mulheres nesse espaço social. Há que se pensar a formação de professores para entender a relação de cada indivíduo com o outro, gerando assim, o respeito pelo diferente e, justamente por conta dessa diferença, a valorização do outro. Contudo, o trabalho com a diversidade abrange também o desafio de, no âmbito educacional, formar educadores capazes de multiplicar a necessidade da convivência respeitosa com os mais variados tipos de diferenças encontradas, por exemplo, no ambiente escolar.

A escola é um microcosmo, onde se estabelecem encontros de diferentes classes sociais, étnicas e outras. Entender essas diferenças implica afirmar que o cotidiano da escola deve estar direcionado para a inclusão, para a ética e para a convivência respeitosa, valorizando as diferenças e a não exclusão e desestimulando a violência e a intolerância, tão presentes na sociedade em geral.

Assim, as disciplinas do Currículo do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, Educação, Sociedade e Políticas Públicas; Estudos de Literatura Brasileira II; Estudos de Literatura Brasileira III; Estudos de Literatura Portuguesa II; Fundamentos de Educação Especial e Inclusiva; Laboratório de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II; Linguística I - Formalismo e Funcionalismo no ensino de língua; Literaturas Africanas em Língua Portuguesa ensejam discussões que proporcionem a formação de educadores considerando os temas: Diversidade de Gênero e Sexualidade, Raça e Etnia, Faixa Geracional, Educação Especial e Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e, ao mesmo tempo, proporcionem discussões sobre a escola como lócus da diversidade e interculturalidade, por meio do desenvolvimento de projetos temáticos de pesquisa e de extensão.

Referências

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Resolução cne/cp nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file Acesso em: 07 set. 2022.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

Descrição

Esse princípio vincula-se ao desenvolvimento das atividades-fim das IES: ensino, pesquisa e extensão e à sua indissociabilidade, buscada, historicamente, na Educação Superior universitária.

Conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 deve ser vista sob dois enfoques, quais sejam:

> 1º) como princípio pedagógico de desenvolvimento do ensino na Graduação e na Pós-Graduação;
> 2º) em termos mais amplos, quando assume um âmbito institucional e envolve a pesquisa docente institucionalizada e a extensão de cunho universitário propriamente dito.

O primeiro enfoque, quando a adoção da indissociabilidade das atividades-fim é vista como princípio pedagógico fundamental da Graduação e da Pós-Graduação, refere-se especificamente aos processos de ensino e de aprendizagem nesse nível da Educação Superior. A aprendizagem que resulta desse processo implica a apropriação crítica dos saberes pelos alunos. Isso está associado a métodos nos quais a construção dos saberes envolve uma dimensão política, que diz respeito aos interesses da sociedade ou de um grupo a ela pertencente, que se beneficie desse saber.

Ensino e pesquisa unidos não significa apenas que a pesquisa dá suporte ao ensino. Tal união representa, também, o fato de que o método investigativo praticado ao longo de todo o curso é condição essencial para todos os alunos (e não só para os de Iniciação Científica, que o aprofundam na Graduação), por ser fundamental para o seu processo de aprendizagem permanente, condição da formação continuada requerida pela globalização e pelo caráter vertiginoso das mudanças. Ensino com pesquisa envolve o professor e o aluno na construção de conhecimentos, como parceiros no contexto de suas atividades curriculares. Isso é muito mais importante do que apenas ensinar determinados saberes, uma vez que instiga o aluno a aprender a aprender e, ao adquirir autonomia intelectual, ele poderá aprender sempre. Dessa forma, o ensino pode nutrir-se de inúmeras formas com a pesquisa.

Ensino e extensão, unidos, por sua vez, asseguram a percepção política, por inserir o aluno na realidade social da sua área de formação. Por meio dessa relação, o aluno passa a identificar tanto as necessidades sociais como os interesses gerais e particulares existentes no âmbito de sua profissão. Pelo ensino com extensão, em seus aspectos comunitários, o aluno compreende que um saber nunca é neutro. A extensão, como princípio pedagógico, implica a sua curricularização, desenvolvida ao longo do curso, através da produção contextualizada do conhecimento, desenvolvida em diferentes formas de atividades práticas vinculadas a teorias (ação/reflexão/ação),

estágios curriculares, atuação em projetos extensionistas ou em outras atividades.

Esses projetos possuem função pedagógica, uma vez que servem ao ensino com extensão, na área profissional para a qual o aluno está sendo formado; porém, por meio de sua função pedagógica, relacionada com o exercício profissional atendem, também, à responsabilidade social da Educação Superior.

Com a curricularização da extensão houve uma maior flexibilização curricular. Essa foi obtida pela Educação Superior, quando da passagem da exigência de "currículos mínimos" para as "diretrizes curriculares nacionais". Há, pois, uma correspondência biunívoca: o ensino é flexibilizado e apresenta a sua dimensão teórico/prática garantida via pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, nutre ambas atividades no curso, com o desenvolvimento que assegura à sua vocação definida. A pesquisa, por sua vez, realimenta e qualifica tanto a formação inicial do ensino como a formação continuada e, simultaneamente, as relações comunitárias da extensão.

A adoção do princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em cada curso de Graduação e de Pós-Graduação da IES requer uma gestão pedagógica em que cada docente se reconheça como parte de um todo maior de curso. A estrutura curricular de um curso é um todo, que é muito maior do que a soma das partes.

Quanto ao segundo enfoque da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, vistas no seu âmbito institucional, aplica-se o mesmo raciocínio acerca do todo. Vale ratificar que, no âmbito institucional do ensino, da pesquisa e da extensão, enquanto atividades-fim exige:

- políticas institucionais que regulamentem o ensino, a pesquisa e a extensão e que se articulem entre si;
- ação educativa desenvolvida sob o paradigma conceitual da Instituição, comprometida com a ação coletiva, coerente com os princípios de participação ativa;
- estrutura interna articulada e integradora.

Atendidos aos aspectos acima citados, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no âmbito institucional, concretiza-se na forma como são estabelecidas as suas interfaces.

Os programas de extensão têm contado, na UNICENTRO, com o apoio de bolsas de extensão e deve ser uma tendência de grupos e professores, a participação em projetos e programa de extensão, buscando formas de financiamento e, por meio deste, produzir ações sociais relevantes e sistematizando resultados em forma de pesquisa acadêmica, e, com isso, produzindo materiais pertinentes para o ensino em suas disciplinas e divulgando para a comunidade acadêmica em

periódicos qualificados da área.

A pesquisa na UNICENTRO, assim como os programas de extensão, tem contado com o apoio de bolsas de estudo para os acadêmicos, oportunizando a participação destes em projetos e programa de pesquisa, inclusive com outras universidades, incentivando que professores pesquisadores busquem formas de financiamento, alavancando a produção de pesquisas relevantes e sistematizando os resultados, produzindo materiais pertinentes para o ensino em suas disciplinas e divulgando para a comunidade acadêmica em periódicos qualificados da área.

O ensino é desenvolvido com base na vocação de cada curso. Assim como ela dá origem à sua estrutura curricular, gera as suas linhas de pesquisa que, por sua vez, dão origem aos grupos que as desenvolvem. Pesquisa e ensino estão, pois, intimamente imbricados um ao outro não só no interior dos cursos como no âmbito institucional.

No âmbito do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se dá, entre outras formas, pela participação dos professores também nos projetos de pesquisa e extensão. Os saberes construídos nas diferentes instâncias circulam e se enriquecem continuamente nas aulas dos pesquisadores e na participação do aluno em sala de aula ou como bolsista de pesquisa e extensão.

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, tem participação importante na SIEPE – Semana de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão da Unicentro, e muitas sessões são realizadas por alunos da graduação da Iniciação Científica e Extensão e assistidas pelos demais alunos como parte de atividades vinculadas às suas atividades disciplinares. Aliás, desde a primeira oferta do curso já tivemos e temos vários acadêmicos participando do Programa de Iniciação Científica, orientados por docentes efetivos do Curso de Letras presencial. Além disso, alguns professores mantêm projetos de extensão, reforçando o vínculo com a sociedade.

A pesquisa, no caso do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, não pode deixar de fazer referência à existência, desde 1º de agosto de 2011, do Programa de Pós-Graduação em Letras, nível de mestrado e, posteriormente, em doutorado. Essa aproximação entre graduação e Pós-graduação *strictu sensu* tem o potencial de enriquecer as dinâmicas formativas na pesquisa, que se focam na presença no departamento dos grupos de pesquisa, na iniciação científica e outras formas de elaboração de conhecimentos. Para os acadêmicos tem sido rica a possibilidade de ascender verticalmente para a Pós-graduação, o que tem incentivado a presença deles na iniciação científica e na produção de pesquisas, em nível de trabalho de conclusão de curso, direcionadas para o aprofundamento posterior. Também os professores podem contar com este recurso da pós-graduação em suas aulas, pesquisas e grupos de pesquisa.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. RECURSOS HUMANOS

7.1.1 Dados da coordenação do curso

Nome: Cláudia Maris Tullio

Qualificação profissional e acadêmica: Graduação em Direito (1994 – UEPG), Licenciada em Letras Português (2000 – UEPG), Especialista em Metodologia do Ensino: Múltiplas Linguagens na Educação Básica (2003 – UEPG), Doutorado em Estudos da Linguagem (2012 – UEL), Advogada há 27 anos. http://lattes.cnpq.br/9417865332945400

Regime de trabalho do coordenador do curso: RT 40, Dedicação Exclusiva. Docente Efetiva, Adjunto B

Atuação do coordenador do curso (representatividade em Conselhos Superiores, experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica): representante docente no CONSET/SEHLA (PORTARIA Nº 012/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 16 DE AGOSTO DE 2021), Representante do CONSET/SEHLA na Comissão do PDI (PORTARIA Nº 635-GR/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021), Membro do Comitê Científico da PROEC desde 2016 (PORTARIA Nº002 -PROEC/UNICENTRO, DE 01 DE ABRIL DE 2022), membro do NDE do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa – presencial desde 2016(PORTARIA Nº 009/2021-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 28 DE MAIO DE 2021). Tem 21 anos de experiência profissional como docente no ensino superior e na Educação Básica. Também foi coordenadora pedagógica da Faculdade Sant'Ana e IESSA no período de 2013 a setembro de 2015. Foi coordenadora de tutoria no curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, durante 5 meses, assumindo, posteriomente, a coordenação deste curso, na qual permanece desde 2019.

Quadro 3: Carga horária da coordenação

Carga horária destinada à coordenação do curso: 20 horas semanais

Nome do Coordenador do curso	Vínculo Jurídico	Regime de trabalho	TIDE	Formação acadêmica	Titulação	Área	Instituição	Ano de conclusão	Tempo de exercício na IES	Tempo de exercício na função de Coordenador de curso	Tempo semanal dedicado a coordenação do curso
Cláudia Maris Tullio	Efetivo	T40	Sim	Graduação em Direito UEPG,1994.	Especialista	Educação: Metodologia do Ensino: Múltiplas linguagens na Educação Básica	UEPG	2003	4 Anos	3 Anos	20 Horas
				Graduação em Letras, 2000.	Doutora	Estudos da Linguagem	UEL	2012			

Fonte: Elaborado pela equipe do NDE

7.1.2 Corpo docente

Na modalidade de educação a distância o aluno não dispõe da presença física constante do professor e faz-se imperativo o desenvolvimento de metodologias de trabalho que lhe oportunizem buscar interação com os professores quando sentir necessidade; adquirir confiança ante seu trabalho, propiciando-lhe não somente a elaboração de seus próprios julgamentos como também a capacidade de os analisar adequadamente.

Os docentes são responsáveis pelas áreas de conhecimento e integram a equipe multidisciplinar do curso. Assessoram os tutores no que diz respeito ao estudo, discussão e avaliação dos conteúdos e material didático do curso. Além disso, esses docentes estão à disposição dos tutores em dias pré-estabelecidos para atendimento presencial e também via Internet e telefone.

Para realizar as suas atividades, os docentes, bem como tutores e a equipe multidisciplinar participam, anualmente, do processo permanente de formação em EaD da UNICENTRO o qual objetiva a realização de um processo de formação continuada para profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, ou que buscam atuar. Para tanto, a metodologia utilizada busca enfatizar o desenvolvimento de reflexões e debates em torno dos avanços e rupturas desta forma de ensino, bem como o desenvolvimento de tecnologias, ferramentas e materiais que possam subsidiar o desenvolvimento dos cursos.

Os cursos de formação possibilitam aos professores envolvidos na EaD, uma melhoria contínua da qualidade dos cursos oferecidos, bem como a produção de conhecimento de forma

científica e estruturada.

Os temas trabalhados nos cursos de formação, e outras atividades constantes estão atrelados aos desafios profissionais da sociedade atual, bem como auxiliam os docentes na realização do seu trabalho de orientação.

Os professores que atuam no curso participam de processo seletivo e são oriundos, em sua grande maioria, do Corpo Docente do Departamento de Letras da UNICENTRO – Campus de Guarapuava, e também Setor de Humanas, Letras e Artes da UNICENTRO, sendo preferencialmente mestres e doutores. Para a organização das disciplinas, os professores são apoiados no planejamento e construção dos materiais pelo Setor Pedagógico do NEAD.

O quadro abaixo apresenta a relação dos docentes que ministram aulas no curso, nos três últimos anos, com a respectiva titulação, especificação do ano de conclusão e a instituição concedente do título, vinculação docente por disciplina.

Quadro 4: docentes do curso

Nome/Titulação/Área do *stricto sensu*/Ano de conclusão/Instituição:

Nome	Titulação	Área do stricto sensu	Ano de conclusão	Instituição
1. Ari José de Souza	Mestre	Letras	2003	UEM
2. Andressa Toni	Doutora	Letras	2022	USP
3. Cláudia Maris Tullio	Doutora	Letras	2012	UEL
4. Maria Claudia Teixeira	Doutora	Letras	2021	Unicamp
5. Maristela Scremin Valério	Doutora	Letras	2020	UEM
6. Priscila Finger do Prado	Doutora	Letras	2018	UFPR
7. Raquel Terezinha Rodrigues	Doutora	Letras	2009	USP
8. Roziane Keila Grando	Doutora	Letras	2019	Unicamp
9. Sandra Mara da Silva Marques Mendes	Mestra	Letras	1999	UNESP
10. Sonia Merith Claras	Doutora	Letras	2011	UEL
11. Suellen Fernanda de Quadros Soares	Mestra	Letras	2019	Unicentro

Fonte: Elaborado pela equipe do NDE

Também o Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, conta com um quadro de docentes que atuam como tutores presenciais e a distância.

Quadro 5: Quadro de docentes tutores

Nome do Tutor	Edital de Seleção	Polo de Atuação do Tutor	Inicio da Atividade de Tutoria	Horário de Cumprimento da Função de Tutor do Curso	Formação Acadêmica	Titulação Especialista Mestre Doutor	Instituição
Aline Regina Lemes de Sene	EDITAL Nº001/2021	Siqueira Campos					
Andriele de Chaves Bortolin	EDITAL Nº46/2020	Guarapuava	jan/21	18h às 22h	Letras Português, Literaturas da Língua Portuguesa	Mestrado	UNICENTRO
Claudia Lopes Pontara	EDITAL Nº39/2020	Apucarana	dez/20	08h às 12h Sab 08h às 17h Sex 18h às 22h Qua	Letras Português/Inglês e Pedagogia	Doutorado	UEL
Daiane Campagnaro Gumiero	EDITAL Nº39/2020	Guarapuava	jan/21	18h30 às 22h30	Graduação em Letras Português, Pedagogia e Pós em Educação Especial	Especialista	UNICENTRO e Unicesumar
Daniele Marcelo Bandeira	EDITAL Nº46/2020	Guarapuava	jan/21	18h às 22h	Letras Português	Mestre em Letras	UNICENTRO
Eunice Pereira Guimarães	EDITAL Nº46/2020	Guarapuava	jan/21	10h às 12h	Letras Ingles e Portugues	Mestre	UNICENTRO
Jéssica Scarabotto	EDITAL Nº46/2020	Santo Antônio do Sudoeste	abr/21	18h às 22h	Letras Português/Espanhol, Libras e Pedagogia	Especialista	Unioeste
Lorena Aparecida Baika Ukachenski	EDITAL Nº002/2021	Campo Largo	abr/21	17h às 22h	Letras Português/Libras	Pós-graduanda	UNICENTRO
Lucas Santos Macedo	EDITAL Nº40/2020	Guarapuava	jan/21	8h às 12h	Graduação em Letras Português	Mestrado	UEM
Luciana Barbosa de Souza Silva	EDITAL Nº46/2020	Campo Largo	jan/21	20h às 22h30	Letras Português	Pós-graduado	Tuiuti e Bagozzi
Ludmilla Leandro Rodrigues	EDITAL Nº46/2020	Assaí	jan/21	17h às 21h	Letras POrtuguês	Pós-graduado	UEL
Rosangela Maria Giasson	EDITAL Nº40/2020	Guaraniaçu	jan/20	13h30 as 22h30	Letras Português/ Inglês	Especialista	PUC PR
Rosana Bissoloti de Oliveira	Repercurso						
Vanessa Aparecida Kramer	EDITAL Nº46/2020	Guarapuava	jan/21	08h às 12h 18h às 22h	Letras Português, Literaturas da Língua Portuguesa	Mestrado	UNICENTRO

Fonte: Elaborado pelo NDE

7.1.3 Quadro de agentes universitários do curso

A UNICENTRO conta com um quadro de agentes universitários que apoiam diretamente as atividades administrativas da instituição, contudo, este quadro é deficitário frente às demandas dos diversos setores e departamentos. No que tange ao NEAD, há apenas dois agentes universitários lotados neste setor. O apoio administrativo é feito por funcionários que são selecionados por meio do Contrato de Regime Especial – CRES e ainda com apoio de estagiários previamente selecionados. Ademais, estes agentes são apoiados por professores bolsistas que atuam

diretamente no NEAD/UAB.

Desde julho de 2022, o Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, não conta com técnico administrativo, sendo o suporte administrativo realizado por dois estagiários.

Quadro 6: Quadro de agentes universitário

Agentes Universitários			
Nome	**Vínculo**	**Carga horária**	**Tempo de Experiência no Curso**
Camila Teixeira Dobgenski	Estagiária	30h semanal	1 ano e 10 meses
Reginaldo Ryzzi Pereira	Estagiário	25h semanal	2 meses

Fonte: Elaborado pelo NDE

7.2. RECURSOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS

7.2.1 Descrição dos laboratórios de informática e especializados

NAP: Núcleo de Apoio Pedagógico

Equipada com uma TV de plasma, quatro caixas de som amplificadoras, uma tela de projeção, uma impressora e dois computadores.

PFI: Paraná Fala Inglês

Equipada com uma TV de plasma, duas caixas de som amplificadoras, quatorze notebooks e 06 computadores com webcams e três fones de ouvido.

SALA DE MULTIMEIOS (SEHLA):

Localizada no bloco G, equipada com um projetor, uma tela de projeção e duas caixas de som amplificadoras.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA (SEHLA):

Localizado no bloco G, equipada com 14 computadores e um projetor.

O Núcleo de Educação a Distância possui espaços específicos para coordenação geral e ainda

para a Coordenação e Secretaria do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância.

Para responder aos desafios e demandas é necessária a criação de uma estrutura organizada para tal, que a UNICENTRO vem buscando construir, de acordo com suas necessidades. Atualmente contamos com os seguintes espaços físicos, dentro da Instituição, no Campus Santa Cruz e Irati.

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, compartilha ambientes com o Curso de Letras modalidade presencial, tendo as atividades desenvolvidas no Bloco M, no Campus de Guarapuava.

A Secretaria, a Coordenação do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, e laboratório de informática para Tutoria tem espaço e equipamentos exclusivos para o atendimento aos docentes e tutores.

Quadro 8: Espaço físico do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, da Unicentro.

01 sala de coordenação/secretaria;
01 sala de coordenação adjunta e equipe multidisciplinar;
01 sala de apoio financeiro;
01 sala para setor de projetos e suporte de TI
01 laboratório de tutoria com chrome books (Sede da UAB)
01 estúdio de transmissão de webs/produção de vídeos.
01 sala de multimeios;
01 Laboratório de Tutoria (Sede do Curso)
06 estruturas acadêmicas para os cursos, sendo uma exclusiva para o curso de Letras

Fonte: NEAD/UNICENTRO

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, faz uso do sistema de vídeos e webconferências. Para gravação dos vídeos, é utilizado o Setor de Audiovisual do Núcleo de Educação a Distância (NEAD/UAB/UNICENTRO), que é o setor de vídeos especializado, na gravação em estúdio próprio para a UAB (Universidade Aberta do Brasil - UAB), como também é o responsável pela edição e finalização dos vídeos.

O Polo se constitui como um elemento articulador na proposta de educação a distância (EaD) e é, sem dúvida, imprescindível para a formatação e desenvolvimento dos projetos da Universidade. Eles são a extensão das Instituições de Ensino Superior (IES).

É neste espaço que o aluno do entorno regional do município sede do Polo encontra espaço para seus estudos, interage com pessoas, que podem auxiliá-lo em seus questionamentos, bem como acompanhá-lo nas práticas laboratoriais e nas atividades presenciais, incluindo as avaliações. Portanto, é um espaço plural, múltiplo, no qual convergem propostas pedagógicas de diferentes

instituições e, assim, diferentes cursos, diferentes metodologias, diferentes orientações pedagógicas e administrativas. A urgência em interiorizar o ensino superior oportuniza a abertura de mais cursos ofertados na modalidade de educação a distância (EaD), sobremaneira os dedicados à formação de professores, organizados, na grande maioria, por faculdades e universidades particulares, com uma parcela muito pequena de execução pelas universidades públicas. Estas realizam as ações, quase que exclusivamente via Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB, organizado pela Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, do Ministério da Educação.

Como 'braço operacional' de políticas e programas governamentais, o polo UAB recebe determinações e orientações emanadas da CAPES/MEC, participa dos processos de avaliações e monitoramento dos órgãos de fomento e dos órgãos gerenciadores e responde as constantes avaliações realizadas pelas diferentes IES, que no caso da UAB, estão presentes neste espaço. Desta forma, cabe ao coordenador de polo e sua equipe (secretaria, apoio administrativo, técnico de informática, auxiliar de biblioteca, entre outros) articular os diferentes interesses e propostas dos atores e instituições. O artigo 80, ao se referir à necessidade de controle e avaliação de programas de educação a distância e de condições operacionais para sua implementação, faz referência aos polos como espaços educacionais essenciais para a oferta de cursos e programas de graduação e pós-graduação. Esses espaços educativos estão definidos, primeiramente, no Decreto n° 5.622 de 2005, no artigo 12:

> [...] polos de educação a distância, entendidos como unidades operativas no país ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso. (BRASIL, 2005, p. 6).

Este Decreto, revogado, é substituído pelo Decreto nº 9.057/2017, de 25 de maio de 2017. O Decreto n° 5.800, de 8 de junho de 2006, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB e, no artigo 2°, parágrafo 1°, conceitua a nomenclatura "polo de apoio presencial" como "[...] unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas Instituições Públicas de Ensino Superior" (BRASIL, 2006, s/p).

Sendo assim, os polos são representados como indispensáveis ao desenvolvimento da modalidade de educação pública, ofertada na modalidade de educação a distância. A legislação os inclui como unidades operacionais que precisam ter estrutura física e de pessoal avaliada.

Como braço operacional dos projetos e programas das IES, exige-se, aos polos, estrutura compatível às atividades acadêmicas próprias do ensino superior, bem como atender às exigências da modalidade.

Assim, no maior programa público de EaD no Brasil, os polos representam o braço operacional de políticas e programas governamentais, recebem orientações e monitoramento da SERES e da CAPES/MEC e respondem às constantes demandas, proposições e atribuições realizadas pelas diferentes Instituições de Ensino Superior públicas.

Os Referenciais de qualidade para a Educação Superior a distância (BRASIL, 2007), enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas realizadas nos polos, por meio de encontros presenciais descentralizados, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, tutorias presenciais etc.

> Desse modo, nessas unidades serão realizadas atividades presenciais previstas em Lei, tais como avaliações dos estudantes, defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico, quando for o caso, estágio obrigatório – quando previsto em legislação pertinente - além de orientação aos estudantes pelos tutores, videoconferência, atividades de estudo individual ou em grupo, com utilização do laboratório de informática e da biblioteca, entre outras. (BRASIL, 2007, p. 25)

Pelo texto, percebe-se uma mudança conceitual e de identidade dos polos tornando, nestes, as ações pedagógicas e administrativas essenciais, ao mesmo tempo em que se evidencia o apoio presencial. Portanto, as metodologias apresentadas pelas IES, necessariamente, estendem-se para os polos, demandando infraestrutura adequada e pessoal especializado. Releva, pois, a representação dos polos para os acadêmicos, para as cidades e regiões de abrangência, para as universidades que têm, nesses ambientes plurais, o sustentáculo da organização das ações, com a finalidade de expansão e interiorização da oferta de educação superior.

Outro documento, a Portaria n° 2, do MEC, de 10 de janeiro de 2007, normatiza os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior a distância e ressalta a necessidade de tempos presenciais, realizados nos polos de apoio presencial, reforçando a denominação. Esses espaços educativos são implantados na esfera das ações do governo federal, para auxiliar no desenvolvimento de programas de democratização do acesso à universidade, em um tempo de imperiosa oferta de mais vagas para a formação das pessoas em nível superior. A crescente procura pelo terceiro grau explica-se pelas formas de acesso a ele, bem como pelas necessidades criadas pela sociedade pós-moderna, cujo processo de produção exige que os indivíduos, de todas as idades, estejam em constante formação. Os polos, nas primeiras décadas dos anos 2000, ganham relevância e se firmam como mecanismos auxiliares na concretização da política pública de expansão da educação superior do país.

O Parecer CNE/CES n° 564/2015 do CNE/CES, publicado como base para a Resolução n° 01, de 01 de março de 2016, estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a distância e coloca os polos como áreas que

figuram, de forma articulada, no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e nos Projetos Político-Pedagógicos/PPP das instituições de ensino superior.

> O polo é um prolongamento orgânico e funcional da sede, com atividades político-pedagógicas e administrativas da IES a serem realizadas em nível local. Polo é um espaço acadêmico, capaz de abrigar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com a organização acadêmica de cada IES. Deve oferecer recursos humanos e infraestrutura compatíveis com a missão proposta no PDI e com os projetos pedagógicos dos cursos ofertados na modalidade EaD. (BRASlL, 2016, p. 21).

A definição de polo proposta no Parecer citado é símil a conceitos constantes de legislações anteriores e é retomado no artigo 5º da Resolução n° 01/2016.

> Polo de EaD é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, instalada no território nacional ou no exterior, para efetivar apoio político-pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades educativas dos cursos e programas ofertados a distância, sendo responsabilidade da IES credenciada para EaD, constituindo-se, desse modo, em prolongamento orgânico e funcional da Instituição no âmbito local.
> § 1º Os polos de EaD, em território nacional e no exterior, devem dispor de recursos humanos e infraestrutura física e tecnológica compatíveis com a missão institucional da IES, apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades educativas, observando o PDI, PPI, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC, na modalidade EaD, em consonância com a legislação vigente. (BRASIL, 2016, p.03).

Já, o Decreto n° 9.057/2017 , no artigo 5º, bem como a Portaria Normativa nº11/2017 em seu artigo 10 , assim expressam:

> O polo de educação a distância é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.
> Parágrafo único. Os polos de educação a distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso. (BRASIL, 2017, p.03).

A Portaria nº 11/2017, no artigo 10 em seu parágrafo único, destaca que não se pode ofertar cursos presenciais em instalações de polos EaD que não sejam unidades acadêmicas presenciais devidamente credenciadas. Esses espaços, nas legislações aprovadas recentemente, recebem a denominação de polos de EaD ou polo EaD e constituem-se, como nas legislações anteriores, articuladores das propostas de educação a distância. Contudo, a partir do Decreto n° 9.057/2017 observa-se que a colocação “como prolongamento orgânico e funcional da Instituição no âmbito local” é excluída, porque abre possibilidade para compartilhamentos de polos, à semelhança do que acontece nos polos vinculados ao Sistema UAB. E, mais do que isso, acentua-se a proposição da parceria entre universidades credenciadas e outras pessoas jurídicas para o uso das mesmas áreas. A ratificação, nos documentos legais, demonstra a preocupação com a institucionalização da modalidade a distância e com o compartilhamento dos locais.

Nos casos dos polos UAB em que se concretizam as ações do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, esses se sustentam em uma parceria entre o Ministério da Educação e com os mantenedores, que em quase sua totalidade, são representados pelas Prefeituras Municipais e, em alguns casos pelos governos estaduais, por meio da celebração de Termo de Compromisso específico para tal finalidade.

Este processo de "redescentralização" prevê que o mantenedor "[...] deve dispor de dotação orçamentária destinada a instalação e manutenção de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos" (TERMO DE COMPROMISSO, 2012). Determina ainda o documento, que para a institucionalização do polo, os seguintes procedimentos devem ser efetivados pelo mantenedor:

a) Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a CAPES;
b) Elaboração e aprovação da Lei de Criação do Polo UAB, contendo as disposições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira pelo mantenedor - município ou estado, observadas as diretrizes gerais da DED/CAPES;
c) Criação do Conselho Gestor do Polo, observadas as diretrizes gerais da DED/CAPES;

Quando da assinatura do Termo de Compromisso com a DED/CAPES e do Acordo de Cooperação Técnica com a CAPES, para a instalação do Polo UAB o mantenedor já tem claro o papel que lhe é atribuído. Em primeiro lugar deve apresentar local para esta nova instalação compatível com os requisitos do Sistema UAB.

Neste processo, a DED/CAPES aceita o compartilhamento de espaços, com outros órgãos públicos, mediante a celebração de um termo de cessão específico para esse fim.

Contudo, apresenta algumas ressalvas: a) a existência de espaço físico exclusivo para atendimento dos alunos do polo; b) que o(s) espaço(s) possua(m) ambientes e mobiliários adequados aos usos previstos, ou seja, para atendimento de alunos adultos e para acadêmicos com necessidades especiais.

Afirma ainda, o documento mencionado, a necessidade expressa dos seguintes espaços ou mobiliários:

• Sala para a Coordenação do polo, com computador conectado à internet;
• Sala para a Secretaria Acadêmica com computador conectado à internet;
• Salas para aulas presenciais;
• Espaços físicos para laboratórios pedagógicos adequados aos projetos dos cursos ofertados no

polo.

• Laboratório de Informática com acesso à internet;

• Banheiros femininos e masculinos com acessibilidade;

• Acesso permanente à internet banda larga, com configuração acima de 2,0 MB e número pontos compatíveis com a demanda das atividades acadêmicas do polo, via rádio ou outros meios;

• Número computadores compatível com a demanda das atividades no polo (mínimo de 25 computadores);

• Sala de tutoria.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Portaria normativa no- 2, de 10 de janeiro de 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306 Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503 Acesso em: 07 set. 2022.

7.2.2 Descrição das salas de chefia/coordenação

Há uma sala, destinada à coordenação de curso e à secretaria, equipada com dois computadores.

Quanto à estrutura disponibilizada nos polos e pelos municípios que lhes dão abrigo, pode-se enfatizar: Sala de Coordenação de polo; Sala de Secretaria; Salas de Aula; Laboratórios de informática; Salas para Tutoria; Sala de videoconferência e biblioteca.

7.2.3 Descrição das salas de aula

Os espaços acadêmicos para uso dos estudantes estão previstos nos Polos de Educação a Distância nos municípios que abrigam o curso e são potencializadoras de ações educativas. Tais espaços são definidos no Termo de Compromisso do Mantenedor, devidamente assinado por

prefeitos e pela CAPES. Cada polo possui biblioteca física, laboratórios com equipamentos suficientes para atender a demanda dos acadêmicos.

A plataforma a ser utilizada pelos acadêmicos será a disponibilizada pelo NEAD – AVA – no sistema MOODLE em sua versão atualizada. Ressalta-se a existência de biblioteca virtual, repositórios entre outros periódicos que são disponibilizados aos acadêmicos, além dos materiais oferecidos pelos professores na plataforma AVA.

7.2.4 Descrição da Biblioteca

A Biblioteca é um órgão suplementar da Universidade subordinado administrativamente à Reitoria, a quem compete exercer a supervisão geral de suas atividades. Atualmente possui unidades localizadas no Campus Santa Cruz, Campus CEDETEG, Campus de Irati, bem como nos cinco campi avançados.

A seleção dos materiais bibliográficos, que proporcionam o necessário suporte para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, é de competência do corpo docente da Instituição, cabendo a decisão de aquisição à Comissão Consultiva da Biblioteca, orientadas pela Direção dos Diferentes Campus.

O acervo do Sistema de Bibliotecas da UNICENTRO é constituído de documentos referentes às áreas de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas, Sociais Aplicadas e Agrárias. As coleções são de livre acesso ao público em geral, e podem ser emprestadas aos membros da comunidade universitária inscrita no Sistema, observando-se a política de circulação prevista no Regulamento das Bibliotecas da UNICENTRO.

A Biblioteca do Campus Guarapuava, que atende ao Curso de Letras, para atender à comunidade universitária e à comunidade externa permanece aberta de segunda-feira a sexta-feira das 08 às 22 horas.

O acervo foi automatizado em 1998, passou a ser controlado por um banco de dados (SeiBib). Em 2009, o acervo passou a ser controlado por meio de um Sistema de Empréstimo automatizado (PHL), utilizando a mesma ferramenta. Utiliza o sistema de Classificação Decimal de Dewey para processamento e organização do acervo e cataloga seus documentos dentro dos padrões do AACR2 e Tabela Cutter.

O acervo está disponibilizado na rede INTERNET através do endereço - http://www.UNICENTRO.br/bibliotecas para consultas a todas as bases existentes.

A produção científica dos mestrados e doutorados da UNICENTRO, encontra-se disponíveis em textos completos com a opção de download na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da instituição, além de consultas abertas também pelo site da BDTD nacional (http://bdtd.ibict.br/en/inicio.html).

O Sistema oferece aos usuários os serviços de: empréstimo domiciliar, empréstimo inter

bibliotecas, serviço de alerta, INTERNET, assistência e instrução no uso da biblioteca, normalização de trabalhos científicos, levantamento bibliográfico, comutação bibliográfica e acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que consiste em uma fonte de pesquisa extremamente importante e necessária para ampliar os recursos informacionais de apoio à pesquisa e ao ensino.

Reconhecendo a importância da implementação de ações para a gestão documental e informacional que garantam o registro e a disseminação da produção técnica, científica e documental da Instituição a UNICENTRO teve o seu Repositório Institucional de materiais de EAD implantado no ano de 2011, pelo endereço http://sites.UNICENTRO.br/uab/repositorio.

A Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO possui um grande acervo de obras dedicadas ao Curso de Letras e para a área de Ciências Humanas, Letras e Artes. Além desse material a UAB vêm comprando obras e disponibilizando para o trabalho de tutores e professores, em um espaço específico de uso. O acervo da Biblioteca é constituído de 129854 títulos e 179684 exemplares.

No caso específico da biblioteca do Campus Guarapuava compõem-se de uma área total de 746,62 m2, sendo 431,66 m2 para área destinada ao acervo e 675,58 m2 de Área destinada aos usuários. Atualmente, a contagem dos títulos de livros, no acervo da biblioteca do Campus de Guarapuava, referente ao curso de Letras são 7.454 títulos e 10.246 exemplares. Estão disponibilizados os serviços: Acesso à Internet wi-fi, Empréstimo domiciliar, Espaço de leitura, Consulta local, Empréstimos entrebibliotecas, Reserva on-line, Catálogo on-line, Catalogação na fonte, Orientação aos usuários (comunidade interna e externa), Atendimento de solicitações ao COMUT, Visita orientada a Biblioteca “bibliotur”, Serviço de circulação de materiais informatizado e Orientação quanto a normalização bibliográfica de trabalhos científicos.

Os acadêmicos do Curso de Graduação em Letras podem solicitar empréstimo dos livros, por meio do Sistema de empréstimo, posteriormente, o material é enviado ao Polo. Contudo, raramente os acadêmicos fazem uso desse expediente, preferindo o uso de acervos que existem nos polos, sobremaneira os do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, e também o uso de bibliotecas virtuais e da midiateca disponível no AVA.

Quadro 9: Relação de bibliotecas virtuais

Biblioteca	Endereço
Repositório da UNICENTRO	http://repositorio.UNICENTRO.br:8080/jspui/
Universia	http://www.universia.com.br/
Educapes	https://educapes.capes.gov.br/
Scielo	https://www.scielo.org/pt/
Periódico da CAPES	https://www-periodicos-capes-gov-br.ez132.periodicos.capes.gov.br/
Domínio Público	http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp
Biblioteca Digital da Unicamp	http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/

Fonte: NEAD/UNICENTRO

7.3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

7.3.1. Recursos Humanos

O NEAD/UAB junto com a Coordenação do Curso de Licenciatura de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, disponibiliza além da intérprete em LIBRAS nos vídeos produzidos pelos professores do curso, também tutores presenciais intérpretes nos polos em que há aluno com deficiência auditiva.

7.3.2 Infraestrutura

A UNICENTRO conta com um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário. Esse plano tem por objetivo promover a acessibilidade e a inclusão dos membros da comunidade acadêmica, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio do acesso ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas.

Nesse sentido, instituiu o PIA, com a finalidade de estabelecer políticas institucionais visando eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional de alunos, docentes, agentes universitários e estagiários com necessidades especiais, transitórias ou permanentes, e que demandam atenção específica, assim definidas: Deficiência intelectual, sensorial, física ou múltipla; Transtornos mentais como definidos no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, DSM-IV; Altas habilidades; Distúrbios de saúde que levem a algum tipo de incapacitação; e Transtornos globais.

Dentre as ações desempenhadas pelo PIA incluem-se, a disponibilização de intérpretes de Libras para atendimento à comunidade acadêmica, a utilização de magnificadores de tela para baixa visão e de programas com síntese de voz, o uso de softwares específicos para a impressão da escrita braille; e a adaptação de materiais didático-pedagógicos

A Universidade e os polos que sediam o Curso de Licenciatura em Letras Português e

Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade de educação a distância, contam com rampas e elevadores de acesso para cadeirantes e pessoas com necessidades especiais, em todos os blocos.

7.4 ATENÇÃO AOS DISCENTES E DOCENTES

Ações de atendimento aos discentes e docentes do curso:

A Coordenação de Curso promove reuniões periódicas com os agentes do processo de ensino/aprendizagem, ou seja, professores, tutores e acadêmicos a fim de acompanhar as atividades realizadas, propor discussões e reflexões acerca do curso.

Também atende pelo espaço oficial, plataforma Moodle, pelo email da coordenação letrasuabunicentro@gmail.com , e pelo próprio WhatsApp.

Assim como outras reuniões convocadas pelo NDE dos cursos, sempre que necessário, para discutir questões relativas à prática pedagógica ou outras.

A secretaria do curso fica aberta 8 horas por dia para atender os alunos e professores.

8. ANEXOS

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-PROEN/UNICENTRO, DE 27 DE JUNHO DE 2022. Altera o art. 4, da Instrução Normativa nº 2- PROEN/UNICENTRO, de 2 de junho de 2021, que normatiza prazos e demais procedimentos para a tramitação de processos de alteração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação, prevê:

> Art. 1º Ficam alterados os dispositivos da Normativa de prazos e demais procedimentos para a tramitação de processos de alteração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação, aprovada pela Instrução Normativa nº 2-PROEN/UNICENTRO, de 2 de junho de 2021, que passam a vigorar conforme o estabelecido nesta Instrução. O artigo 4º, Parágrafo 1, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 4º ……..
> **§ 1º Após a tramitação e aprovação do PPC no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPE, o departamento terá um período de 60 (sessenta) dias para enviar à Diretoria de Ensino, DIREN, as resoluções dos regulamentos específicos do curso (estágio, atividades complementares, curricularização da extensão, entre outros) devidamente aprovadas pelo Conset.''** (grifo nosso)

Dessa forma, os regulamentos específicos necessários à fundamentação e operacionalização do curso, dentre outros julgados necessários para a compreensão deste, quando aplicáveis, tais

como: Regulamento do Estágio Supervisionado; Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC; Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares, AAC; Regulamento da Curricularização da Extensão e demais normativas específicas para o curso serão encartados posteriormente, observado o prazo acima.

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. **As teorias principais da andragogia e heutagogia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

BARAB, S.; DUFFY, T. From practice fields to communities of practice. *In*: **Theoretical foundation of learning environments.** Mahwah: Erlbaum, 2000.

BEHAR, P. A. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso: 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei 9394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.mec.gov.br., Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. CNE/CP. **Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2019.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 10 de fevereiro de 2020. Seção 1, p. 87-90. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-9/file Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116 Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CP. nº 09/2001, de 8/5/2001**. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf Acesso em: 21 mai. 2021.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (CONAE),** 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010..

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001, p. 128.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. **Diário Oficial da União (2004).** Seção I, p. 34, de 13 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017** que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/EnsinoMedioLei"http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/EnsinoMedioLei. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **PARECER N.º: CNE/CES 492/2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. MEC: Brasília - DF, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 1134 de 10 de outubro de 2016**. Ministério da Educação. Disponível em: http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf"http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para nstruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. MEC: Brasília - DF, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf Aesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017 disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/, acesso em 20 de fevereiro de 2021.

CERNY, R. Z**. Gestão Pedagógica na Educação a Distância**: análise de uma experiência na perspectiva da gestora. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

CHRISTENSEN, C.; HORN, M. & STAKER. **Aprendizagem híbrida**: uma Inovação Disruptiva?. Uma introdução à teoria dos híbridos. Maio de 2013. Disponível em: http://docplayer.com.br/49826-Ensino-hibrido-uma-inovacao-disruptiva.html: Acesso em: 30 abr. 2021.

CLARK, T. **The Components of a Digital Age Learning Ecosystem**, 2015. Disponível em: https://byotnetwork.com/2014/07/06/the-components-of-a-digital-age-learning-ecosystem/. Acesso em 30 de abril de 2021.

FELIPE, Tanya Amara. Por uma proposta de educação bilíngue. In: STROBEL, Karin Lilian; DIAS, Silvania Maia. **Surdez**: abordagem geral. Rio de Janeiro: FENEIS, 1995. p. 58-63.

FILATRO, A. As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 96-104.

FORPROEX. **Extensão Universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/ SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária, n. 4)

FORPROEX. **O plano nacional de extensão universitária**. 1999. (Coleção Extensão Universitária, n. 1)

FORPROEX**. Política nacional de extensão universitária**. Manaus, 2012.

GAETA, C.; MASETTO, M. **Metodologias ativas e o processo de aprendizagem na perspectiva da inovação.** PBL 2010 CONGRESSO INTERNACIONAL. 2010, São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 8-12 de fevereiro de 2010. p. 1-9

GARRISON, D. R.; VAUGHAN, N. **Blended Learning in Higher Education**: Framework, Principles, and Guidelines. San Francisco: Jossey- Bass, 2008.

HASE, S.; KENYON, C. **From andragogy to heutagogy**. Austrália: Southerm Cross University, 2000. Disponível em: http://ultibase.rmit.edu.au/Articles/dec00/hase2.htm#ref. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

LAVE, J.; WENGER, R. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção de texto, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

OLIVEIRA, G. G. de. **Gestão pedagógica**: desafios e impasses. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SERRES, Michel. Polegarzinha. Trad. Jorge Bastos. Editora: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI 2018-2022. Disponível em: < https://www3.unicentro.br/proplan/wp-content/uploads/sites/17/2019/08/PDI-completo-com-Resolu%C3%A7%C3%A3o-08-08-19.pdf >. Acesso em: 05 dez. 2021.